

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

PAULO ROBERTO MARTINS

**A DINÂMICA SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA SOB O GALOPE CONTIDO DA  
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MEIO RURAL**

Porto Alegre  
2017

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

PAULO ROBERTO MARTINS

A DINÂMICA SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA SOB O GALOPE CONTIDO DA  
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MEIO RURAL

Dissertação apresentada como requisito  
a obtenção do grau de Mestre pelo  
de Pós-Graduação em Serviço Social da  
Escola de Humanidades da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do  
Sul.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Gleny Teresinha Duro Guimarães

Porto Alegre

2017

## Ficha Catalográfica

M386 Martins, Paulo Roberto

A dinâmica sócio-histórica brasileira sob o galope contido da política de assistência social no meio rural / Paulo Roberto Martins . – 2017.

138 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Gleny Teresinha Duro Guimarães.

1. Política de Assistência Social. 2. Meio Rural. 3. Dinâmica Sócio-histórica. I. Guimarães, Gleny Teresinha Duro. II. Título.

**PAULO ROBERTO MARTINS**

**A DINÂMICA SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA SOB O GALOPE CONTIDO DA  
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MEIO RURAL**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Banca examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Gleny Teresinha Duro Guimarães - PPGSS/PUCRS  
Orientadora

---

Prof. Dra. Jane Cruz Prates - PPGSS/PUCRS

---

Prof. Dr. Cesar André Luiz Beras – UNIPAMPA

Porto Alegre

2017

## AGRADECIMENTOS

Finalizando essa jornada, depois de alguns anos buscando produzir essa dissertação, me vem na memória muitas pessoas que de uma forma ou de outra foram importantes nesta construção.

A minha chegada em 2014 na capital do Rio Grande para ingressar no mestrado só foi possível graças ao meu pai e minha, seja pelo aporte financeiro no primeiro mês, mas principalmente pelo incentivo de seguir o objetivo traçado, se hoje chego ao fim desta jornada por eles e para eles, e também pelo meu filho, que estou aqui escrevendo os agradecimentos, enquanto umas das atividades.

Meus amigos e minhas amigas, tenho sorte que, na “longa estrada da vida”, encontrei pessoas que só acrescentaram na constituição deste sujeito que agora escreve essas palavras, que entre um churrasco e outro, entre algumas cervejas, sempre me empurravam para frente, para que eu pudesse concluir o mestrado. Se citar os nomes estarei sendo injusto, pois, posso esquecer de alguém, mas com certeza já falei ou falarei o quanto vocês foram essenciais nesse processo.

Aos meus colegas de trabalho, ou melhor, aos meus amigos (as), que desde o início de forma coletiva apoiaram as minhas saídas semanais para ir a Porto Alegre frequentar as aulas, para além disso, o alento necessário durante esse período de escrita foi a convivência com vocês, a troca de conhecimento, as alegrias, a parceria do dia a dia, enfim, um abraço fraterno “muchas gracias” pelo apoio.

Não poderia esquecer ao amigo e colega de profissão Deivid, que desde o início quando sinalizei o interesse em realizar a pesquisa no município de Alegrete sempre buscou garantir melhores condições para que pudesse concretizá-la, desde transporte ao contato com os (as) profissionais da política de assistência social.

A minha orientadora, prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gleny, que durante esses anos de mestrado teve paciência com esse mestrando, nos bloqueios de escrita, mas que sempre buscava incentivar para que se chegasse ao final, para que se finalizasse essa etapa acadêmica. Muito obrigado.

Aos professores Cesar Beras e Jane Prates, por terem aceito o convite para participarem banca, pelas contribuições, que com certeza contribuíram na tentativa de qualificar esse trabalho.

Aqui faço menção também a Mairi Arezi, que desde a minha chegada em Porto Alegre sempre me acolheu da melhor forma, sempre com alegria e muitas histórias buenas de se

escutar. Não posso esquecer da Tia Dalva, que também me auxiliou nos primeiros dias de cidade grande deste São-borjense.

Ressalto também a importância dos (as) docentes da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, do curso de Serviço Social, principalmente aqueles que participaram de forma direta na preparação para o ingresso no PPGSS/PUCRS.

A todo corpo docente e técnicos administrativo do Programa de Pós-Graduação da PUCRS, aos colegas de curso, um grande abraço.

## **Potro sem dono**

(Noel Guarany/ Paulo Portela Fagundes)

A sede de liberdade  
Rebenta a soga do potro  
Que parte em busca do pago  
E num galope dispara  
Rasgando a coxilha ao meio  
Mordendo o vento na cara  
Bebe horizonte nos olhos  
Empurra a terra pra trás  
Já vai bem longe a figura  
Mostra um caminho tenaz  
Da humanidade sofrida que luta em busca da paz  
Vai potro sem dono Vai livre como eu  
Se a morte lhe faz negação Joga na vida com a  
Desprezo da própria morte  
Não se prende a preconceitos  
Nem mata a sede com farsas  
Leva o destino no peito  
Na seiva das madrugadas  
Vai florescendo a canção  
Aquece o fogo de chão  
Enxuga o pranto de ausências  
Esta guitarra campeira Velho clarim da querência  
Vai potro sem dono Vai livre como eu

## RESUMO

O tema deste estudo é a política de assistência social voltada para o meio rural, delimitando-se a análise no município de Alegrete no Rio Grande do Sul, especificamente no assentamento do MST “Novo Alegrete”. O objetivo geral desta dissertação é investigar a materialização da política de assistência social, considerando a dinâmica sócio-histórica brasileira no meio rural, através do acesso aos seus serviços públicos oferecidos a população rural, afim de contribuir na possível ampliação e no planejamento de ações para esta política. Busca-se responder ao seguinte problema de pesquisa: Qual o impacto da dinâmica sócio-histórica capitalista na materialização da política de assistência social no meio rural? A pesquisa é de tipo qualitativa, de caráter exploratória, referencia-se no método dialético crítico, bem como suas categorias análise (historicidade, contradição e totalidade) enquanto base teórica. Enquanto categorias explicativas da realidade utiliza-se processo de subsistência; necessidade de infraestrutura e serviços; preconceito; dinâmica estrutural de atendimento; prestação dos serviços da política assistência social e condições de trabalho dos profissionais; que emergiram da análise das dos (as) participantes da pesquisa. A coleta de dados se deu através da entrevista semi-estruturada com gestor, profissional técnico da política de assistência social e usuários que vivem no meio rural, onde utilizou-se a análise de conteúdo enquanto técnica para captar elementos emergidos das falas dos sujeitos entrevistados. No que se refere aos resultados da pesquisa, demonstraram que o impacto da dinâmica sócio-histórica brasileira no meio rural brasileiro é a manutenção da desigualdade social, principalmente da concentração da propriedade nas mãos de poucos proprietários, além disso, os indicadores sociais revelam que pobreza é estruturante ao próprio desenvolvimento do capitalismo. O pacto com as elites agrárias vem mantendo-se e com isso os projetos que visam democratizar a sociedade ainda estão “maneados”, contidos pelas forças conservadoras que sustentam seus interesses através da reprodução da pobreza do campo. Esse dinâmica influencia diretamente na materialização da política de assistência social para o meio rural, onde ainda se vê a de sua inserção no meio rural, restringindo suas atividades a atendimento individuais, os (as) profissionais têm que dividir-se entre a população urbana e do campo, que devido a intensa demanda dos primeiros, acabam ficando em segundo plano.

**Palavras-chaves:** Política de Assistência Social. Meio Rural. Dinâmica Sócio-histórica.



## RESUMEN

El tema de este estudio es la política de asistencia social enfocada en el medio rural, delimitando el análisis en el municipio de Alegrete en Rio Grande do Sul, específicamente en el asentamiento del MST "Novo Alegrete". El objetivo general de esta disertación es investigar la materialización de la política de asistencia social, considerando la dinámica socio-histórica brasileña en el medio rural, a través del acceso a sus servicios públicos ofrecidos a la rural, a fin de contribuir en la posible ampliación y en la planificación de acciones para esta política. Se busca responder al siguiente problema de investigación: ¿Cuál es el impacto de la dinámica socio-histórica capitalista en la materialización de la política de asistencia social en medio rural? La investigación es de tipo cualitativo, de carácter exploratorio, se refiere en el método dialéctico crítico, así como sus categorías de análisis (historicidad, contradicción y totalidad) como base teórica. Como categorías explicativas de la realidad se utiliza: proceso subsistencia; necesidad de infraestructura y servicios; preconcepto; dinámica estructural de atención; prestación de los servicios de la política de asistencia social y las condiciones de trabajo de los profesionales; que surgieron del análisis de las informaciones obtenidas junto a los (as) participantes de la investigación. Los datos fueron obtenidos a través de la entrevista semiestructurada con gestor, profesional técnico de la política de asistencia social y usuarios que viven en el medio rural, utilizando el análisis de contenido como técnica para captar los elementos emergidos de los testimonios de los sujetos entrevistados. En lo que se refiere a los resultados de la investigación, demostraron que el impacto de la dinámica socio-histórica brasileña en el medio rural brasileño es el mantenimiento de la desigualdad social, principalmente de la concentración de la propiedad en manos de pocos propietarios, además, los indicadores sociales revelan que la pobreza es estructurante al propio desarrollo del capitalismo. El pacto con las élites agrarias se ha mantenido y con ello los proyectos que visan democratizar la sociedad brasileña todavía están "maneados", bloqueados por las fuerzas conservadoras que sostienen sus intereses a través de la reproducción de la pobreza del. Esta dinámica influye directamente en la materialización de la política de asistencia social el medio rural, donde aún se ve la dificultad de su inserción, limitando sus actividades a la atención individual, los (as) profesionales tienen que dividirse entre la población urbana y del campo, que debido a la intensa demanda de los primeros, acaban quedando en segundo plano.

**Palabras clave:** Política de Asistencia Social. Medio Rural. Dinámica Socio-histórica.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Categorias gerais utilizadas no estudo .....	25
Quadro 2 – Categorias utilizadas no estudo relativas aos serviços da PNAS .....	26
Quadro 3 – Tráfico negreiro entre 1845-1852 .....	42
Gráfico 1 - Proporção de domicílios particulares permanentes com acesso a serviços de saneamento, por tipo de serviço, segundo a situação do domicílio – Brasil 2015 .....	85

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Área ocupada e número de estabelecimentos por estrato de área total (2006) .....	74
Tabela 2 - Percentual de crianças e adolescentes de 10 a 13 anos de idade em situação de trabalho infantil, por situação do domicílio 2005/2015 .....	83
Tabela 3 - Taxa de Analfabetismo das Pessoas de 15 anos ou mais de idade (2004/2013) ...	90

## LISTA DE SIGLAS

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento  
CADÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais  
CAF - Consolidação da Agricultura Familiar  
CF/88 - Constituição Federal de 1988  
CFCPR - Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural  
CONTAG - Confederação Nacional dos trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares  
CPR - Combate à Pobreza Rural  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
CRAS - Centros de Referência de Assistência Social  
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
ESF – Estratégia Saúde da Família  
FAPTR - Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural  
FETRAF - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar  
FUNRURAL - Fundo de Assistência do Trabalhador Rural  
IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool  
IAPs - Institutos de Aposentadorias e Pensões  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBC - Instituto Brasileiro do Café  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
LBA - Legião Brasileira de Assistência Social  
LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social  
MDSA - Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
NOB/SUAS - Norma de Operação Básica da Assistência Social  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
PBF - Programa Bolsa Família  
PCT - Projeto Cédula da Terra  
PMCV - Programa Minha Casa Minha Vida  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PT - Partido dos Trabalhadores

RMV - Renda Mensal Vitalícia

SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
1.1 Método.....	20
1.2 Tipo de pesquisa, técnicas e instrumento de coleta de dados .....	23
2. 1 O velho mundo descobre o novo mundo: a era colonial do Brasil (1500-1822).....	29
2.2. A vinda da família Real e o processo Independência do Brasil: análise do período Imperial (1822-1889). .....	37
2.3. Proclamação da República (1889) até Revolução de 1930. ....	42
<b>3 O RURAL E A DINÂMICA SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA DE 1930 AOS ANOS 2000.....</b>	<b>47</b>
3.1 Getúlio Vargas: transição do modelo agroexportador para o modelo urbano-industrial....	47
3.2 O avanço da industrialização e o papel da agricultura (1945-1964) .....	54
3.3 A Modernização conservadora da agricultura (1964- 1984).....	58
3.4 A dinâmica do mundo rural pós ditadura até o fim dos anos 1990. ....	64
3.5 Governos 2000 e a retomada do Agronegócio .....	69
3.6 O viver no meio rural e seus significados.....	75
<b>4 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O MEIO RURAL .....</b>	<b>93</b>
4.1 Algumas considerações da origem da política social no Brasil e sua relação com o rural	93
4.2 A Constituição Federal de 1988: o rural e a política de assistência social.....	102
4.3 Até onde o galope da política de assistência social chega no meio rural? .....	108
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>120</b>
<b>APÊNDICE E ANEXO .....</b>	<b>131</b>
APÊNDICE A – ROTEIRO DAS QUESTÕES DA ENTREVISTA PARA OS TRABALHADORES RURAIS.....	131
APÊNDICE B: ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS DA EQUIPE TÉCNICA E GESTOR DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	133
APÊNDICE C: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO. ....	134

APÊNDICE D- ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL ..... 135

ANEXO A - ..... 136

## 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo está vinculado a linha de pesquisa Serviço Social e Políticas Sociais do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Diante disso, essa dissertação tem como tema central a política de assistência social no meio rural, com foco no município de Alegrete, situado na região da campanha do Rio Grande do Sul.

Nesse estudo apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: Qual o impacto da dinâmica sócio-histórica capitalista na materialização da política de assistência social no meio rural?

Sua formulação surge a partir dos questionamentos do alcance da política de assistência social no meio rural, porém, era necessário situá-la no contexto em que estava inserida, por isso a relevância em estabelecer as relações com a dinâmica sócio-histórica capitalista, afim de entender suas determinações e a inserção sobre a primeira. Essa dissertação centra-se no debate teórico sobre essa relação, através da revisão de literatura, além disso, os dados empíricos serão apresentados conjuntamente, contribuindo para que se possa elucidar alguns aspectos da realidade. Cabe ressaltar que os dados empíricos serão subsidiários, enquanto elementos que remetem a realidade, para a consolidação das discussões teóricas que transcorrem durante toda a produção.

Enquanto **objetivo geral** busca-se investigar a materialização da política de assistência social, considerando a dinâmica sócio-histórica brasileira no meio rural, através do acesso aos seus serviços públicos oferecidos a população rural, afim de contribuir na possível ampliação e no planejamento de ações para esta política. A partir deste objetivo formulou-se três objetivos específicos e três questões norteadoras correspondentes.

No que se refere ao primeiro objetivo específico a pesquisa buscou analisar de que forma a dinâmica sócio-histórica impactou e impacta nas condições de vida dos trabalhadores rurais atendidos pela política de assistência social. A questão norteadora correspondente seria “De que forma a dinâmica sócio-histórica capitalista se manifesta no meio rural?”. O segundo objetivo específico busca investigar como se dá a inserção dos trabalhadores rurais nos serviços oferecidos pela política de assistência social, tendo como questão norteadora “Como vem se dando a materialização da política de assistência social para o meio rural?”. O terceiro objetivo específico seria compreender a percepção dos sujeitos partícipes do processo da política de assistência social sobre a forma como os serviços estão sendo oferecidos para a



população rural, tendo como questão norteadora correspondente “Como os sujeitos partícipes do processo percebem a materialização da política de assistência social no meio rural?”.

Agora cabe brevemente apontar algumas reflexões sobre os elementos constitutivos da problemática deste estudo, diga-se, o meio rural, a dinâmica sócio-histórica e a política de assistência social.

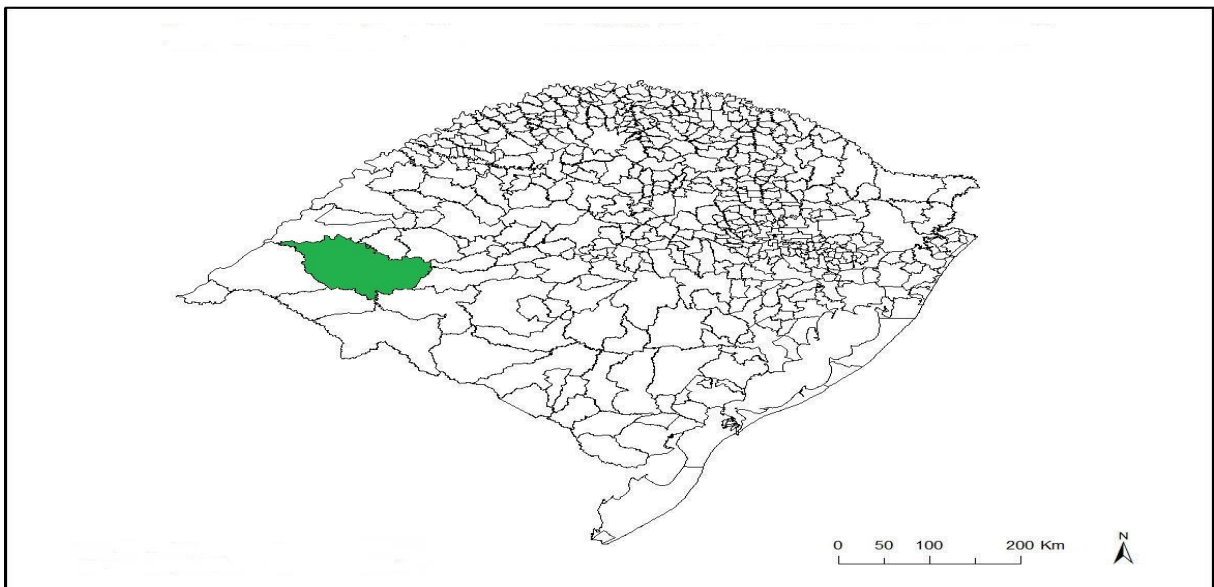
É no rural o foco da análise, se busca identificar a relação entre a dinâmica sócio-histórica brasileira e seu impacto na materialização da política de assistência social. Quando se fala no mundo rural, refere-se enquanto “universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto das relações internacionais” (WANDERLEY, 2001, p. 32). Logo, não se supõe que sua existência se constitua de forma isolada em relação ao conjunto da sociedade, conforme Monteblanco (2016) os rincões do rural profundo, por mais “no fundo de campo” que estejam, não estão completamente isolados, ou seja, não se pode compreender o rural de forma estática e fora do contexto no qual está inserido, porém, possui suas particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas. O rural se move em espaço específico, o espaço rural, podendo ser entendido em duas faces: 1) enquanto espaço físico diferenciado, referente a construção social do espaço rural, resultante da ocupação do território, “das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e o uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conversação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade” (WANDERLEY, 2001, p. 32); 2) em segundo lugar, é espaço de vida, isto é, de onde se vê e se vive o mundo, com seus significados e sentidos, onde se constroem relações concretas entre os sujeitos que habitam esse espaço, a música “Esquilador”, do cantor Telmo de Lima Freitas, elucida essa dinâmica, conforme trecho: “*quando é tempo de tosquia já clareia o dia com outro sabor/ As tesouras cortam em um só compasso enrijecendo o braço do Esquilador; um descascarreira, o outro maneira e vai levantando para o tosador*”. Ao se referir que é tempo de tosquia, ato de cortar lã de ovinos, o dia vem com outro sabor, representando a centralidade do trabalho e também com satisfação ao desenvolver a atividade mencionada, ou seja, uma representação da forma como se vive no meio rural. Sintetizando o que foi dito antes, o mundo rural vai muito além do agrícola.

Essa premissa é de extrema importância, pois, considerar o rural e seu desenvolvimento somente pela via agrícola, pelas suas possibilidades na esfera econômica, acarreta em duas limitações sérias para este estudo. A primeira, as políticas sociais assumiriam papel secundário no desenvolvimento rural, deslocada de um amplo processo de desenvolvimento nacional, que abrangesse várias frentes, sendo assim, a presente pesquisa perderia sua

potencialidade, porém, é necessário referir que a realidade demonstra justamente o contrário, e é neste contraponto que pretende-se construir as reflexões; a segunda é que a análise do rural não se basearia em suas múltiplas determinações, focando somente nos aspectos produtivos, ignorando outros elementos que compõem a dinâmica do espaço rural, ou seja, de que forma os (as) trabalhadores (as) vivem e trabalham, quais serviços à população do campo tem acesso, como vem se dando a inserção da política de assistência social neste espaço. Os elementos acima apontados visam contribuir para que se identifiquem alguns aspectos da dinâmica no espaço rural. Reconhecer o rural como sinônimo de agrícola limita para aspectos produtivos, esvaziando o rural dos seus múltiplos aspectos e sentidos.

Conforme dados do IBGE (2010), a população rural brasileira é de 35 milhões de pessoas, representando 15,64% do total, já a população urbana, que possui cerca de 185 milhões, compõe 84,36% desse universo. Segundo dados do IBGE (2010) a cidade de Alegrete no que tange a economia tem sua principal atividade na área de serviços, com a cifra de R\$ 656.527; a segunda atividade se dá na agropecuária com R\$ 310.725; a terceira seria a área da indústria, com R\$ 215.895. A cidade de Alegrete possui cerca de 77.653 habitantes, sendo 69.611 no meio urbano e 8.062 no meio rural. De forma geral, a área de unidade territorial (Km<sup>2</sup>) é 7.803.954, sendo característico o bioma pampa<sup>1</sup> nesta região.

**Figura 1 – Município de Alegrete situado no mapa do Rio Grande do Sul**



Fonte: FEEDADOS (2015)

<sup>1</sup> O Bioma Pampa caracteriza-se por um mosaico de vegetação campestre e arbustiva – campos limpos e campos sujos, submetida a características macroestruturais – condições climáticas e de geologia – únicas e abrange regiões pastoris de planícies nos três países da América do Sul – Brasil, Argentina e Uruguai (FIGUEIRÓ; SELL, 2010, p. 1). No Brasil, o bioma se restringe ao Rio Grande do Sul, mais precisamente à porção sul do Estado, abrangendo aproximadamente 62% do território gaúcho.

Conforme dito inicialmente, a temática desta dissertação é a política de assistência social no meio rural, situando-a na dinâmica sócio-histórica brasileira e seus rebatimentos desta na sua constituição. O município de Alegrete caracteriza-se, conforme tipo e nível gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como de médio porte, estando no nível de Gestão Plena. Os serviços que dispõe o município são os seguintes: dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), localizados nas regiões leste e sul; um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); um abrigo institucionalizado e um Albergue Municipal.

Ao se falar sobre o meio rural, é necessário salientar a dinâmica sócio-histórica que permeia o espaço geográfico. A concentração do poder econômico e político que os grandes proprietários tiveram, e têm, na sociedade foram determinantes para a constituição da desigualdade social no Brasil. O acesso à terra sempre foi marcado pela desigualdade, a ocupação do território na sua origem privilegiou os agentes econômicos ligados as elites da época, com isso, o braço escravo, a monocultura e o latifúndio foram os alicerces constitutivos da era gênese colonial brasileira. Somente em 1888, com a abolição da escravatura, que a força de trabalho torna-se livre, porém a terra já estava “presa” nas mãos dos grandes proprietários. Essas relações pautaram a própria dinâmica do Estado brasileiro, os governos ao longo da história sempre buscaram o pacto com as elites agrárias enquanto forma de legitimar seus projetos de desenvolvimento econômico<sup>2</sup>. Em contrapartida o poder público não influenciava nas relações da porteira para dentro, a partir dela, a lei que imperava era a dos proprietários, e esse é um dos fatores para a tardia inserção da legislação social no meio rural. Mesmo na cena contemporânea, com as garantias via CF/88 (inserção da população do campo no Sistema de Seguridade Social), transpor o que está na lei para a vida concreta ainda é um grande desafio.

A inserção da população rural no sistema de proteção social brasileiro deu-se de forma lenta e gradual, em comparação com os (as) trabalhadores (as) urbanos. Observa-se que a população oriunda do meio rural foi inserida, enquanto sujeitos beneficiários das políticas sociais, de forma tardia, somente a partir da década de 1960 eles começam a fazer parte do sistema de proteção social brasileiro, principalmente na área previdenciária, porém a inserção que se deu de forma desigual no que se refere aos trabalhadores urbanos, não tendo os

---

<sup>2</sup> Como exemplo pode-se citar o processo de Industrialização iniciado nos anos 1930-1984, o rural deveria fornecer as divisas para a indústria, oferecer mão de obra abundante, e alimentos baratos; estratégias para equilibrar a balança comercial e combater os efeitos da crise econômica durante a década de 1980 e fim dos anos 1990; nos anos 2000 o Estado retoma política de financiamento da produção agropecuária visando aumentar as divisas para financiar o desenvolvimento econômico e social.

primeiros o acesso total aos benefícios e serviços que os últimos tinham. É importante ressaltar que a concessão dos direitos à população rural e urbana foi marcada por práticas populistas e autoritárias (COUTO, 2010), sendo que a lógica que permeava era a do favor - benesse do Estado para com os cidadãos - com forte intuito de dissolver a organização dos trabalhadores que criticavam a estrutura social e agrária na sociedade brasileira. Essa lógica, de desigualdade de acesso entre urbano e rural, somente rompe-se com a Constituição Federal de 1988, ambos teriam acesso igualitário no que se refere a Seguridade Social. Neste contexto a assistência social é pela primeira vez reconhecida enquanto política de Estado, enquanto direito da população e dever do Estado. Porém, ao mesmo tempo que os direitos sociais são garantidos formalmente através da norma jurídica, na prática o que se assiste é o avanço do ideário neoliberal na sociedade brasileira na década de 1990, com a proposta de desmonte das políticas sociais, em vez da universalização e da focalização nos mais pobres. Nos anos 2000, retoma-se em parte os avanços dos direitos sociais para o meio rural, principalmente após a aprovação da PNAS (2004) e do SUAS (2005), incluindo a população do campo no planejamento e nas ações.

### **1.1 Método**

A pesquisa se fundamenta no materialismo histórico-dialético, teoria embasada no pensamento de Marx, enquanto forma de interpretar o movimento da sociedade na sua concretude e conformação, com vistas a identificar as contradições da dinâmica sócio-histórica brasileira em suas dimensões políticas, econômicas e sociais. O método, conforme o explicita Netto (2011), deve contemplar a dinâmica e a estrutura. Nessa direção, além da dinâmica da sociedade já mencionada, será do mesmo modo problematizada a estrutura que se conforma na atualidade, para dar conta da materialidade dos direitos dos trabalhadores rurais na área socioassistencial. Conforme Demo, “trata-se de uma dialética de cunho histórico-estrutural, que constitui um processo dinâmico, de transição, onde são trabalhadas contradições e conflitos” (1985, p. 85). A partir desta perspectiva, esse estudo busca trazer à tona o próprio movimento real da sociedade brasileira, tendo em vista as condições concretas deste desenvolvimento, por isso as condições materiais são importantes quando se busca refletir sobre como os (as) trabalhadores (as) rurais vivem no mundo rural, como trabalham e reproduzem sua existência naquele espaço, e como o Estado vem respondendo, através das políticas públicas, às demandas da população do campo.

(Re) construir a processualidade histórica é dar visibilidade aos conflitos, as contradições, motor da história. Esta não é linear, imutável, mas dinâmica. É trazer como os conflitos entre as classes sociais instauram-se no âmbito do Estado, como condicionam governos, políticas públicas, refletindo sobre a raiz da desigualdade social na sociedade brasileira. “Por isso, o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações – tanto mais se reproduzem as determinações de um objeto, tanto o pensamento reproduz a sua riqueza (concreção) real” (NETTO, 2011, p. 45). Ou seja, quanto mais se avança no conhecimento do objeto, seu movimento, em constante contato com a realidade, o concreto pensado vai captando os múltiplos fatores que o determinam. “Esse movimento transforma as relações sociais e coloca-as num novo momento da representação, como um resultado da totalidade concreta (pensada), a partir da apreensão das relações sociais em sua totalidade, contradição e historicidade, enquanto categorias indissociáveis” (GOIN, 2016, p.48). Na sequência, busca-se realizar uma breve caracterização das categorias do método marxiano.

A historicidade é mais do que a história enquanto algo fixo, mas em constante mudança ou movimento, é analisar o real enquanto movimento, processo, devir, entender que os processos sociais estão inseridos em determinados contextos históricos (GOIN, 2016). Ao se analisar os fenômenos sociais, é necessário o reconhecimento de sua “processualidade e de sua provisoriedade; não sendo estáticos, estão em curso de desenvolvimento, e, portanto, só podem ser apreendidos a partir do desvendamento deste movimento por cortes históricos” (PRATES, 2014, p. 216). A reconstituição da processualidade histórica visa dar conta, aqui nesse estudo, da gênese da constituição sócio-histórica brasileira com foco no meio rural e seus rebatimentos ao longo do curso histórico, objetivando conhecer melhor a dinâmica dos fenômenos, instituições, da atuação do Estado, de que forma os assentados estão vivendo, trabalhando e acessando a uma série de recursos públicos.

A categoria contradição permite analisar os fenômenos sociais “em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, ao considerar o movimento da realidade social” (GOIN, 2016, p. 50). Ao mesmo tempo que é destruidora, é também criadora, e é nesse processo dialético que se instaura o processo de superação, pois, a contradição torna-se intolerável, os contrários em luta buscam a superação da contradição, superando-se a si próprios, desvendá-la é mostrar os opostos em luta e movimento (PRATES, 2014). É a tensão entre o que já está constituído e o que ainda não foi, que possibilita o surgimento e a constituição de novas sínteses.

[...] do novo, pois, penetra no processo, do começo ao fim, o desenvolvimento de todas as coisas [...] A contradição [...] ao interpretar o real, capta-o como sendo o resultado de uma inadequação pugnativa entre o que é e o que ainda não é, numa síntese contraditória. Por isso todo o real é um processo que contém, sem encerrar, o possível numa unidade de contrários (CURY, 1986, p. 30-31).

Portanto é fundamental compreender a dinâmica sócio-histórica no meio rural, onde a modernização dos processos produtivos não acompanha o processo de democratização do acesso à terra; a produção da riqueza é concomitante ao aumento da pobreza; as políticas públicas têm alcances diferenciados para a população rural e a população urbana; os grandes investimentos públicos que a cadeia produtiva do agronegócio absorve tem como contraponto o assentamento que famílias não possuem acesso ao saneamento básico. Estes são aspectos da realidade que demonstram os constantes conflitos entre as classes sociais e seus projetos de sociedade, as mudanças e/ou continuidades, aspectos contraditórios que são constitutivos da dinâmica capitalista brasileira e que se retroalimentam, se destroem e se constroem, com vistas a gerar novas sínteses.

Por fim, a totalidade, que representa mais que todas as partes, “significa um todo articulado, conectado, onde a relação entre as partes altera o sentido de cada parte e do todo. A totalidade concreta não é um todo dado, e sim um movimento de autocriação permanente, o que implica a historicização dos fenômenos que a compõem” (PRATES, 2014, p. 215). Discutir a política de assistência social de forma isolada da dinâmica sócio-histórica no meio rural, da forma singular de como o capitalismo desenvolve-se nesse espaço, não daria conta de responder aos objetivos e ao problema de pesquisa deste estudo, bem como entender em sua totalidade o que representa as reflexões teóricas e sua relação com o movimento concreto da realidade. E mais, discutir as políticas sociais, em especial a política de assistência social, sem buscar a relação com o desenvolvimento geral da sociedade brasileira, em suas faces políticas, econômicas e sociais, teria como ônus deslocá-la desses processos mencionados, ocasionado limitações no entendimento de sua dinâmica. Por isso, conectar as partes, enquanto um todo articulado, foi uma das premissas para que se pudesse atingir os objetivos deste trabalho. A análise de “um fenômeno social, uma situação concreta, à luz da totalidade, não significa exaurir todos os fatos, mas problematizá-los de forma inter-relacionada, buscando as determinações que uns têm sobre os outros para melhor interpretar a realidade”. (PRATES, 2014, p. 215).

Ainda sobre o método, Prates (2012) trata como indissociável teoria e prática, conformando uma unidade, é na prática que o ser social mostra a verdade e o poder do seu pensamento, razão pela qual é considerada enquanto critério da verdade, contraprova

histórica, porém não pode ser qualquer prática, mas orientada pela teoria, ou seja, uma práxis. A práxis é a prática crítica, ou seja, que pensa e transforma o mundo, logo alimentadora e alimentada pela teoria.

## **1.2 Tipo de pesquisa, técnicas e instrumento de coleta de dados e análise dos dados**

O estudo se configura como uma pesquisa de tipo exploratório, que conforme Triviños (1987, p. 109) “permite ao pesquisador aumentar sua experiência em torno de determinado problema”, sendo de natureza qualitativa, que “possibilita apreender a totalidade coletada visando, em última instância, atingir o conhecimento de um fenômeno histórico que é significativo em sua singularidade” (MINAYO, 1992, p. 10). Para realizar a coleta dos dados utilizou-se das seguintes técnicas de pesquisas: a observação livre, entrevista semiestruturada, a análise documental e a triangulação dos dados.

Na técnica de observação livre, observar não é simplesmente olhar, mas destacar de um conjunto (objetos, pessoas, animais) (TRIVIÑOS, 1987, p.153). É abstrair aspectos do fenômeno social de seu contexto para que de forma singular possa ser estudado, inserindo-o na análise da realidade investigada. Diante disso, os diários de campo ou anotações de campo, enquanto instrumentos de pesquisa, auxiliam a capturar elementos (expressões, informações, entre outras) que não estavam previstos nos instrumentos. Num sentido restrito, seriam “todas as observações e reflexões que realizamos sobre expressões verbais e ações dos sujeitos, descrevendo-as, primeiro e fazendo comentários críticos, em seguida sobre a mesma” (TRIVIÑOS, 1987, p.154). Foram registradas sistematicamente no diário de campo, que se constituíram posteriormente em fonte de dados para reflexões sobre o processo de coleta e observações livres realizadas sobre a expressão dos sujeitos, o ambiente e/ou situações particulares.

A técnica de entrevista semiestruturada torna-se um instrumento importante para a pesquisa qualitativa e que está em consonância com o método aqui utilizado, pois possibilita que outras informações e questionamentos venham a expressar-se além do prévio roteiro estabelecido, desta forma, foge-se de concepções fixas e imutáveis e aproxima-se de processos dialéticos e dialógicos entre entrevistador e entrevistado. O formulário ou roteiro de entrevista é, portanto, flexível, e pode ser caracterizado como

[...] aquele que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam a pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

A entrevista semiestruturada com os usuários (ver apêndice A) e os profissionais e o gestor (ver apêndice B) foi gravada, e as informações ali contidas foram transcritas, sempre respeitando a integralidade dos depoimentos, e principalmente firmando o compromisso ético de ser fiel ao que foi exposto pelos entrevistados.

No que tange a análise documental, “utiliza-se para materiais que ainda não passaram por processo de tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2007, p. 66). Neste trabalho adotou-se o último caso, que através do roteiro de Análise documental (ver apêndice D) analisa-se o documento intitulado Norma de Operação Básica da Assistência Social (NOB/SUAS), de 2005. Por fim, a triangulação dos dados, que conforme Triviños (1987) tem o

[...] objetivo de abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada do fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social (TRIVIÑOS, 1987, p. 135).

Parte-se da perspectiva que para conhecer o objeto e seu movimento, é necessário entendê-lo a partir de sua inserção na própria dinâmica social, situando-o no curso da história, conectando com os fatos que permeiam a realidade, com isso, distancia-se da perspectiva de análise que poderia isolar o fenômeno de suas múltiplas determinações. Triviños (1987) apresenta três aspectos da técnica de triangulação: o primeiro é as percepções dos sujeitos, através das formas verbais, que geralmente são captadas através de entrevistas e questionários; o segundo aspecto se refere aos elementos produzidos pelo meio, como decretos, leis, regulamentos, regimentos, entre outros; por fim, o terceiro aspecto versa sobre os “processos e produtos originados pela estrutura sócio-econômica e cultural do macroorganismo social no qual está inserido o sujeito, refere-se aos modos de produção (escravismo, capitalismo e socialismo, às forças de produção e às classes sociais [...])” (TRIVIÑOS, 1987, p. 139). Ainda sobre essa técnica, Sampierre, Fernández-Collado e Lucio (2006) referem que existem várias possibilidades para sua efetivação, nesse estudo utiliza-se “a triangulação de dados que contempla tipos diversos, fontes diversas, tempos diversos e diferentes bases de dados” (p. 790). Ou seja, é imprescindível a articulação de análise do contexto - da dinâmica sócio-histórica capitalista e seu impacto na materialização da política



de assistência social no meio rural - a análise de documentos – sendo que se utilizou a Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS) e a escuta dos sujeitos partícipes da pesquisa (gestor, profissionais e usuários), enquanto possibilidade de melhor compreender o objeto aqui estudado.

No que se refere a análise dos dados coletados, optou-se pela análise de conteúdo de tipo categorial temática, que conforme Bardin (2011) é um conjunto de técnicas que visa captar o conteúdo das mensagens que os interlocutores expressam, para isso, organizou-se o processo em três etapas: 1- a pré-análise; 2 – a exploração do material; 3 – o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Cabe agora brevemente detalhar esses procedimentos.

A pré-análise é o momento de organização propriamente dita. Foi o momento que se buscou organizar as entrevistas realizadas com as (os) trabalhadoras (os) rurais; após transcritas, realizou-se uma primeira leitura, caracterizada como flutuante, visando “estabelecer contato com os documentos que seriam analisados e conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações” (BARDIN, 2011, p. 126).

A segunda etapa destina-se a realizar a exploração do material, primeiramente buscou-se codificar as entrevistas, os (as) trabalhadores (as) rurais entrevistados (as) receberam o código TR1 e TR2, o (a) profissional técnica (o) recebeu o código SESS, e o (a) Gestor (a) ficou como GT. Feito isso, com vistas a extrair as categorias explicativas da realidade, buscou-se classificar e isolar os elementos constitutivos de cada entrevista por diferenciação, que após foram reagrupados conforme seu conteúdo temático. Esse reagrupamento deu origem as categorias explicativas da realidade, sendo elas: processo de subsistência, necessidade de infraestrutura e serviços, preconceito, dinâmica estrutural de atendimento, prestação dos serviços da política de assistência social e condições de trabalho dos profissionais. Cada uma dessas categorias deu origem a subcategorias, nossas unidades temáticas, que podem ser melhor visualizadas no quadro I e no quadro II que seguem logo abaixo.

#### **QUADRO I – Categorias gerais utilizadas no estudo**

<b>Categoria explicativa</b>	<b>Critério explicativo</b>	<b>Sub-Categorias</b>
Processo de subsistência	Condições de vida	Trabalho rural Pertencimento ao campo
Necessidade de infraestrutura e serviços	Conjunto de atividades e infraestrutura	Saneamento básico Transporte Serviços Sociais

Preconceito	Visões estigmatizadoras sobre os assentamentos	Estigma Desconhecimento sobre o assentamento Território conservador
-------------	--	---

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de depoimentos dos (as) entrevistados (as) através da análise de

#### **QUADRO II – Categorias utilizadas no estudo relativas aos serviços da PNAS**

<b>Categoria explicativa</b>	<b>Critério explicativo</b>	<b>Sub-Categorias</b>
Dinâmica estrutural de atendimento	Elementos gerais que determinam a política (legislações, relações institucionais)	Planejamento
Prestação de serviços da assistência	Desenvolvimento dos serviços básicos previsto na política	Equipamentos
Condições de trabalho	Conjunto de elementos necessários para os profissionais executarem a prestação de serviços	Distância Tempo Meios de trabalho

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de depoimentos dos (as) entrevistados (as) através da análise de conteúdo

A terceira etapa foi o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Aqui os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (“falantes”) e válidos (BARDIN, 2011, p. 131), visando relacioná-los, enquanto elementos colhidos da realidade, com as discussões teóricas, com o problema de pesquisa e com os objetivos deste trabalho.

As categorias expressas no quadro I estão inseridas no capítulo 3, servindo enquanto contraprova histórica e suporte para as discussões teóricas, cuja análise centra-se no impacto da dinâmica sócio-histórica do capitalismo no meio rural brasileiro. Já as categorias do quadro 2 sustentam as discussões do capítulo 4, neste item são discutidas as políticas sociais para o meio rural, desta forma os dados empíricos contribuem na percepção de como ocorre a materialização da política de assistência social e sua relação com os elementos apontados teoricamente.

É necessário explanar melhor sobre a forma como foi definida a amostra, tendo três públicos distintos entre si: gestor (a) da política de assistência social do município de Alegrete, profissionais e usuários da política de assistência. Considerando o universo de 8.062 pessoas morando no meio rural, foi preciso delimitar o público a ser investigado, para que se tivesse uma amostra da realidade, o tipo de amostra utilizada foi a não probabilística intencional e estabeleceram-se dois critérios para a inclusão dos trabalhadores rurais. Antes de referir os critérios, cabe salientar que todos os (as) entrevistados (as) usuários da política de assistência social que participaram da pesquisa residem em Assentamento do MST, denominado “Novo Alegrete”. O **primeiro** critério foi estar registrado no Cadastro Único nos

Programas Sociais do Governo Federal, e viver no meio rural; o **segundo** serem usuários dos serviços disponibilizados pelos equipamentos da Política de Assistência Social do município. Compreendidos os critérios estabelecidos, a escolha dos (as) entrevistados (as) se deu através da verificação de seu interesse em participar da pesquisa, inicialmente pretendeu-se entrevistar 06 trabalhadores (as) rurais, porém, só foi possível realizar a coleta direta com 2 sujeitos. No que concerne aos profissionais tinha-se a expectativa de entrevistar dois técnicos da equipe de trabalho do CRAS, assistentes sociais ou psicólogos, que tivessem atuado diretamente com os trabalhadores. O critério de inclusão e exclusão foi o tempo maior de atuação com o público usuário, porém, foi realizada entrevista com apenas um profissional. Cabe alguns apontamentos sobre porque não foram realizadas todas as entrevistas pretendidas. A constituição da pesquisa envolve elementos subjetivos e objetivos, como motivação e condições concretas para sua realização, porém, aqui será apontado somente o último aspecto. É necessário referir que desde os primeiros contatos com os profissionais vinculados a Secretária Municipal de Assistência Social sempre se teve receptividade com a proposta de pesquisa. O pesquisador trabalha enquanto assistente social em outra instituição, logo, em outra cidade, que já é um dos elementos que dificultaram a coleta dos dados, necessitando dispensa e sincronia com a disponibilidade dos (as) entrevistados (as) de participarem da pesquisa. Outro aspecto é inerente por ser ao meio rural, pois em dias de chuvas intensas ficou totalmente inviável o acesso a localidade, ocorrendo que em algumas vezes foram canceladas as entrevistas devido também a indisponibilidade de carro, e por um certo tempo os serviços vinculados a assistência social para o meio rural ficaram suspensos. Por fim, o gestor entrevistado seria o que estava assumindo o cargo no período do processo de coleta. A pesquisa, portanto, pautou-se nas informações de 04 entrevistados (as).

No que se refere aos aspectos éticos, a pesquisa foi aprovada pela Comissão Científica do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e pelo Comitê de Ética da PUCRS, conforme anexo A. Ressalta-se que pretende-se realizar a devolução dos resultados, a partir de documentos impresso, bem como em reuniões coletivas, conferências e em fóruns referentes à Política Pública de Assistência Social, além da publicação de artigos científicos sobre o tema e apresentação dos resultados em eventos.

A *estrutura* desta dissertação está organizada em mais três capítulos. O capítulo 2 e o capítulo 3 apresentam discussões em torno da dinâmica sócio-histórica brasileira no meio rural, buscam trazer à tona a influência da estrutura econômica e dar visibilidade na esfera política a legitimação, ao longo dos anos, da manutenção da concentração da terra e do poder econômico e político. Dividiu-se em duas partes essa discussão por dois fatores.

O primeiro, vinculado ao capítulo 2, irá centrar sua discussão na formação da sociedade brasileira, contemplando desde a era colonial até o fim da Primeira República, período marcado pela hegemonia das elites agrário-exportadoras; o segundo fator, que se refere ao capítulo 3, está relacionado a mudança que a década de 1930 impôs à sociedade brasileira, com a transição para a matriz urbano industrial, que irá impactar na própria dinâmica do meio rural, e da sua relação com a cidade. Aqui aborda-se que o Estado, através das políticas públicas, centralizou seu desenvolvimento na modernização do latifúndio, imprimindo um pacto político econômico marcado pelo autoritarismo e o conservadorismo com os grandes proprietários de terra, isto explica porque a democratização da terra raramente foi pautada, e quando ocorreu, teve resposta conservadora, diga-se, o golpe de 1964. A análise deste capítulo estende-se até os dias atuais, sendo que no seu final os dados empíricos servem de contraprova histórica para as discussões realizadas.

O capítulo 4 tem o objetivo de discutir a inserção do trabalhador rural no sistema de proteção social brasileiro, especificamente voltado para a política de assistência social. Observa-se que esse processo se deu de forma lenta e gradual em comparação aos trabalhadores urbanos, denotando desigualdade de acessos aos serviços sociais. Somente com a Constituição Federal de 1988 equiparam-se o urbano e o rural no acesso a Seguridade Social, que também é marcada pela inserção da política de assistência social enquanto dever do Estado e direito dos cidadãos. Ao final deste capítulo os dados empíricos demonstram como vem ocorrendo o acesso da população rural a política de assistência social, completando a reflexão teórica a partir da pesquisa empírica.

Na sequência as considerações finais, buscam averiguar a pertinência do problema de pesquisa e dos objetivos desta pesquisa e as questões norteadoras, articulando com as reflexões realizadas ao longo dos capítulos, logo após temos as referências bibliográficas, apêndices e anexos.

## **2 DA ERA COLONIAL AO FIM DA PRIMEIRA REPÚBLICA: A HEGEMONIA DAS ELITES AGRÁRIAS**

Nesse capítulo buscou-se discutir a formação sócio-histórica brasileira, focando do período colonial até o fim da primeira república. Aqui aborda-se a constituição da estrutura agrária brasileira, centrada na grande propriedade de terras, monocultura e no trabalho escravo, vida material organizada para cumprir o *sentido da colonização* (PRADO JUNIOR, 2012). Essa estrutura é a base na qual o Estado é constituído, em primeiro momento dominado pela Coroa Portuguesa até o fim da era Colonial. Com a Instituição do Império, as elites agrárias nacionais ocupam esse espaço, principalmente aqueles voltados para a produção do café. Destes processos têm-se a exclusão de grande parte da população das decisões políticas do país, sendo quase todo o período aqui analisado marcado pela escravidão, pela supressão das liberdades individuais.

## **2. 1 O velho mundo descobre o novo mundo: a era colonial do Brasil (1500-1822).**

A transição do feudalismo para o capitalismo intensifica-se com a aguda crise no modo de produção feudal nos primórdios do século XIV. Potencializa-se pelo florescimento do comércio, expressão concreta do avanço de uma base mercantil, e também pelo limite das forças produtivas (terra e base técnica) e das relações sociais estabelecidas em produzir as mercadorias em quantidades suficientes para atender à crescente demanda que se constituía.

Do ponto de vista econômico, mediações de natureza mercantil penetraram as relações básicas da economia feudal entre os próprios senhores (a terra começou a ser objeto de transação mercantil) e entre senhores e servos (as prestações em trabalho e espécie começaram a ser substituídas por pagamentos em dinheiro). (NETTO; BRAZ, 2012, p. 83).

A dinâmica econômica que se dava no seio do feudalismo começa a modificar-se a partir do avanço das relações de caráter mercantil da sociedade feudal, cada vez mais as relações entre as classes dominantes e as classes dominadas sofrem influência dessa nova racionalidade econômica. Como exemplo se tem a terra, importante representação do poder, entendida como inalienável, mas que com o avanço das relações mercantis é usada para que possa através do arrendamento, gerar recursos financeiros para atender as necessidades dos senhores feudais. Esse contexto interfere diretamente nas relações entre os servos e os senhores feudais.

Na esfera política, tem-se a centralização do poder do rei no Estado absolutista, que ao mesmo tempo que limitou a intervenção dos senhores feudais, aumentou a intervenção dos comerciantes, estes tornaram-se os principais financiadores (NETTO E BRAZ; HUBERMANN, 2014). Com dificuldades em financiar o Estado e sua estrutura e as guerras, os nobres cediam monopólios comerciais a esses grandes comerciantes, onde criaram-se sociedades por ações, “resposta dos mercadores nos séculos XVI e XVII ao problema que era levantar enormes capitais necessários a tão vastos empreendimentos como o comércio com a América, África e Ásia” (HUBERMANN, 2014, p. 70). Esse processo fortaleceu econômica e politicamente a nascente burguesia.

A “descoberta” do Novo Mundo pelos europeus não se deu por acaso, é fruto do processo de expansão comercial que se constituía na Europa Ocidental, tendo o avanço das técnicas de navegação elemento propulsor para a busca de outras frentes territoriais de exploração comercial. O “*surto marítimo*” do século XV vem ao encontro da busca da burguesia comercial por novas fontes de lucro, pois o território até ali explorado não estava conseguindo oferecer matérias-primas em quantidade suficiente para alimentar o mercado europeu (PRADO JUNIOR, 1980). Mas essa descoberta também aponta para a insuficiência do modo de produção feudal, devido ao seu baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, logo não conseguindo alimentar o mercado em expansão, acaba contribuindo para o surgimento das manufaturas, “que desde o início pressupôs uma máquina, ainda que na mais tosca das formas, que muito rapidamente se mostrou o mais capaz de desenvolvimento” (MARX, ENGELS, 2009, p. 81), que mais adiante foram substituídas pela grande indústria. Pode-se dizer que o avanço das forças produtivas e as transformações tecnológicas que estavam ocorrendo, mas também as mudanças políticas e sociais, afetaram diretamente a dinâmica entre a cidade e o campo.

Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio com as colônias, o aumento dos meios de troca e do volume de mercadorias em geral trouxeram uma prosperidade até então desconhecida para o comércio, a navegação e a indústria e, com isso, desenvolveram o elemento revolucionário dentro da sociedade feudal em desintegração. (MARX; ENGELS, 1998, p. 9).

Esse elemento revolucionário que Marx e Engels (1998) referem-se são as condições materiais para a superação da sociedade feudal, para que fosse realizada a ruptura definitiva com o modo de produção anterior. A capacidade de produção e ampliação dos intercâmbios dos mercados locais para os mercados nacionais e internacionais, suscitaram mudanças na produção das mercadorias. Com a descoberta de novos mercados, as demandas por mercadorias

do Novo Mundo aumentaram chegando a níveis surpreendentes. A manufatura ao longo do desenvolvimento deste processo, já não conseguia atender a demanda por mercadorias imposta pelo mercado mundial.

Brevemente tentamos delinear o contexto europeu e as importantes transformações que estavam ocorrendo para que possamos entender a constituição do processo de colonização brasileiro pelos portugueses, que

[...] constitui-se num elemento integrante da expansão capitalista, que parte, agora, para a *reprodução ampliada* do seu processo de autorreposição. É esse novo caráter do capital, que abandona a mera esfera da circulação, entrando na da produção de mercadorias, que, em essência, explica o surgimento do “sistema colonial” (MAZZEO, 2015, p. 55).

Para atender aos anseios da expansão do mercado Europeu, a burguesia mercantil portuguesa, ao iniciar o processo de colonização em solo brasileiro, organizou-a em três pilares principais: (1) a grande propriedade; (02) a monocultura e (03) uso do trabalho escravo (HOLANDA, 2014; PRADO JUNIOR, 2011). A ocupação do território brasileiro concentrou-se principalmente no litoral, devido a facilidade de escoar a produção pela via marítima. A Coroa portuguesa ao ter o domínio absoluto do território, conquistada através da força militar e da consequente violência contra os povos nativos que aqui residiam antes da chegada dos europeus, aplicou o direito ao monopólio da propriedade da terra, concedeu-se a posse e o uso hereditário para homens ricos, que tivessem condições de explorar e produzir bens necessários de que necessitava o mercado europeu. As capitânicas hereditárias foram as primeiras formas de distribuição, onde destinavam-se grandes extensões de terras a donatários, que geralmente eram oriundos da nobreza de Portugal ou prestadores de serviço à Coroa. Estes tinham o direito a “repartir e distribuir parcelas de sua capitania, que eram chamadas de sesmarias e podiam ser entregues àqueles que, além de interesse, apresentassem recursos para explorá-las” (STÉDILE, 2011, p. 14). O latifúndio foi a consequência desse processo, gerando uma grande concentração das terras e excluindo grande parte da população do seu acesso, estes em sua grande maioria eram escravos, sem direito nenhum garantido, fenômeno ainda persistente na sociedade brasileira. Holanda (2014) destaca que “*sem braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela [a colonização] seria irrealizável*” (p.56)

No que se refere ao desenvolvimento da pequena propriedade, os lavradores deste estabelecimento não teriam como arcar com os altos custos do desbravamento do território, eram necessários recursos, que não tinham, e consequentemente foram excluídos do grupo dos

agentes econômicos que mantinham relação com a Coroa Portuguesa. Prado Júnior (1980) destaca que:

A pequena propriedade não encontrou terreno favorável para se desenvolver na economia da colônia. O trabalho livre de pequenos lavradores não podia concorrer na rude tarefa do desbravamento de uma terra ainda virgem e nas primitivas culturas e produções aqui adotadas com o grosseiro trabalho do escravo. Este satisfazia plenamente as exigências desta rudimentar agricultura por um custo inacessível ao trabalho livre. (p. 19).

Os portugueses ao realizarem a colonização do solo brasileiro pretendiam não mais que o estabelecimento de feitorias comerciais, a exemplo do que haviam feito em outras explorações na Índia e na África, extrair os recursos da colônia para alimentar os interesses da Coroa portuguesa. No contexto do Novo Mundo esse processo sofreu algumas alterações importantes, devido principalmente as condições do território e dos povos que o habitavam. Tinha-se um “território primitivo habitado por rala população indígena incapaz de fornecer qualquer coisa realmente aproveitável” na opinião dos portugueses (PRADO JR, 2011, p. 21). Devido a isso, os pilares constitutivos que mencionamos acima tornaram-se a base material para a produção de mercadorias e também são elementos importantes para compreender o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro ao longo dos séculos, bem como seus rebatimentos na constituição da desigualdade social na cena contemporânea, aspectos que serão discutidos ao longo desse trabalho.

Voltando a discussão do processo de colonização, os portugueses não puderam voltar-se somente para o negócio, para sua administração e para a defesa armada, seria necessário ampliar essas bases, o povoamento teria objetivo abastecer e manter feitorias comerciais, buscando organizar a produção para atender ao comércio europeu (PRADO JR, 2011). O povoamento surge somente dessa necessidade e tem como fator de influência os conflitos político-religiosos e a transformação econômica que ocorria na Europa, modificando a dinâmica interna dos países, principalmente da Inglaterra, e a distribuição de sua população. Neste contexto grande número de camponeses europeus foram expulsos de suas terras, estas deixariam de ser usadas para plantio e tornar-se-iam pastagens para os carneiros, que forneceriam lã para abastecer a indústria têxtil que se formava. Essa população irá ocupar principalmente a parte central da América, sendo um dos motivos a semelhança do clima. No Brasil esse povoamento, para dar conta da extração de riquezas do território descoberto, que baseado no braço escravo, através da escravidão de índios, no início, e de negros advindos do continente africano.



[...] A abundância de terras férteis e ainda mal desbravadas fez com que a grande propriedade rural se tornasse, assim, a verdadeira unidade de produção. Cumpria apenas resolver o problema do trabalho. E verificou-se, frustradas as primeiras tentativas de emprego do braço indígena, que o recurso mais fácil estaria na introdução de escravos africanos (HOLANDA, 2014, p. 55).

Desta forma as atividades econômicas, principalmente a agricultura, organizaram-se nessas bases com fim de atender aos objetivos estabelecidos, tornando-se o nervo econômico, sendo que outras atividades como mineração e produções extrativas tiveram papel secundário, neste momento principalmente pela expansão do comércio internacional para os produtos agrícolas. O aumento da população europeia no século XVIII foi elemento importante para o aumento da procura. As *três* grandes lavouras na agricultura brasileira na era colonial foram a canavieira, do algodão e a do tabaco, representando a quase totalidade econômica agrária do país. Localizavam-se principalmente próximas ao litoral pela facilidade logística de escoar a produção agrícola, enquanto a inserção para além do litoral ficou a cargo da mineração e da pecuária. A primeira pelo valor considerável do ouro que equivalia ao gasto com o transporte, e a segunda pelo fato do gado não necessitar de quem os levasse podendo ir desbravando a mata.

A desvantagem das capitâneas do interior, nesse terreno é manifesta. Numa economia essencialmente exportadora como a da colônia, sua posição é excêntrica. Só com a agricultura, a colonização não teria penetrado o interior; e é por isso que até o século XVII os portugueses continuavam a “arranhar o litoral como caranguejos”. São a mineração e a pecuária que tornaram possível e provocaram o avanço”. (PRADO JR, 2011, p. 139).

O desenvolvimento da agricultura na era colonial teve ênfase mais quantitativa do que qualitativa. O aperfeiçoamento técnico foi praticamente nulo, utilizou-se processos bárbaros, destrutíveis, fato que prevaleceu até fins do século XIX. “No trato da terra também nada se fizera no sentido do melhor aproveitamento, restauração ou mesmo simples conservação das propriedades do solo. O sistema de monocultura e o espírito que anima o produtor colonial são disso os responsáveis” (PRADO JR, 2011, p. 142). Gilberto Freyre na obra *Casa Grande e Senzala*, publicado em 1933, aborda no capítulo primeiro os impactos da monocultura no que se refere as fontes de nutrição na era colonial, onde aquelas

[...] fontes foram por assim dizer pervertidas, outras estancadas pela monocultura, pelo regime escravocrata e latifundiário, que em vez de desenvolvê-las, abafou-as, secando-lhes a espontaneidade e a frescura. [...] Essa mesma economia latifundiária e escravocrata que tornou possível o desenvolvimento econômico do Brasil, sua relativa estabilidade em contraste com as turbulências nos países vizinhos envenenou-o e perverteu-o nas suas fontes de nutrição e de vida” (FREYRE, 2006, p. 96).

Esse espírito que *anima o produtor colonial*<sup>3</sup> também é pauta de reflexão de Holanda (2014), o autor refere que “o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho” (p.56). Como consequência desta lógica, separou-se a agricultura da pecuária, a segunda poderia ter contribuído para uma melhor fertilidade dos solos, através do estrume dos animais, bem como pela utilização do gado no processo produtivo dos estabelecimentos rurais. O emprego da energia hidráulica na colônia foi muito pouco difundido, utilizando preferencialmente a força do homem e do animal.

No que se refere as grandes lavouras na colônia, como mencionado acima, seu traço essencial é a exploração em larga escala, organizando-se nos engenhos e nas fazendas. A cana de açúcar e seus produtos derivados (aguardente, melado, rapadura) concentrou-se principalmente no Nordeste, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Nos engenhos compreende-se várias construções e instalações, como moenda, caldeira, entre outros, espaço destinado para que fosse realizada a manipulação da cana e o preparo do açúcar. O algodão em comparação ao açúcar possui uma produção mais simples e menos dispendiosa, “só quando se torna mercadoria de grande importância no mercado internacional que o algodão começa a aparecer, tornando-se mesmo umas das principais riquezas da colônia” (PRADO JR, 2011, p. 155). Verifica-se, como aponta o autor, “o papel que representa a economia brasileira a função agroexportadora: é ela o fator único determinante de qualquer atividade econômica de vulto” (PRADO JR, 2011, 155).

Enquanto a grande lavoura voltava-se para o exterior, a agricultura de subsistência volta-se para o consumo interno da colônia, produzindo principalmente mandioca, feijão e milho, tendo papel subsidiário, enquanto apêndice da grande exploração agrária, voltada para o fim último da colonização. Conforme Prado Jr (2011), a agricultura de subsistência teve duas fases: a *primeira* trabalhada por escravos dentro das grandes lavouras; a *segunda* trabalhada por proprietários ou ocupantes da terra. Tinha sua preferência de localização geográfica próxima aos grandes centros urbanos, aos quais servia preferencialmente. A cultura de subsistência e a produção de alimentos para o consumo interno eram precários, quando os preços de produtos exportáveis tinham alta no mercado europeu, o seu foco voltava-se para essas atividades mercantis, mesmo tendo decreto real obrigando a produção de produtos para subsistência (PRADO JR, 2011). “Situação paradoxal, porque a miséria e a fome a ombream com a prosperidade daqueles preços elevados” (PRADO JR, 2011, p. 171).

---

<sup>3</sup> Holanda referindo-se ao uso do arado, enquanto elemento para o uso dos métodos “maus” no trato com a terra e o meio ambiente “as dificuldades que ofereciam frequentemente ao seu manejo os resíduos da pujante vegetação florestal” (HOLANDA, 2014, p. 58). A queimada da vegetação também foi outra técnica utilizada.

A organização da vida material na colônia estaria destinada para atender e “fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais e minerais de grande importância: o açúcar, o algodão, o ouro [...]” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 123), desta forma os ramos variados da economia colonial voltaram-se para esse fim externo, exportador, este é o *sentido da colonização brasileira* (PRADO JÚNIOR, 2011). A partir da base material organizada, constitui-se uma superestrutura política e jurídica, que seria organizada hegemonicamente conforme os preceitos dos grandes proprietários rurais, que além de monopolizarem toda a riqueza, também monopolizaram o poder político. Até a metade do século XVII<sup>4</sup> a Coroa Portuguesa pouco influenciava na dinâmica política do país, os proprietários rurais reinavam soberanos em suas fazendas e engenhos e também através das câmaras municipais.

Na segunda metade do século XVII, a metrópole de Portugal realiza várias restrições comerciais à Colônia, buscando monopolizar o comércio e ao mesmo tempo restringir a influência de outras nações, diga-se como exemplo a Holanda. Neste período, além da economia voltada para agricultura, desenvolve-se o comércio e o crédito, gerando uma rica burguesia de negociantes fazendo paralelo aos até então soberanos senhores de terras (PRADO JÚNIOR, 1980). Estes negociantes em sua maioria eram oriundos do reino de Portugal, representando a metrópole, além de monopolizarem o comércio, buscavam influenciar a vida política brasileira, e aos poucos, foram conseguindo minar a autonomia dos proprietários rurais, o que gerou pontos de conflitos ao longo da era colonial entre portugueses e brasileiros. No século XVIII, a Coroa Portuguesa consegue tornar-se autoridade central.

Cabe salientar aqui a relação entre campo e cidade na época do Brasil colônia. Como tentou-se discutir anteriormente, no rural se dava a centralidade da dinâmica material e política, tornando as cidades totalmente subordinadas, cenário contrário ao que ocorreu na Europa. Conforme Holanda (2014), a propriedade rural além de ser o *locus* onde realizava-se o processo produtivo, era também local que os proprietários rurais fixavam suas residências, só iam para as cidades em atividades festivas, estas eram habitadas pelos funcionários da administração e por mercadores.

Nos domínios rurais as relações ali estabelecidas, diga-se as relações privadas/domésticas, raramente sofriam influências externas, o patriarca da família tinha o domínio total, e os demais componentes da família, os trabalhadores livres (se tivesse), os

---

<sup>4</sup> Ele é por isso necessariamente disperso. Em cada região, é a câmara respectiva que exerce o poder. Formam-se assim sistemas praticamente soberanos, regidos cada qual por uma organização política autônoma. O Brasil colonial forma uma unidade somente no nome. Na realidade é um aglomerado de órgãos independentes, ligados entre si apenas pelo domínio comum, porém muito mais teórico que real, da mesma metrópole. (PRADO JÚNIOR, 1980, p. 30-31).

escravos, estariam submetidos a figura do proprietário rural, principalmente os últimos. As relações entre a classe dominante e os (as) escravos (as) no seio da família patriarcal, e no dia a dia dos engenhos e fazendas, constituíam-se através da “violência física, sexual, posse, brincadeiras, traspassamento do outro: eis a sociabilidade como moeda de troca no cotidiano (OLIVEIRA, 2003, p. 454). Conforme Freyre “não há escravidão sem depravação sexual. É da essência mesma do regime” (2006, p. 399). A escravidão na sociedade colonial assumiu duas funções, o trabalho e o fator sexual.

O trabalho escravo nunca irá além do seu ponto de partida: o esforço físico constrangido; não educará o indivíduo, não o preparará para um plano de vida humana mais elevado. Não lhe acrescentará elementos morais; e, pelo contrário, degradá-lo-á, eliminando mesmo nele o conteúdo cultural que porventura tivesse trazido do seu estado primitivo. [...]. A outra função do escravo, ou antes, da mulher escrava, instrumento de satisfação das necessidades sexuais de seus senhores e dominadores, não tem um feito menos elementar. (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 364).

A escravidão é um dos principais motivos para que a esfera pública fosse praticamente nula, e também o fator mais negativo para a construção da cidadania (CARVALHO, 2015). Essa relação que se dava para dentro da porteira, acaba alastrando-se para além da fazenda e dos engenhos, torna-se a base própria para a dinâmica social e política da sociedade colonial.

O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. Representando, como já se notou acima, o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a ideia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família. (HOLANDA, 2014, p. 96).

Como se pode observar na reflexão acima, a dinâmica doméstica que se desenvolvia nos domínios rurais influenciou decisivamente na constituição da esfera pública, o público sempre se tornava submisso em relação ao privado. Essa dificuldade de separar claramente, se é possível, público e privado, se deve muito a própria organização social do Brasil Colônia, a esfera pública era restrita, para não dizer nula, pois, grande parte da população brasileira estava sob o jugo dos grandes proprietários rurais. A cidadania era restrita aos proprietários de terra e de escravos, ou seja, uma ínfima minoria. Os espaços públicos eram sufocados pela dinâmica privada, não possibilitando outras formas de sociabilidade (BERAS, 2009). Essa relação entre o público e privado vem gerar o que Holanda (2014) e Faoro (1985) denominaram como

Patrimonialismo, que é justamente a invasão do primeiro pelo segundo. "A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente" (FAORO, 1985, p. 733).

As relações sociais constituídas no seio da estrutura econômica da sociedade colonial elevam-se para as esferas políticas e jurídicas, o Estado em si, sendo que este não pairava acima do desenvolvimento material, mas é permeado por esses interesses, num primeiro momento exclusivo dos senhores de terras, mais tarde agrupam-se, não sem existir conflitos e nem romper a ordem estabelecida, com setores da burguesia mercantil portuguesa. "A sociedade colonial brasileira é o reflexo fiel de sua base material: a economia agrária que descrevemos. Assim como a grande exploração absorve a terra, o senhor rural monopoliza a riqueza, e com ela seus atributos naturais: o prestígio, o domínio" (PRADO JÚNIOR, 1980, p. 23).

Na peculiaridade histórica brasileira, todavia, a camada dirigente atua em nome próprio, servida de instrumentos políticos derivados de sua posse do aparelhamento estatal. Ao receber o impacto de novas forças sociais, a categoria estamental as amacia, domestica, embotando-lhe a agressividade transformadora, para incorporá-las a valores próprios muitas vezes mediante a adoção de uma ideologia diversa, se compatível com o esquema de domínio. (FAORO, 1985, p. 745).

Até aqui tentou-se elaborar de forma sintética a dinâmica da sociedade colonial, buscando trazer elementos que elucidassem minimamente a forma como estava organizada a produção na colonização, afim de atender aos objetivos de exportação de produtos para os mercados europeus. Também buscou-se refletir sobre as relações políticas e sociais estabelecidas, a relação público e privado e a confluência de ambos.

No próximo item será discutido o processo de independência em 1822, abordando os elementos propulsores para esse processo, até o fim da primeira república.

## **2.2. A vinda da família Real e o processo Independência do Brasil: análise do período Imperial (1822-1889).**

O fim da era colonial e a proclamação da independência do Brasil logicamente não se deu de uma hora para outra. Este processo foi sendo gestado ao longo do processo histórico, marcado tanto por conflitos internos entre os grandes proprietários de terras e a Coroa Portuguesa - principalmente devido ao monopólio do comércio pelos mercadores portugueses - como pela dinâmica na correlação de forças no cenário europeu.

A perspectiva de liberdade comercial, proporcionada pela decadência portuguesa – que materializava o surgimento da maturidade capitalista –, reforçada a partir 1808, levará essa burguesia a não mais querer que a maior parte da renda real produzida no Brasil reflua à metrópole. Tais interesses específicos determinarão o rompimento dos terratenentes brasileiros com Portugal, isto é, com as correntes do “Exclusivo Colonial” português que amordaçavam as possibilidades de maiores lucros dos poderosos do Brasil (MAZZEO, 2015, p. 82).

Com a ocupação do território de Portugal pelas tropas de Napoleão e a conseqüente marcha em direção a capital Lisboa, Dom João VI decidiu transferir a corte portuguesa para a colônia brasileira. Com essa mudança, acelera-se o processo de emancipação política do Brasil Colônia em relação a metrópole. Esse processo foi acompanhado de perto pela Inglaterra, que por estar em guerra com a França, possuía grandes interesses em aumentar sua influência comercial em relação a Portugal, tendo em vista que as colônias da última poderiam fornecer matérias primas para alimentar o comércio europeu. Exemplo disso foi a abertura dos portos do Brasil para as “nações amigas”, diga-se a Inglaterra.

[...] ato historicamente previsível, mas ao mesmo tempo impulsionado pelas circunstâncias do momento. Portugal estava ocupado por tropas francesas, e o comércio não podia ser feito por meio dele. Para a Coroa, era preferível legalizar o extenso contrabando existente entre a colônia e a Inglaterra e receber os tributos. [...] A abertura dos portos favoreceu também aos proprietários rurais produtores de bens destinados à exportação (açúcar e algodão principalmente), os quais se livraram do monopólio comercial da Metrópole. Daí para a frente, seria possível vender a quem quer que fosse, sem as restrições impostas pelo sistema colonial” (FAUSTO, 2013, p. 106).

O descontentamento dos proprietários rurais com a Coroa Portuguesa também se dava no terreno da administração interna, pois, a partir da segunda metade do século XVII aumentou a influência da metrópole na dinâmica política do país, mercadores oriundos de Portugal começaram a disputar e ocupar cargos políticos até então exclusivos dos senhores de terras. Instalando-se o conflito entre brasileiros e portugueses, o que resultou na nossa independência (PRADO JÚNIOR, 1980).

Mesmo com esses conflitos, o processo de Independência foi realizado através de um “arranjo político” (PRADO JÚNIOR, 1980), uma transferência de certa forma pacífica do poder, com alguns pontos de conflito no norte do país, onde tropas portuguesas buscavam fazer com que o Brasil voltasse a ser Colônia. Esse “arranjo político” foi negociado entre a Coroa Portuguesa, os grandes proprietários rurais e a Inglaterra, ficando grande parte da população praticamente excluída deste processo. Os grandes proprietários rurais organizados através do Partido Brasileiro deram a linha política, que logicamente visava atender centralmente aos seus interesses. Exemplo disso é o projeto de Assembleia Constituinte de 1823, que não foi

efetivado, mas visava eliminar os resquícios da dominação colonial e promover uma maior liberdade comercial, baseando-se nos ideais liberais, porém sem promover transformações estruturais, como o fim da escravidão. Relação bem diferente estabelecida em outras colônias na América Latina, marcadas por guerras violentas em busca da independência. Ressalta-se novamente a participação da Inglaterra, enquanto importante mediador neste episódio, negociando com o Reino português indenização de 2 milhões de libras pela perda de sua colônia, dinheiro emprestado ao Estado nacional brasileiro em formação. Pode-se dizer que seria o início da nossa dívida pública. Em síntese, o processo de independência substituiu o Regime Colonial pelo Regime Imperial, indo na contramão aos ideais da Revolução Francesa e ao que vinha ocorrendo no contexto latino-americano.

Esse contexto estabelece mudanças importantes na relação entre o rural e o urbano. Como abordado no item anterior, a dinâmica do sistema colonial se dava centralmente no espaço rural, mas com a vinda da família real em 1808, essa relação sofre mudanças substanciais, abre-se espaço para o avanço das cidades, ameaçando os velhos padrões coloniais (HOLANDA, 2014), principalmente devido a própria origem mercantil citadina dos comerciantes e dos profissionais que imigraram para o Brasil. As cidades viriam paulatinamente a ocupar no cotidiano dos proprietários rurais atividades de lazer e de habitação e as próprias atividades econômicas também sofreriam mudanças.

As novas exigências dos senhores rurais fazem com que abandonem as produções invendáveis, os gêneros de consumo interno dos domínios, por outros que servissem para abastecer o comércio exterior. Transformam-se assim as explorações rurais cada vez mais em empresas essencialmente mercantis, votadas exclusivamente à produção para a venda” (PRADO JÚNIOR, 1980, p. 54).

Isso não significa que romperam com a sociabilidade que se dava nos domínios rurais, na verdade o que ocorreu foi a reprodução de muitos aspectos daquela dinâmica nas cidades, principalmente no que se refere a relação público/privada na organização das instituições. Ou seja, a racionalidade que se dava no seio do espaço rural foi elemento constitutivo, levando para as cidades o conservadorismo e o autoritarismo.

Com a vinda de Dom João VI para o Brasil ocorreram mudanças na estrutura administrativa do governo e na organização do Estado nacional e também na esfera econômica. O governo, a partir da Promulgação da Constituição 1824, organizou-se nos poderes legislativos, executivos, judiciário e o poder moderador (uso exclusivo do Imperador). Os conflitos políticos foram intensos no primeiro Reinado (1822-1831), principalmente entre as classes dos grandes proprietários e grupos menores que defendiam a autonomia nacional frente

as forças portuguesas que buscavam recolonizar o Brasil, tendo em vista a crise econômica e política que se instalava em Portugal devido à perda dos recursos advindos da colônia. Essa disputa gerou em algumas regiões do país repulsa aos portugueses, germinando, em certos aspectos, nos brasileiros certo sentimento nacional.

No que se refere as mudanças econômicas pode-se citar o fim do regime de sesmarias em 1822, que até então estabelecia a terra enquanto domínio exclusivo da Coroa Portuguesa, cabendo ao sesmeiro somente o uso. Em 1850 com a aprovação da Lei de Terras, segundo Oliveira (2013), instaura-se o marco jurídico da constituição da propriedade privada capitalista no Brasil, definindo que a sua posse só poderia ocorrer através da compra e venda. Uma estratégia utilizada tendo em vista a crescente pressão externa, principalmente da Inglaterra, para a abolição da escravidão, desta forma, essa lei foi utilizada para que a terra se mantivesse concentrada nas mãos dos grandes proprietários rurais e evitasse o acesso dos escravos e imigrantes (KRAEMER, 2006).

Em 1850, também é promulgada a Lei Eusébio de Queirós, que aboliu o tráfico de escravos. Essa lei é fruto do processo de pressão dos Ingleses, que vinham desde o início do século XIX pressionando o Brasil para a abolição da escravidão. Nas últimas décadas, devido ao iminente risco de represália, efetivou-se esse tratado. Aliado a isso, desenvolve-se no Brasil uma série de reformas que visavam a modernização do país, como por exemplo, a criação do segundo Banco do Brasil em 1851, linhas telegráficas no Rio de Janeiro, estradas de ferro, organização e expansão do crédito bancário, maior circulação de notícias, estabelecimento de meios de transporte modernos entre o espaço rural e os grandes centros comerciais (HOLANDA, 2014). Essas transformações logicamente colocavam em xeque a dinâmica impermeável dos domínios rurais.

Não é por simples coincidência cronológica que um período de excepcional vitalidade nos negócios e que se desenvolve sob a direção e em proveito de especuladores geralmente sem raízes rurais tenha ocorrido nos anos que se seguem imediatamente ao primeiro passo dado para a abolição da escravidão, ou seja, a supressão do tráfico negreiro (HOLANDA, 2014, p. 87).

No quadro abaixo apresentasse o impacto quantitativo da aprovação dessa lei no que tange ao tráfico negreiro:

### **Quadro 3 – Tráfico negreiro entre 1845-1852**

<b>Impacto da lei Eusébio de Queirós (1850) na importação de escravos</b>
---



<b>ANO</b>	<b>TOTAL</b>
1845	19.363
1846	50.354
1847	56.172
1848	60.000
1849	54.000
1850	23.000
1851	3.287
1852	700

FONTE: HOLANDA (2014)

Como se pode observar, houve uma queda brusca na importação de escravos entre 1849 e 1852. Diante disso se teria um grande volume de capital utilizado anteriormente para compra de escravos disponíveis, assim organiza-se uma grande instituição de crédito (Banco do Brasil) que poderia canalizar para outras atividades econômicas esses recursos. Essas mudanças estavam intimamente relacionadas com a dinâmica mundial, sendo que a dissolução do feudalismo estava sacramentada, e o avanço do modo de produção capitalista e suas relações era iminente. Logicamente, esses elementos tiveram rebatimentos internos na formação brasileira, acirrando os conflitos entre as classes dominantes, que estavam beneficiando-se diretamente deste progresso econômico, os comerciantes, liberais, e aqueles que estavam a margem deste processo, os “conservadores-retrógrados” (PRADO JÚNIOR, 1980).

Conforme Fausto (2013), a partir de 1870 iniciam-se os primeiros sintomas de crise do segundo Reinado (1840-1889), que culminaram na Abolição da escravatura em 1888 e com a proclamação da República em 1889. Eles podem ser identificados pelo início do movimento republicano, tendo como base social profissionais liberais e jornalistas; os conflitos entre o governo, a Igreja e o Exército; o avanço da pressão interna e externa para o fim da escravidão, afetando diretamente os interesses dos proprietários rurais que sustentavam suas riquezas justamente na exploração do braço escravo, sendo essa classe a principal base social do Império, e conforme este cedia, os conflitos se acirravam cada vez mais. Nesta mesma linha, segundo as forças progressistas da época, a escravidão impedia o desenvolvimento das forças produtivas no Brasil e o atendimento dos interesses de agentes econômicos que capitaneavam essas transformações econômicas que ocorriam no Brasil. Deve-se mencionar também o

avanço dos movimentos liberal-abolicionistas, que a partir de 1880 ganharam expressão na luta contra os defensores da permanência da escravidão, estes encastelados e isolados enquanto força política nas “instituições políticas, como o Senado e o Conselho de Estado [...], freava a cada passo a marcha do país” (PRADO JR, 1980, p. 88). As contradições entre as relações políticas e a estrutura econômica se acirram, a dissolução do Império era iminente, bastou uma passeata dos militares para fechar esse ciclo.

### **2.3. Proclamação da República (1889) até Revolução de 1930.**

O projeto instaurado a partir da Proclamação da República, em 1889, que sacramentou o fim do período Imperial, com a passeata dos militares, não teve como objetivo romper a estrutura econômica e política até ali constituída, pelo contrário, em certo ponto reforçou as bases de uma economia voltada para fora, que assim caracteriza-se desde a era colonial-Imperial, mantendo politicamente as bases autoritárias e conservadoras que pautaram o desenvolvimento nacional. A manutenção dessas bases se deu muito em função dos principais atores deste processo - os militares, novidade no cenário histórico brasileiro, e os proprietários rurais, principalmente aqueles vinculados a produção de café. A manutenção dessas bases reforçaram o caráter autoritário e conservador desse processo, pois, além de ter sido efetivado pelas elites agrárias, politicamente grande parte da população foi excluída, como as mulheres, mendigos, soldados, analfabetos e religiosos. Conforme Beras (2016), pode-se dizer que no início da Proclamação da República, os militares instauraram a primeira ditadura militar nacional, tendo como primeiras ações o fechamento do congresso e a ausência de liberdades políticas. A Primeira República caracteriza-se

[...] por substituir formalmente uma tradição autoritária colonial-imperial por uma tradição autoritária militar, conservando a posição e os interesses das elites (propriedade rural intocável, privilégios intocáveis...) e a ausência de uma democracia com sufrágio universal (BERAS, 2016, p. 60).

Essa substituição formal das bases do autoritarismo manteve conservada a posição e os interesses das elites, num processo em que as elites do “complexo cafeeiro” da região sudeste, principalmente de São Paulo, possuíam a hegemonia no Governo Federal. Devido a isso, a política econômica adotada durante este período histórico centrou-se no modelo agroexportador, tendo como núcleo central a produção do café. Desse modo é reforçado o *sentido da colonização*, que conforme Prado Junior (2011), busca organizar a vida social e

política para a exportação dos produtos agrícolas, aprofundando-se o caráter subalterno e dependente do Brasil na divisão internacional do trabalho, reafirmando a “vocação agrícola”, e a subordina o aos países centrais (Inglaterra e EUA). “A República já nasceu, nesses termos, sem oferecer qualquer promessa de rompimento com uma certa herança colonial, que tinha na subserviência diante das grandes potências um de seus traços característicos” (ARRUDA, 2012, p. 122). A rela o do Brasil com as grandes potências na primeira república sofre algumas mudanças em compara o a momento anteriores, se antes tínhamos uma subordina o ao capital financeiro devido aos sucessivos empréstimos, principalmente aos bancos ingleses, nessa nova fase, tem-se o investimento direto do capital internacional em atividades produtivas aqui desenvolvidas, que avançam em outra frente de subordina o. Uma das principais características da primeira República foi o

[...] o crescimento substantivo dos investimentos de capital financeiro internacional no país em todos os setores que apresentassem *rentabilidade*. Nesse sentido, os efeitos do imperialismo já se fazem sentir, uma vez que o equilíbrio obtido na balança comercial do país se fazia contando com esse capital, característica que, guardadas as diferenças de contexto, vem marcando a vulnerável política econômica brasileira até os dias atuais (SANTOS, 2012, p.68).

Com o investimento do capital financeiro internacional nas atividades produtivas que mais geravam rentabilidade, de 1899 a 1910 foram criadas 201 sociedades an nimas, sendo 160, o que representa 80%, de propriedade estrangeira (ARRUDA, 2012), diga-se, voltadas para o setor cafeeiro. A balança comercial brasileira cada vez mais dependia desses investimentos para que pudesse obter equilíbrio, tendo a export o do café como principal produto. Com isso, a economia brasileira tornava-se bastante dependente e vulnerável ao mercado externo na compra dos produtos primários, para que pudesse gerar divisas e importar tecnologias e demais serviços com o objetivo de retroalimentar o processo produtivo. A importa o se fazia necessária, pois devido ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas e ao baixo nível de industrializa o num mercado interno incipiente, o Brasil não tinha condi oes de financiar a produ o com seus próprios recursos, para isso o governo brasileiro contraia mais empréstimos e em “parceria” com as grandes potências cedia espaço para que pudessem explorar as riquezas nacionais. Percebe-se que esse processo visava reforçar o *caráter agroexportador* da economia brasileira e também seu papel secundário na economia internacional.   importante ressaltar que durante a primeira república as rela oes de subordina o do Brasil para com os países centrais, devido a dinâmica geopolítica, sofrem mudanças na correla o de forças. Até o início da primeira guerra mundial se tinha a

hegemonia Inglesa, porém, os EUA foram tornando-se o principal comprador do café brasileiro, bem como o maior credor dos empréstimos que o Brasil contraiu.

Tanto Prado Júnior (2004) quanto Fausto (1997) afirmam que se os custos da dependência econômica em relação ao capital financeiro internacional são altos, inegáveis também são os benefícios que esses investimentos trouxeram em se tratando da infraestrutura necessária como base para o desenvolvimento de tais atividades. Ambos falam da marcante presença desse capital no financiamento de ferroviários, portos, navegação e de algo fundamental para o desenvolvimento industrial: a geração de eletricidade. Desta forma,

[...] simultaneamente, o próprio mercado para a produção local se ampliava, na medida em que não só aumentavam as exportações brasileiras, [...], mas também porque os efeitos de encadeamento geravam um embrião de indústria local, que inicialmente serviu para atender ao próprio setor exportador (tecidos grosseiros para vestir os trabalhadores rurais, sacaria de café, indústria de alimentos, utensílios agrícolas etc.). (ARRUDA, 2012, p.134).

Esse investimento do capital internacional em infraestrutura e na produção, se em um primeiro momento foi voltada para dar condições de produzir em setores centrais para a política de exportação, contraditoriamente possibilitou que se construísse as bases para o desenvolvimento industrial brasileiro, para que futuramente pudesse pautar um projeto de desenvolvimento para dentro, com vistas a substituição das importações, pela produção local.

O Estado oligárquico se não bloqueou totalmente o processo de industrialização - devido a sua centralização na exportação dos produtos agrários e também na fraca capacidades dos agentes econômicos da indústria em rebater politicamente e economicamente o modelo agroexportador, apoiando a marcha para a continuidade desta política econômica – no mínimo contra-arrestava uma política de maior densidade. Exemplo disso é a própria instabilidade econômica pela qual passou o Brasil no início do século XX. Com a queda do preço do café no mercado internacional no fim do anos 1920 e a diminuição da exportação de outros gêneros primários, devido à perda de mercado para outros países fornecedores no mercado mundial, criaram-se dificuldades para importar, aprofundando o déficit da balança comercial (ARRUDA, 2012), como forma de remediar e para que pudesse gerar saldos positivos, o Estado, comandado pelas oligarquias rurais, construiu, em 1906, uma política de “valorização do café”, que visava elevar artificialmente o “preço do café, através da compra de grandes quantidades que tinham o seu ingresso racionado no mercado, fazendo parecer que havia escassez do produto, quando, na verdade, acumulavam-se imensos estoques que, a partir de 1925, foram sendo sistematicamente destruídos” (SANTOS, 2012, p. 68).

Esses estoques acumularam-se devido a superprodução deste gênero no Brasil, pois o mercado americano possibilitava garantias concretas para escoar sua produção, principalmente após o fim da primeira guerra mundial, quando a economia americana saiu fortalecida, devido ao parque industrial que foi bastante fomentado pela economia da guerra. Porém, com as sucessivas crises, a exportação foi diminuindo, ocasionando o aumento do estoque.

Devido a essas dificuldades para importar e também ao tímido avanço do processo de urbanização e industrialização, que foram impulsionadas após a primeira guerra mundial, intensificava-se cada vez mais a necessidade de diversificar a economia nacional, de produzir certos bens do setor industrial em território nacional, fazendo com que o projeto de desenvolvimento urbano-industrial fosse ganhado corpo no contexto nacional, conforme a crise internacional e os seus rebatimentos na economia brasileira intensificavam-se, tendo como ponto culminante o *crash da bolsa de Nova York*, em 1929. Esse cenário foi enfraquecendo as bases que sustentavam o modelo agroexportador e as oligarquias agrárias. Essa recessão econômica em escala mundial “põe a descoberto [...] as limitações mais graves da economia primária exportadora” (IANNI, 2004, p. 193), que já não conseguia dar respostas para a retomada do crescimento econômico.

Na esfera política, o desentendimento das elites dos grandes estados iria causar uma forte cisão interna, quando o então presidente da República Washington Luís insistiu que nas eleições de 1930 fosse mantido um paulista no poder, o que rompia com a política de alternância entre as elites mineira e paulista, aliança conhecida como Café com leite. Com esse conflito, frações da elite mineira, gaúcha e paraibana formaram a Aliança Liberal, que também tinha apoio dos democratas de São Paulo, para as disputas eleitorais de 1930. “O programa da Aliança Liberal refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média. Defendia a necessidade de se incentivar a produção nacional em geral e não apenas o café” (FAUSTO, 2013, p. 273), e também pautava medidas de proteção social aos trabalhadores urbanos.

Com a derrota da Aliança Liberal nas eleições de 1930, os conflitos não terminaram, a partir daí, organizou-se um movimento civil militar para que pudesse derrubar o então presidente eleito, Júlio Prestes. A oposição ao governo, comandada pelas elites oligárquicas regionais, teve maior ênfase a partir da década de 1920, que juntamente com as revoltas dos operários, foram tornando-se uma força política cada vez mais presente. Devido ao processo de industrialização e as próprias contradições do desenvolvimento do capitalismo, os tenentes iniciaram processo forte de resistência (CARVALHO, 2015). Também a influência dos

imigrantes, vindo principalmente da Europa, foi importante, principalmente a daqueles vinculados as correntes políticas anarquistas, socialistas, comunistas e os sindicalistas, contribuindo para a efervescência do cenário nacional. A Coluna Prestes, comandada pelo capitão Luís Carlos Prestes, que em 1930 integrou o Partido Comunista, foi a principal expressão do desgaste dos militares para com o governo.

O assassinato do governador da Paraíba, João Pessoa, fez com que integrantes da Aliança Liberal retomasse a luta e, em 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas é empossado como novo presidente da República. Cabe salientar que a Revolução de 30 não foi realizada por representantes de uma nova classe social, diga-se a classe média e a burguesia industrial, mas por “uma geração de políticos, de origem oligárquica, mas com propostas inovadoras, assumiu a liderança ideológica do movimento” (CARVALHO, 2015, p. 98). O poder ainda se manteve nas mãos das elites regionais, porém o projeto que se pretendia executar distinguia-se ao fomentar o processo urbano-industrial no Brasil. Politicamente, esse processo teve forte influência militar, que “coordenou a transição” (BERAS, 2016), novamente nossa histórica política é marcada pelas transformações de cima para baixo, evitando qualquer modificação do *status quo* e ampla participação da base social desta sociedade. Essa troca da elite no poder ocorreu sem grandes rupturas, como novidade, os setores ligados a indústria foram inserindo-se cada vez mais na dinâmica política do Estado. As relações foram centralizadas no Estado, diminuindo de certa forma a influência política local dos “coronéis”.

Mesmo que a antiga elite agrária tenha diminuído sua hegemonia política, devido a reconfiguração interna, esta nunca foi alijada do poder, mas se fracionou e se reorganizou, tendo em vista o novo contexto sociopolítico, que pautava-se no avanço da matriz urbano-industrial e no capitalismo moderno. A centralidade das elites agrárias no contexto continuou, pois, a sua importância se fazia central para o desenvolvimento do projeto que o novo governo impunha em movimento. Esse processo reflete a influência das elites agrárias no desenvolvimento nacional ao longo da constituição sócio-histórica brasileira, aspecto que se tentará eludir ao longo do próximo capítulo, principalmente no que tange ao desenvolvimento industrial e a articulação com os grandes proprietários.

### **3 O RURAL E A DINÂMICA SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA DE 1930 AOS ANOS 2000.**

Este capítulo pretende discutir as transformações que ocorreram no meio rural brasileiro a partir de 1930, tentando evidenciar como o Estado foi sendo elemento constituinte do processo de desenvolvimento do capitalismo em bases industriais, bem como de sua articulação com os (as) classes sociais, dando enfoque para aquelas pertencentes ao espaço agrário. Também se traz o quanto a esfera produtiva rural foi importante para financiar o processo de industrialização, mas também apontando as contradições do pacto agrário-industrial, que destinou grande parte da população rural ao escasso acesso às políticas públicas durante grande parte do período aqui analisado.

#### **3.1 Getúlio Vargas: transição do modelo agroexportador para o modelo urbano-industrial**

Conforme abordado anteriormente, a mudança na estrutura produtiva agroexportadora para uma urbano-industrial possui alguns elementos externos importantes que contribuíram para esse processo, como a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Grande Depressão econômica (1929-1933), mas também é necessário salientar alguns elementos internos, como o avanço constante de uma base industrial, diga-se, bastante incipiente, que depois do pós-primeira-guerra deu um salto bastante qualitativo; e a urbanização, que é outro elemento característico deste início de século, o que no conjunto marca importantes mudanças econômicas e políticas na sociedade brasileira, com vistas a garantir o desenvolvimento do capitalismo no Brasil em bases industriais modernas.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil a partir de 1930 orienta-se para uma nova perspectiva, agora sua centralidade volta-se para a unidade industrial enquanto carro-chefe da economia brasileira. Se antes a orientação era organizar a produção econômica, principalmente a agrícola, diga-se o café, para fora, agora o processo é inverso, é para dentro. Essas mudanças afetaram também a orientação na esfera estatal, conforme Fausto (2013), a partir deste contexto, estabelecem-se importantes diferenças entre o Estado Oligárquico e o Estado Getulista, podendo ser referenciado em três elementos:

1. A atuação econômica, voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização; 2. Atuação social, tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando-os, a seguir, a uma aliança de classes promovida pelo poder estatal; 3. O papel central atribuído às Forças Armadas – em especial o Exército – como suporte da criação de uma indústria de base e sobretudo como fator de garantia da ordem interna” (FAUSTO, 2013, p. 280).

Diante dessas transformações na esfera produtiva, o Estado assume papel ativo neste processo, assumindo a centralidade nos rumos da economia, buscando construir as bases para o desenvolvimento industrial, com uma forte base nacionalista em seu projeto de ação. Exemplo disso é a busca pela substituição de importações de produtos manufaturados pelos produtos da indústria nacional e a política de proteção da economia nacional. O governo getulista buscou construir uma política econômica diferenciada no que se refere as relações exteriores, buscou fortalecer a economia nacional e diminuir a intervenção de setores internacionais na esfera produtiva brasileira, tendo o governo uma postura de intervenção e organização da produção nacional, buscando diminuir os elos de dependência econômica na divisão internacional do trabalho. Com isso,

O processo de industrialização da economia brasileira adquiriu uma natureza completamente diferente a partir de 1930. Se no passado a indústria ligava-se mais diretamente à produção de bens saláris e à de bens de capital destinados à produção, beneficiamento e transporte de café, sendo, portanto, reflexo da demanda internacional, em diante deste momento orientou-se endogenamente, buscando efeitos dinamizadores a partir de dentro (NAKATANI et al, 2012, p. 221).

A indústria passa a ser central no desenvolvimento do capitalismo brasileiro, não mais sendo subordinada ao setor agrícola, o que ocorre é inversão deste processo, a partir de 1930 as demais atividades econômicas organizam-se para atender a demandas da industrialização. Com isso o centro dinâmico da sociedade brasileira desloca-se do meio rural para as cidades, o que também reflete nos aspectos políticos-ideológicos, “[...] nos anos imediatamente posteriores a 30, o poder político não foi mais exercido em termos exclusivos. Desde então, plantadores e exportadores de café tiveram de repartir o poder político com outros grupos sociais” (IANNI, 2004, p. 200-201). A composição de classes que estava organizava no seio do Estado possuía setores agrários, principalmente aqueles que romperam com a Oligarquia da República Velha, mas hegemonicamente quem orientava esse processo eram os setores ligados a indústria.

Sobre essas mudanças que ocorrem na década de 1930, Oliveira (2013) aponta três aspectos principais: o primeiro seria a regulação dos fatores capital e trabalho, onde a legislação trabalhista foi uma das estratégias mais importantes do período; o segundo



refere-se à intervenção do Estado na esfera econômica; o terceiro é o papel da agricultura no desenvolvimento da nova fase do capitalismo brasileiro. Na sequência busca-se caracterizar esses aspectos.

O *primeiro aspecto* dos elementos constitutivos para o processo de acumulação na esfera industrial foi a força de trabalho e a consequente legislação trabalhista. Para que a indústria pudesse desenvolver-se era necessário ter a sua disposição uma significativa quantidade de força de trabalho, que cada vez aumentava mais, devido à grande mobilidade na e para as cidades de trabalhadores (as), muitos (as) de origem rural. Essa população constituía assim o chamado “exército de reserva”. E a constituição desse reserva de força de trabalho era central para a reprodução do capital, com vistas a garantir o processo de acumulação por duas razões principais:

[...] de um lado, propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial, liberto do pesadelo de um mercado de concorrência perfeita, no qual ele devesse competir pelo uso dos fatores; de outro lado, a legislação trabalhista *igualava reduzindo* – antes que incrementando – o preço da força de trabalho (OLIVEIRA, 2013, p. 38).

O “exército industrial de reserva” possibilitou que os empresários tivessem a sua disposição um enorme número de trabalhadores, o que facilitou a racionalização do processo produtivo, gerando lucros volumosos para agentes econômicos da indústria, e também uma intensa exploração da força de trabalho. Ao *igualar reduzindo* o preço da força de trabalho<sup>5</sup>, era mais um aspecto que contribuía para que a taxa de lucro pudesse ter um crescimento expressivo. Conforme Oliveira (2013), a partir da legislação trabalhista<sup>6</sup> ocorre um grande impulso no sentido da acumulação capitalista no Brasil, caracterizando etapa nova no crescimento econômico nacional.

O *segundo aspecto* refere-se à intervenção do Estado na esfera econômica. A regulação econômica que o Estado realizava, para além do trabalho, pode ser caracterizada pela “fixação dos preços, distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsídios a outras atividades produtivas” (OLIVEIRA, 2013, p. 41). Buscou criar as condições concretas para a acumulação industrial, além disso, interviu para

---

<sup>5</sup> Ao falar-se sobre o terceiro aspecto salientado por Oliveira (2013) será referido os condicionantes para o baixo preço da força de trabalho urbana.

<sup>6</sup> Aqui foi abordado somente como a legislação trabalhista contribui para o processo de acumulação, sendo que seus aspectos político-ideológicos serão abordados no terceiro capítulo deste trabalho, isto é, seus aspectos de dominação e controle.

fazer com que a base anterior e seus automatismos econômicos não funcionassem de forma autônoma, ou melhor, eles não deveriam funcionar, tendo em vista o risco da não realização do novo processo. Para isso, “os mecanismos de mercado devem ser substituídos por *controles administrativos* cuja missão é fazer funcionar a economia de forma *não-automática*” (OLIVEIRA, 2013, p. 41). Sobre esse aspecto da intervenção do Estado na economia é importante mencionar a Criação do Conselho Federal de Comércio Exterior, em 1934, importante órgão de planejamento econômico, produzindo estudos e análises sobre a realidade brasileira, bem como fomentando importantes debates sobre essa temática.

Não nos podemos conformar... com sermos apenas um país exportador de matérias-primas, porquanto essa condição é própria de países semicoloniais. Temos que tratar das nossas indústrias de transformação, da exportação de produtos manufaturados e da sua colocação nos mercados externos, de maneira a adaptar o nosso comércio às suas exigências, às suas peculiaridades e aos rumos seguidos pela sua economia. Não nos devemos vincular à doutrina uniforme, mas nos adaptarmos às condições e às necessidades de cada país no plano das relações comerciais. (VARGAS, 1939, p. 27).

Nesse discurso, o Presidente Getúlio Vargas traz a concepção da sua política econômica e como pretendia construir a relação desta com as nações estrangeiras. Aponta a necessidade de superação do estatuto de país exportador de matérias-primas, buscando romper com a condição colonial do Brasil. Refere a necessidade de fortalecer a indústria nacional, com vistas a mudar a relação da inserção dos produtos brasileiros no mercado mundial, rompendo com aquela *inclinação natural* (OLIVEIRA, 2013) da economia brasileira para a exportação dos produtos primários que marcou nossa economia nos séculos passados. Sobre a tentativa de fortalecer a economia nacional, evitando que o capital internacional monopolizasse o mercado nacional, podemos citar a criação da Companhia Nacional de Álcalis, entre outras estatais, que justamente demonstram concretamente o caráter interventivo do Estado na esfera econômica e a importância do Conselho Federal de Comércio Exterior.

“[...] o poder público abandonou a atividade defensiva, em face dos dilemas e pontos de estrangulamento com os quais se defrontava a economia do país. [...]. Ao criar o Conselho [...] a política econômica governamental passava, também, a criar condições para a expansão e a diversificação da economia brasileira (IANNI, 1971, p. 28).

O desenvolvimento do capitalismo de caráter industrial não teria condições de desenvolver-se sem a articulação com a agricultura, e é nesse ponto que se aborda o *terceiro aspecto* referido por Oliveira (2013), o seu papel dentro desse novo processo, não mais como

atividade central do sistema econômico, mas que desempenharia função importante para garantir as condições de acumulação de capital em bases industriais.

A agricultura assume uma nova e importante função. Continua sendo fundamental uma vez que ela garantiria a “entrada de divisas destinadas ao suprimento das necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa e também pelo abastecimento do mercado interno de alimentos e de matérias-primas estratégicas, como o algodão (NAKATANI et al, 2012, p. 222). Ao destinar a produção para o mercado interno, principalmente nos gêneros alimentícios para as massas urbanas, para não elevar o custo da alimentação, fez com que os salários da massa urbana ficassem em níveis baixos.

Todo o processo de modernização que passava a economia brasileira não teve os mesmos impactos no desenvolvimento da agricultura, pois o processo de industrialização foi sustentado em um modelo com composição técnica sem grandes avanços técnicos e na mudança nas relações de produção. A estratégia utilizada foi a “permanente expansão horizontal da ocupação com baixíssimos coeficientes de capitalização e até sem nenhuma capitalização prévia: numa palavra, opera como uma sorte de “acumulação primitiva” (OLIVEIRA, 2013, p. 43). Conforme o autor, esse processo não se dá somente na gênese do capitalismo, com a expropriação da propriedade camponesa, mas também através da expropriação do excedente pela posse transitória da terra. Nessa posse o trabalhador rural iria ocupar determinado território, cultivar certas lavouras para sua subsistência, porém deveria preparar a terra para lavouras permanentes, que não são dele, mas do proprietário. Essa dinâmica é a forma como era realizado o abastecimento interno de alimentos para o setor urbano, fazendo com que esses tivessem baixo custo devido ao próprio processo de produção. Logo, o baixo custo da produção agrícola tinha impacto direto no preço da reprodução da força de trabalho nos centros urbanos. Esse modelo de agricultura foi viabilizado através da

[...] manutenção de baixíssimos padrões do custo de reprodução da força de trabalho e, portanto, nível de vida da massa trabalhadora rural. Esta é a natureza da conciliação existente entre o crescimento industrial e o crescimento agrícola: se é verdade que a criação do “novo mercado urbano-industrial” exigiu um tratamento discriminatório e até confiscatório sobre a agricultura, de outro lado é também verdade que isso foi compensado até certo ponto pelo fato que esse crescimento industrial permitiu às atividades agropecuárias manterem seu padrão “primitivo”, baseado numa alta taxa de exploração da força de trabalho (OLIVEIRA, 2013, 45-46).

Mais uma vez se reforça o quanto a articulação da produção agrícola com o desenvolvimento industrial urbano possibilitou que a estrutura produtiva brasileira se transformasse. Nessa transição, parte do capital produzido no setor agrícola transferia-se para

o setor industrial, através do aumento da tributação na produção e controle do preço do café, diferenciando as taxas de juros para empréstimo entre os setores da economia. Porém, com o crescimento industrial e as garantias de que a produção agrícola seria absorvida pelo mercado interno e também pelo mercado externo (lembrando que as crises econômicas e a 2ª Guerra Mundial influenciaram nessa dinâmica), o padrão “primitivo” manteve-se, tanto por aspectos políticos, pela baixa organização dos trabalhadores rurais e a não intervenção do poder público nas relações para dentro da porteira, quanto por aspectos econômicos, pois, esse modelo conseguia produzir os alimentos demandados e com baixo custo de produção, acentuando a exploração da força de trabalho.

O projeto implementado de modernização da estrutura produtiva e do Estado brasileiro, tendo em vista construir a base pela qual se desenvolveria a nova fase de desenvolvimento do capitalismo, tendo centralidade na industrialização e na substituição das importações, não teve como objetivo atingir a estrutura da desigualdade social brasileira, muito pelo contrário, aprofundou ainda mais o processo de diferenciação entre as classes sociais. A articulação com as elites agrárias é sinal da não preocupação com a desigualdade social, para atingir a industrialização e o desenvolvimento do capitalismo procurou-se garantir a manutenção da estrutura agrária brasileira. Cabe ressaltar que nesse processo de transformação do capitalismo brasileiro, a agricultura continua sendo um elemento espoliativo e de geração de riqueza, ficando cada vez mais subordinada aos interesses do capital, fazendo com que no ambiente político, econômico e cultural aumentasse a segregação daqueles trabalhadores (as) rurais no que se refere a modernização que passava o país.

Segundo Kraemer (2006), este cenário de industrialização poderia ter levado os representantes do capital ali emergente a apoiar a reforma agrária, como ocorreu na Europa, porém, Getúlio Vargas construiu sua aliança política com os proprietários rurais, apoiada pelos industriais, tendo em vista a necessidade de impulsionar o processo de industrialização, que além de central para o desenvolvimento econômico, possuía muita força política; o sistema do coronelismo é fruto desse processo. Havia também o fato dos trabalhadores rurais não possuírem uma ampla organização social que pudesse construir um projeto em condições de disputa no cenário nacional. Ou seja, teve-se a defesa dos interesses dos proprietários rurais através de um pacto, o que conforme Leal (2012, p. 252), será o “coronelismo” como fenômeno desta conjuntura: este sistema político é dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido.

Para a nova fase de acumulação da economia brasileira a articulação de um setor “moderno” industrial com um setor “atrasado” foi justamente o que garantiu a expansão

capitalista no Brasil, em nenhum momento foi empecilho essa relação para o desenvolvimento econômico. Como consequência desse padrão de desenvolvimento, caminhou-se

[...] inexoravelmente para uma concentração da renda, da propriedade e do poder, em que as próprias medidas de intenção corretiva ou redistributivista – como querem alguns – transformaram-se no pesadelo prometeico da recriação ampliada das tendências que se queria corrigir (OLIVEIRA, 2013, 60).

O pacto agrário-industrial manteve concentrada os fundamentos da desigualdade social no país, ônus desse processo, porém possibilitou que o desenvolvimento do capitalismo pudesse estruturar-se em novas bases. Esse pacto foi central para o processo, tanto que somente em 1956 é que a indústria ultrapassa a agricultura na produção da renda interna.

Em 1937 Getúlio Vargas implanta um período ditatorial, conhecido como “Estado Novo”, que teve sua duração até 1945. Esse período histórico é marcado pela articulação simultânea entre os militares e a tecnocracia, visando construir um Estado forte, porém, não democrático, mesmo que operando uma racionalização em momentos históricos diferentes, remonta ao processo de colonização por buscar construir o capitalismo nacional de forma conservadora e autoritária, mantendo os interesses agrários e oligárquicos e negociando com as elites urbanas e autoritárias, limitando ou anulando qualquer mecanismo de participação política (SKIDMORE, 1988; BERAS, 2016).

Conforme Skidmore (1988), Vargas ao utilizar a estratégia de depender dos militares para a estabilidade política e de seus tecnocratas para administração, baseava-se tanto no fascismo europeu (descartando a democracia eleitoral) como do New Deal americano (dependendo de tecnocratas modernizantes), articulação que foi justificada pelo presidente e seus defensores, pelo fato do Brasil não poder se dar ao luxo de realizar a “pequena política” de uma sociedade aberta, tendo em vista os perigos que seus inimigos, tanto externos quanto internos, poderiam causar ao desenvolvimento nacional.

Conforme Santos (2012) a queda do “Estado novo” ocorreu mais por questões da política externa do que por questões referentes a instabilidade de sua base de apoio no país. No contexto da Segunda Guerra Mundial e com a inserção do Brasil, impulsionou as oposições e abriu fissura no interior do governo, havendo divergências que iam constituindo o fim do Estado Novo (FAUSTO, 2013). A oposição explorava a contradição existente entre o apoio do Brasil às democracias e a ditadura de Vargas, já no âmbito do governo, umas das figuras mais importante se dizia favorável à abertura democrática, era o ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha (FAUSTO, 2013). Vargas tentou resistir ao inevitável fim do

Estado Novo, porém, em 28 de fevereiro de 1945 baixou o chamado Ato Adicional à Carta de 1937, apontando um prazo de noventa dias para a marcação das eleições.

### **3.2 O avanço da industrialização e o papel da agricultura (1945-1964)**

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil a partir de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, de forma geral, caracterizou-se pelo avanço dos processos de industrialização e de urbanização, e também pelo aprofundamento da integração entre agricultura e indústria (BERKOW, 1999), e também pela maior inserção do capital na dinâmica econômica brasileira, principalmente na indústria. A relação de Estado e economia, tendo em vista as diferenças dos governos e da orientação em cada período, foi fundamental para o projeto iniciado em 1930. Esse período é marcado pelo acirramento dos conflitos sociais no meio rural e também pelo avanço organizativo dos trabalhadores rurais. Os benefícios deste desenvolvimento do capitalismo no campo centravam-se nas elites agrárias, em contrapartida, os trabalhadores rurais cada vez mais tinham suas condições de vida precarizadas.

Com o fim do Estado Novo (1937-1945), abre-se o primeiro período democrático da República brasileira, tendo uma ampla participação política das massas, exceto os analfabetos que não podiam votar nas eleições (CARVALHO, 2015, BERAS, 2016). Cabe ressaltar que a influência de Vargas foi decisiva para a eleições pós-1945, pois, com seu apoio o General Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) ganhou as eleições, tanto que o ex-presidente conseguiu ser eleito senador no mesmo ano. O que demonstrou todo o seu poder eleitoral, que foi sendo construído antes de 1945 a partir das propagandas e intervenções no rádio, durante a *Hora do Brasil*, buscando relacionar sua imagem enquanto identificado com o povo. Fenômeno que gerou o “*queremismo*”, fruto do movimento que solicitou que Getúlio Vargas permanecesse no poder do Estado, devido ao movimento das forças liberais e integrantes militares para depor o ditador, o que gerou reação popular (CARVALHO, 2015). O primeiro presidente após a “queda” de Getúlio Vargas iniciou seu governo executando uma política de cunho liberal, diminuindo a influência do Estado nas relações econômicas, com controle dos gastos públicos, porém, com as mudanças que ocorreram no cargo de Ministro da Fazenda, foi retomada a política que antecedeu ao seu governo, com forte influência Estatal na economia.

A produção em grande escala, centralizada na grande propriedade, continuou como uma das principais estratégias para a continuidade do processo de modernização, dando sequência

ao modelo iniciado no governo Vargas. A dinâmica da produção agrícola no meio rural não teve grandes avanços técnicos, nem ganhos significativos de produtividade, o crescimento agrícola foi através da expansão extensiva, com a incorporação de terras e na disponibilidade elástica da oferta de mão de obra no meio rural (BERKOW, 1999). Essa força de trabalho era composta por trabalhadores que não possuíam acesso à terra, por aqueles que arrendavam ou estavam subordinados ao regime de parceria, colonato, entre outras formas do trabalho rural. A produção agrícola manteve seu papel na produção de divisas para financiar a industrialização, transferindo parte do capital agrícola para os ramos da economia organizada na indústria, diga-se, aos setores ligados ao espaço urbano.

A enorme importância do setor agropecuário na pauta de exportações do país é atestada pelos seguintes fatos: (1) no período de 1939 a 1952, a participação média dos produtos de origem rural no total das exportações do país esteve ao redor dos 80%, cabendo ao café em grão cerca de 43%, ao algodão em rama mais de 11%, ao cacau em amêndoas quase 4%, vindo a seguir produtos como couros e peles, madeira de pinho, cera de carnaúba, arroz, mamona, fumo em folha etc.; (2) os 20% restantes da pauta incluíam diversos produtos fabricados com matérias-primas de origem agroindustrial, como os tecidos de algodão, os pneumáticos e câmaras de ar etc. (BERKOW, 1999, p. 71).

Os dados acima mencionados demonstram o quanto a exportação dos produtos agrícolas financiava o desenvolvimento industrial, principalmente dos setores vinculados ao café. Também atesta a fragilidade da nossa economia na inserção no mercado mundial, pois a dependência das exportações primárias, com pouco valor agregado, cujos produtos eram exportados *in natura*, constata a inserção subordinada da economia brasileira na divisão internacional do trabalho, retomando a vocação agrícola, que em momentos de crise faça com que ocorra a diminuição das importações dos produtos primários, como consequência gerava dificuldades econômicas. A retomada da vocação agrícola dos países do Sul pós-Segunda Guerra Mundial, são frutos de

[...] a reconstrução das economias devastadas [pela 2ª Guerra Mundial] terá a indústria como estratégia central e o comércio de manufaturas entre as nações industriais do sistema será a condição de viabilidade da estratégia; aos países não-industriais do sistema continuará cabendo, por muito tempo, dentro dessa divisão do trabalho, o papel de produtor de matérias-primas e produtos agrícolas. (OLIVEIRA, 2013, p. 62-63).

Sobre as importações que o Brasil realizou entre 1939 a 1952, 85% do total era voltada para a indústria, principalmente produtos do ramo Metalúrgico, Químico, Mecânico, de Material de Transporte e de Material Elétrico (BERKOW, 1999). A relação da produção agrícola e a modernização industrial mensura-se nesses dados, demonstrando-se o quanto a

opção de não romper *politicamente e economicamente* com os grandes proprietários de terra, manter-se o pacto, era central para esse processo. A propriedade trabalhada de forma familiar inseria-se nesse processo de forma subordinada, sendo altamente explorada devido as relações sociais que permeavam o meio rural brasileiro, tornando-se responsáveis pela produção de alimento para o mercado interno.

Vargas ao assumir o poder novamente no período de 1951 a 1954, pela primeira vez através do voto direto, porém, bastante pressionado pelo conjunto de alianças que o elegeram: de um lado, os partidos conservadores e, de outro, grande parcela da população, que votou no “Pai dos Pobres”, esperando ter cumprida a promessa de ampliação da área social (SANTOS, 2012). No segundo governo Vargas retoma-se a política de intervenção na economia via Estado, para o setor agropecuário é estabelecida uma política que visava à intensificação da produção, com vistas a constituir um setor público que atendesse a demanda agrícola no processo produtivo.

O governo Vargas é marcado pelo acirramento entre as forças sociais, principalmente entre os grupos que defendiam o nacionalismo, logo, uma maior intervenção do Estado, e os grupos organizados em torno do liberalismo, através da UDN, do antivarguismo e do anticomunismo. Em ambos grupos os grupos tinham-se a presença de militares, demonstrando que as divergências se instalavam em todas as esferas da sociedade. A política populista e nacionalista do governo de Getúlio Vargas tinha como base de apoio os trabalhadores urbanos e a máquina sindical, os setores nacionalistas das forças armadas, sobretudo do Exército, setores nacionalistas do empresariado e da intelectualidade, e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (CARVALHO, 2015).

Carvalho (2015) refere que a guerra fria, petróleo e política sindical foram os principais elementos causadores de enfrentamentos políticos, polarizando as posições entre os nacionalistas e os inimigos destes, os “entreguistas”. No primeiro ponto de refere a polarização entre EUA e a União Soviética, sendo que a base do governo tomou posição contrária aos americanos, o que gerou o contraponto da oposição, principalmente daqueles vinculados ao grupos que pretendiam combater o comunismo. Esse debate ocorreu principalmente no Clube Militar. O segundo ponto refere-se a batalha pelo monopólio do petróleo, que durou de 1951 a 1953, tendo como diferença em relação aos conflitos que se deram no Clube Militar o seu debate ter saída as ruas. Esses debates fizeram com que a Petrobras se tornasse símbolo do nacionalismo e do anti-imperialismo, gerando disputas violentas e várias expressões públicas que identificavam nas empresas petrolíferas estrangeiras os principais inimigos. No que se refere ao terceiro ponto, o sindicalismo,



principal expressão da política populista, o debate girou em torno da figura do ministro do trabalho João Goulart e sua política salarial, principalmente pela sua ligação com o mundo sindical e por ter proposto em 1954 o aumento de 100% do salário mínimo, após importantes greves que ocorreram naquele ano. Conseqüentemente, gerou revolta dos setores contrários ao governo Getulista, fazendo com que Jango pedisse demissão do cargo.

A partir destes elementos acima expostos, acentua-se as conspirações e movimentações das forças de oposição para tentar derrubar o presidente, conflito que foi acentuado pela tentativa de assassinar o udenista Carlos Lacerda, acelerando a queda de Getúlio, que no dia 24 de agosto de 1954 deu um tiro no seu coração no Palácio do Catete, deixando emblemática carta-testamento. O sucessor do então presidente foi Juscelino Kubitschek, eleito em 1955, porém, surgiram golpes e contragolpes para tentar impedir que o mesmo tomasse posse do cargo.

No Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), como no de Getúlio Vargas, o Estado deveria centralizar os investimentos em infraestrutura, porém, diferentemente do segundo, que pautava seu projeto de industrialização com forte caráter nacionalista, JK construiu uma política de facilidades para a entrada de capital estrangeiro por meio de privilégios fiscais e econômicos, visando utilizar esses investimentos para materializar seu Plano de Metas (SCHWARCZ, STARLING, 2015). Essa política gerou três grandes problemas:

*O primeiro* foi a relativa facilidade com que empresas estrangeiras assumiram o controle de setores do desenvolvimento econômico brasileiro. *O segundo* veio com o aumento constante dos déficits da balança de pagamentos, seguido da conseqüente ampliação da dívida externa. *O terceiro* resultou da decisão de crescer com inflação. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 422-423).

Referente a questão agrária, o governo de JK buscou o caminho de conciliação com as grandes elites latifundiárias, principalmente na esfera política, pois, estes possuíam grande influência no Congresso Nacional, sendo que as pautas dos trabalhadores eram atendidas de forma paliativa. De forma geral, não realizou uma ampla política de intervenção na produção agropecuária de forma direta, diferente do seu antecessor, porém, devido as ações do governo no sentido de expandir a malha rodoviária do país, e também facilitar, através da política cambial, a importação de materiais para o setor de transporte, mais o desenvolvimento da indústria automotiva, criou-se as condições favoráveis para que a produção agrícola pudesse ser transportada (BERKOW, 1999). Com as facilidades para a importação de produtos, os grandes proprietários puderam acessar tratores, equipamentos e insumos agrícolas, que contribuíram para a mecanização agrícola nas regiões mais capitalizadas, o que mais tarde foi fundamental para a consolidação de um padrão intensivo de produção agrícola (BERKOW,

1999). Os grandes proprietários rurais foram os principais, se não os únicos, a terem condições de importação, pois além de terem recursos econômicos para tal, politicamente eram os principais agentes beneficiados no meio rural com as vantagens que os governos concediam, processo vindo desde 1930, com vistas a garantir a industrialização.

No ano de 1960, foi eleito ao poder Jânio Quadros representando a UDN, tendo como vice João Goulart do PTB. O atual presidente ficou no governo por pouco tempo, renunciando ao seu mandato menos de um ano após a posse. Nesta conjuntura quem deveria assumir seria seu vice. No entanto, setores forças armadas e civis se colocaram contra, acusavam Jango de ter grande aproximação com o comunismo e com os sindicatos. Buscando uma solução, depois de muitos debates e conflitos, o Brasil em 1961 adotou o sistema parlamentarista como forma de governo. Esta situação só foi mudada em 1963<sup>7</sup>, quando houve um plebiscito. A população votou em massa pela volta do presidencialismo.

O breve governo presidencialista de João Goulart foi muito conturbado em função de suas posições extremamente progressistas. Tais posições se baseavam nas reformas de base, que pretendiam reformas na estrutura agrária, fiscal, bancária e educacional (CARVALHO, 2002, p. 140). Talvez a ação mais “radical”, dentro de uma conjuntura que tinha (e tem) o Brasil de uma elite conservadora, foi à tentativa de implementar o início da reforma agrária, antes deste presidente, nenhum outro tinha se atrevido a interferir nas relações do campo, principalmente devido ao poder dos proprietários rurais. Estes se sentiram ameaçados pelas ações do governo federal. Havia pressão externa pelas ações do governo por parte dos Estados Unidos<sup>8</sup>, devido ao temor da expansão do “espectro do comunismo”. O golpe de 1964 se fez necessário, segundo pensamento da elite conservadora do Brasil, para frear ações do governo que poderiam ferir a ordem social, era urgente frear a mobilização e a politização das massas, e assim, os militares e setores da sociedade civil vinculados a organizações da direita tomam o controle do Estado.

### **3.3 A Modernização conservadora da agricultura (1964- 1984).**

O golpe civil-militar instaurado no dia 1 de abril de 1964 interrompe quase vinte anos de democracia ativa no Brasil, período marcado por uma ampla organização dos trabalhadores da cidade e do campo, lembrando que os últimos, a partir de 1950, começaram a comparecer na

---

<sup>7</sup> Neste ano cria-se o Estatuto do Trabalhador Rural.

<sup>8</sup> Referente a interferência dos Estados Unidos na política interna do Brasil, sugere-se o documentário “O dia que durou vinte e um anos”, disponível na internet.

cena política brasileira com maior ênfase. Conforme Beras (2016) esse período “traz à tona com pujança nossa característica conservadora-autoritária advinda desde o século XVI, do período da colonização, e atualizado em meados do século XX, pela segunda vez, com a ditadura civil de Vargas e agora uma militar” (p. 63). Golpe que teve como justificativa a luta contra o comunismo e contra as reformas de base que estavam configurando-se naquele período, o que poderia a vir a atacar a estrutura econômica brasileira e os interesses das elites agrárias e industriais. A ditadura civil militar é marcada por atos institucionais que restringem/anulam direitos civis e políticos a partir de um forte sistema repressivo (BERAS, 2016), sendo a tortura dos presos políticos uma das principais atividades que o governo civil-militar utilizou para reprimir os movimentos que faziam o contraponto.

A coalização de classes que assume o poder fez com que as pautas de caráter popular fossem desmobilizadas, com isso a reforma agrária que estava ganhando força, foi derrotada, o projeto pautado para o desenvolvimento do capitalismo no campo não tinha como objetivo diminuir as desigualdades sociais ali instaladas secularmente, tanto que a grande propriedade foi a “escolhida”. Se antes o desenvolvimento agrícola não havia possibilitado o aumento da produtividade através da intensificação das técnicas e métodos para a produção, senão através da expansão da fronteira agrícola, agora assumia outro patamar, mudanças que serão abordadas na sequência.

O projeto da “modernização conservadora” (DELGADO, 2012) para o meio rural instaurando após 1964 no contexto brasileiro nasce com a derrota dos trabalhadores rurais que lutavam pela reforma agrária, uma vez que o pacto entre as elites agrárias e o Estado que se constitui acabou por centralizar ainda mais a posse da terra, não democratizando seu acesso. Se antes a política de exportação centraliza-se no café, com a *modernização conservadora* o objetivo seria diversificar a estrutura produtiva agrícola, e elevar os seus níveis, visando responder aos desafios do processo da industrialização, da urbanização e da crise da produção agrícola, que ficou estagnada nos últimos vinte anos.

O caráter heterogêneo da agricultura brasileira – do ponto de vista técnico, social e regional – foi preservado, e até mesmo aprofundado nesse processo de modernização. Em certo sentido, pode-se visualizar nele um *pacto agrário modernizante e conservador*, que, simultaneamente à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligárquicas rurais ligadas à grande propriedade territorial e ao capital comercial. [...]. A grande propriedade fundiária, tratada em geral como sujeito oculto desse pacto, é assimilada em programas e projetos especiais e obtêm inúmeras linhas de apoio e defesa também na nova estrutura de defesa fiscal e financeira do setor rural. (DELGADO, 2012, p. 14).

A modernização da agricultura buscou trazer as políticas agrícolas que eram desenvolvidas pelos principais institutos da Era Vargas (Instituto Brasileiro do Café - IBC; Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA; entre outros), que possuíam forte caráter regional, para a esfera federal, centralizando o processo de construção dessas políticas. O pacto agrário buscou modernizar a produção agrícola no espaço rural, aprofundando a integração entre agricultura e indústria, porém conservando politicamente a sustentação com os grandes proprietários de terra, trazendo o caráter conservador deste pacto. A *modernização conservadora* visava derrotar qualquer proposta efetiva de reforma agrária, sendo que o desenvolvimento do capitalismo no campo manteria a estrutura agrária intacta, fazendo com que grande parte da população do campo fosse excluída desta configuração que assume o meio rural brasileiro, intensificando a expulsão dos trabalhadores rurais do campo (NAKATANI, 2012). A partir disso, aprofunda-se a constituição de empresas industriais processadoras dos produtos rurais, bem como insumos e meios de produção (maquinário agrícola) para o meio rural, onde a “interação com o setor produtivo agrícola, a indústria de bens de capital e os serviços de apoio constituem verdadeiros complexos ou ‘sistemas agroindustriais’ interligados” (DELGADO, 2012, p. 16). Com isso, diminuía-se as importações de fatores para a produção agrícola, devido a integração dessas atividades ocorreu o aprofundamento da relação entre agricultura e indústria; com a modernização do processo produtivo no meio rural consolida-se um amplo mercado para os produtos industriais, onde cada vez mais a produção agrícola assimila essas relações. Toda essa modernização foi financiada em grande parte pelo Estado, através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) criado em 1965, que seria o *locus* privilegiado para a execução da política agrícola, onde os produtores rurais, isto é, os grandes proprietários, seriam os principais beneficiados, tendo acesso a vários incentivos fiscais e financeiros, que protegem as margens de lucro desses agentes econômicos. Os produtores deveriam adotar o pacote tecnológico da “Revolução Verde”, na época, sinônimo de “modernidade”. Lembrando que toda essa modernização centralizou suas atenções para os grandes proprietários rurais, ficando os (as) trabalhadores (as) praticamente excluídos (as) deste processo, aprofundando ainda mais a desigualdade social na sociedade brasileira.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, iniciam-se algumas mudanças na agricultura mundial e na relação entre os países centrais e os países do sul, sendo o papel dos últimos nesse contexto seria enquanto “exportadores de produtos agrícolas a baixo custo e importadores de produtos industrializados em larga escala” (WEISHEIMER, 2013, p. 54). Com os avanços tecnológicos frutos do pós-1945 constituídos, como máquinas e produtos

químicos, os países centrais implementaram estratégias para elevar a produtividade dos países do Sul, com isso, a Revolução Verde<sup>9</sup> é expressão concreta desta dinâmica, sendo

[...] um Programa de desenvolvimento do capitalismo na agricultura e na pecuária, que se baseia na produção voltada para o lucro e para o mercado, através: da genética vegetal com produção e multiplicação de sementes híbridas ou “melhoradas”, resistentes a doenças e pragas e adaptadas para receber altas doses de adubos químicos; da aplicação de novas técnicas agrícolas ou tratos culturais – aplicação intensiva de adubos químicos e venenos; da mudança da infra-estrutura agrícola e aplicação de mecanização pesada e intensiva em todas as atividades possíveis; da genética animal com animais de raças “melhoradas”, uso de antibióticos, hormônios e produtos químicos (GÖRGEN, 2004, p. 26).

Ela representou projeto que modernizou a agricultura, mas que não rompeu a estrutura agrária, para além dos aspectos técnicos, com o uso de máquinas, fertilizantes e demais insumos, mas também a inserção da indústria química e biológica no processo de produção agrícola, marcando importante mudança qualitativa na dinâmica do espaço rural. Essas mudanças se expressam na busca por aumento de produtividade de forma intensiva, com melhoramento das técnicas, diferenciando-se, no caso brasileiro, dos períodos anteriores, que buscavam aumentar os rendimentos agrícolas através da expansão da fronteira agrícola, agora, ambas as alternativas eram os pressupostos para o desenvolvimento. Esse novo padrão tecnológico da década de 1960 rompe com os processos do passado, impondo para o campo uma nova racionalidade técnica e econômica, a mercantilização da vida social no espaço rural aprofundava-se, fazendo com que a autonomia no processo produtivo em relação a indústria fosse desmantelada, as formas de produção pré-capitalistas iam dando espaço para o desenvolvimento das relações tipicamente capitalistas (WEISHEIMER, 2013). Pode-se dizer que a questão agrícola, aqui entendida como conjunto de técnicas e instrumentos de produção que objetiva aumentar o nível de produtividade da agricultura, foi resolvida, porém a *modernização conservadora* (DELGADO, 2012) engendrou processos contraditórios, que impactaram direto nas condições de vida dos (as) trabalhadores (as) rurais.

Os fertilizantes e defensivos, na medida em que aumentam a produtividade da terra, aumentam as exigências de mão-de-obra não-qualificada por ocasião das colheitas. A mecanização, na medida que atinge (por questões tecnológicas) principalmente outras atividades que não a colheita, acentua a sazonalidade de ocupação dessa mão-de-obra. Desse modo, a modernização aumenta as exigências e diminui o período de ocupação da mão-de-obra não-qualificada numa dada propriedade agrícola. A solução mais econômica para o proprietário que moderniza passa a ser a substituição do trabalhador permanente pelo volante, com o consequente aumento da sazonalidade do emprego dos trabalhadores rurais (SILVA, 1982, p. 30).

---

<sup>9</sup> A Revolução Verde teve três períodos, o primeiro foi de 1960 a 1990; o segundo foi de 1990 a 1999; e o terceiro foi de 2000 até hoje (GÖRGEN, 2004, p. 35).

Com o aumento da produtividade da terra através dos pacotes da Revolução Verde aliado aos avanços dos processos industriais na produção agrícola, a dinâmica do processo produtivo intensifica o uso de máquinas e demais tecnologias, fazendo com que a mão-de-obra rural diminuasse sua participação. Com a mecanização avançando para o meio rural, se tem grandes contingentes de trabalhadores transitando da situação de trabalhador permanente para a situação de trabalhador volante. Mudanças que afetam a composição orgânica do capital com aumento do capital constante, com vista a aumentar os lucros dos empresários rurais, afetando diretamente a reprodução social dos trabalhadores rurais, que combinado a intensa concentração de terra, fazem com que a desigualdade social se radicalize no espaço rural; como consequência disso, o êxodo rural acentua-se, impactando diretamente na composição habitacional das cidades. Muito devido às poucas possibilidades de sobrevivência dos trabalhadores rurais e da dificuldade de inserir-se no nível de competitividade no mercado capitalista, pois essas inovações favoreceram somente aos que tinham condições de acessar aos pacotes tecnológicos (desenvolvimento químico, genético e a mecanização dos meios de produção) que esse programa oferecia. Esse contexto fez com que os trabalhadores rurais se organizassem politicamente, devido a precariedade, exemplo disso é a criação do MST no início dos anos 1980. Outro aspecto da modernização que merece destaque são os impactos ambientais.

Do ponto de vista ambiental, este modelo de desenvolvimento essencialmente produtivista promoveu o esgotamento prematuro dos solos e a contaminação dos recursos hídricos, assim como o desmatamento nas áreas de florestas tropicais como as que ocorreram com a expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste e Norte do Brasil. Além disso, a importação de pacotes tecnológicos ampliou a dependência externa e vinculou a agricultura a uma matriz energética não renovável (WEISHEIMER, 2013, p. 56).

Os impactos no meio ambiente foram grandes, com a necessidade de se aumentar a produtividade da produção agrícola, a exploração da terra foi levada paulatinamente ao esgotamento, demonstrando o caráter da *modernização*, não tendo preocupação com os recursos naturais, somente com as satisfatórias margens de lucro. Além disso, acentuou-se a dependência do processo produtivo em relação aos pacotes tecnológicos da *Revolução Verde*, entendida como o mais efetivo caminho para aumento da produtividade, e também a dependência em relação aos países centrais, pois a tecnologia que estruturou a *modernização conservadora* era produzida principalmente em solo Europeu e Americano, com isso, para que a agricultura brasileira se modernizasse, era necessária a importação desses pacotes. Estes

também restringiram “o acesso dos agricultores a variedade de sementes nativas pela imposição de sementes industrializadas, levado ao desaparecimento de variedades tradicionalmente utilizadas. [...] Implicando na alteração dos padrões alimentares” (WEISSHEIMER, 2013, p. 57).

O desenvolvimento do capitalismo no meio rural brasileiro não rompeu com o latifúndio, o movimento que se fez foi justamente modernizá-lo, não mudando a estrutura agrária, onde podemos chamar esse processo de *contra-revolução latifundiária* (LENIN, 1978). Esse conceito foi utilizado por Lênin para referir-se ao contexto russo no início do século XX, ficando também conhecida como via prussiana, quando defendia a necessidade de romper com a estrutura feudal da posse da terra, diferente do contexto brasileiro. O autor russo também aponta que o desenvolvimento do capitalismo no campo pode inclinar-se para a via americana, conforme o autor “este caminho requer também a destruição violenta do velho regime de posse de terra” (LENIN, 1978, p. 44), onde a modernização se dá rompendo com o latifúndio e realizando a ocupação das terras de forma parcelada. Essa opção de mudar a estrutura agrária foi um dos fatos que possibilitou o desenvolvimento econômico dos países centrais depois da Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, a unidade familiar de produção desempenhou papel fundamental no próprio desenvolvimento do capitalismo, fazendo com que o peso da alimentação no consumo dos trabalhadores urbanos fosse cada vez menor, aumentando a margem do salário à aquisição de bens duráveis no período pós-guerra até os anos 1970 (ABRAMOVAY, 2012). A influência do Estado na modernização do meio rural europeu foi central, possibilitando através da política agrícola distribuir renda e o controle dos preços, uma vez que “a característica central da agricultura moderna está exatamente na capacidade que ela oferece ao Estado de exercer um controle rigoroso sobre seu próprio processo de desenvolvimento” (ABRAMOVAY, 2012, p. 265-266).

No Brasil o Estado também foi central na modernização, porém, não transformou a estrutura agrária, somente a questão agrícola, a questão agrária não foi problematizada em grande parte deste período. Esse modelo de desenvolvimento esgotou-se nos fins dos anos 1970 devido à dificuldade do Estado em manter o elevado custo do investimento, aprofundado com a crise mundial de 1978 (WEISSHEIMER, 2013). Com a crise mundial, a economia brasileira entra em processo de estagnação econômica, tendo também o aumento do endividamento externo, neste contexto a agricultura novamente é chamada a gerar saldos no comércio exterior como forma de aliviar o endividamento brasileiro, razão pela qual o país busca aumentar ainda mais a produção e exportação de bens primários.

[...] foram acumulados déficits consideráveis no balanço de pagamento em conta corrente, ao mesmo tempo em que, a partir de 1982, os bancos internacionais não estavam mais dispostos a emprestar os recursos necessários ao seu financiamento. Como consequência, a economia brasileira foi obrigada a ajustar-se, em um curtíssimo prazo, a essa crise externa, ou seja, a pôr imediatamente em prática uma política econômica que resultasse na eliminação ou na redução considerável do déficit em transações correntes, através da obtenção de grandes superávits na balança comercial. (DELGADO, 2009, p. 37).

Com a negativa dos bancos internacionais em realizar os empréstimos, era necessária buscar outras alternativas para enfrentar a crise, diante disso o setor agropecuário exportador foi estimulado ainda mais, fruto desse processo se teve ganho expressivo de produtividade durante os anos 80 e 90, “o resultado foi uma reversão drástica no saldo comercial brasileiro, partindo-se de um saldo negativo de 3,5 bilhões de dólares em 1980 para um saldo positivo de aproximadamente 14,5 bilhões de dólares em 1992” (NAKATANI et al, 2012, p. 228-229). Ressalta-se no entanto que esse saldo positivo foi estratégia utilizada para o pagamento e rolagem do endividamento externo.

O fim da ditadura militar tem como elementos que encerraram esse período o declínio do crescimento econômico, a repressão a sociedade e aos movimentos sociais, e próprio debate interno dentro das forças armadas, fez com que a abertura política fosse inevitável. O ônus deste período foi a interrupção da democracia no Brasil e a consequente supressão dos direitos civis e políticos, uma modernização conservadora da agricultura brasileira que privilegiou os grandes proprietários rurais, demonstrando que esse projeto não buscou romper com a estrutura desigual no campo.

### **3.4 A dinâmica do mundo rural pós ditadura até o fim dos anos 1990.**

A segunda metade da década de 1980 marca o fim do regime civil-militar, fruto da ampla organização da sociedade civil que pautava a retomada da democracia no Brasil. Esse processo permeia a dinâmica no meio rural, sendo que o debate em torno da reforma agrária retoma seu espaço no cenário político brasileiro, onde os movimentos sociais do campo pautando projeto que buscasse transformar a estrutura agrária brasileira. É necessário referir que este debate é fruto das próprias contradições do desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira, aprofundando a desigualdade social entre as classes sociais, fazendo com que a população do campo tivesse suas condições de vida precarizadas. Fruto desta conjuntura, se instaura disputas no seio do Estado, com projetos que buscavam dar o tom para



o desenvolvimento da sociedade brasileira, desta forma, a Constituição Federal garantiu formalmente no art. 184 da carta magna que

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, cuja utilização será definida em lei (BRASIL, 1988).

A CF/88 absorveu aspecto importante do Estatuto da Terra de 1964 no que tange a função social da terra, muito se deve a pressão que os trabalhadores rurais vinham fazendo, tendo em vista o avanço do desenvolvimento do capitalismo no meio rural durante a “modernização conservadora”, fazendo com que a concentração da terra aumentasse a violência no campo e o grande número de trabalhadores deslocando-se para as cidades, entre outros processos. Conforme Oliveira (2010, p. 297), “entre 1967 e 1978, os latifúndios no Brasil ampliaram sua área em 69.939.589 ha e as pequenas propriedades perderam 7.399.875 ha”. Toda essa manifestação e organização dos trabalhadores do campo fez com a elite agrária e latifundiária buscasse mecanismos para coibir esse processo de mudança agrária, Exemplo disso foi o I Plano Nacional de Reforma Agrária de 1985, que buscava assentar 10,6 milhões de famílias até os anos 2000, deste total pretendia até 1989 o assentamento de 1,2 milhão famílias, porém ao fim do período somente 140 mil famílias foram assentadas (JEZUS, 2010). Esse plano gerou intensas disputas, de qualquer forma mais essa tentativa de realizar a reforma agrária foi esvaziada.

A transição dos anos 80 para os anos 90 é marcada por conflitos entre os grandes proprietários rurais, tanto em nível político como no contexto concreto do meio rural brasileiro. Essa transição é marcada pelo avanço do ideário neoliberal em todo o globo, pautando mudanças importantes na esfera política e na economia. O Estado brasileiro a partir dos anos 1990 apresenta uma nova configuração, que na prática significou contrapor em muitas esferas a CF/88, impactando diretamente na dinâmica do espaço rural e no financiamento das atividades agrícolas. Com a orientação neoliberal, o poder público deixa de regular as atividades na esfera econômica, onde o mercado passaria a ser a esfera de decisão e esfera para resolver os problemas de desenvolvimento econômico e social brasileiro, a reforma agrária seria pauta deste debate, questão que será abordada mais à frente.

Nesse período se constitui a desestruturação das instituições estatais gestoras do projeto da “modernização conservadora”, o Estado, ao longo de quase toda a década, diminui sua intervenção na regulação da economia e dos subsídios à produção, muito devido à crise que

atravessou o Brasil e do ajuste fiscal aplicado nos anos 1990. Observa-se uma substancial redução ao longo do período do volume de crédito rural, que durante o regime militar foi “o principal mecanismo de integração técnica e fomento econômico dos ‘Planos Anuais de Safra’ dirigidos à agricultura capitalista. Essa redução do crédito, [...], decorre da própria lógica de desmonte das instituições gestoras da política agrícola” (DELGADO, 2012, p. 84). Com os governos que assumem o poder na década de 1990, o Estado passa a ter hegemonicamente uma orientação política-ideológica neoliberal, inscritas no Consenso de Washington. As Orientações previam a abertura econômica da economia, a necessidade de gerar superávit primário para pagamentos dos empréstimos com os organismos internacionais, com vista equilibrar a balança comercial; uma visão focalista para com as políticas sociais. Sobre esse último aspecto será melhor abordado no capítulo seguinte.

Se antes o mercado seria regulado pelo Estado, agora a lógica é outra, o mercado autorregula-se, o Estado passa de uma ação intervencionista para uma reguladora, minimizando suas ações no financiamento da política agrícola. Ocorre também o processo de privatização de empresas públicas que foram importantes para o desenvolvimento agrícola, principalmente aquelas vinculadas aos serviços de infraestrutura. De forma geral, são medidas que visavam desnacionalizar a economia brasileira. Conforme Delgado (2012), nos anos 1990 durante um certo período houve abundância de capital transitando pelas econômicas emergentes, fazendo com que se abandonasse a política de saldos comerciais, principalmente no primeiro governo de FHC I (1994-1998), porém no fim do seu primeiro mandato, devido a nova crise financeira, teve-se saldos negativos na balança comercial, onde a intensificação da vocação agrícola brasileira para exportação de bens primários surge enquanto alternativa a crise.

O debate sobre a reforma agrária, que foi intensificado a partir da década de 1950, como referido voltou ao cenário político, “a violência praticada pelos latifundiários e a resistência dos sem-terra recolocaram, na agenda política da sociedade, a questão agrária e a urgência da reforma agrária no país” (RAMOS FILHO, 2013, p. 60). Os trabalhadores rurais, as organizações camponesas do espaço rural e os políticos defensores da necessidade de transformar a estrutura agrária brasileira realizaram essa discussão. Douro lado tinha-se os grandes proprietários rurais, os organismos internacionais (Banco Mundial e Bird) e políticos e organizações que orientavam na defesa do mercado e uma saída “pacífica” para os conflitos. São aspectos que permeiam a dinâmica do meio rural, sendo que se instaura grande resistência sobre qualquer mudança na estrutura agrária, reação que é intrínseca ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, devido ao caráter autoritário das elites rurais, a modernização

econômica não é acompanhada pela democratização da sociedade brasileira. O Estado, com raras exceções, historicamente vem assumindo papel de reprodução deste caráter conservador, e quando atende as pautas dos trabalhadores rurais, é para abafar os conflitos sociais.

Os movimentos sociais do campo pautavam que o preceito Constitucional da CF/88 fosse encaminhado enquanto umas das formas de romper com o latifúndio e com a concentração de terra e de renda, além disso o Estado teria papel central no processo de transformação do contexto do meio rural, viabilizando uma reforma agrária no território nacional, também devendo disponibilizar políticas públicas que garantissem condições estruturais e sociais para que os trabalhadores rurais permanessem no campo. Esses eram alguns dos elementos que defendiam as organizações sociais que representavam os trabalhadores.

Já a alternativa do *outro lado* seria viabilizada não pelo Estado, mas sim pelo mercado. Em fins da década de 1980 ocorre uma crescente influência dos Organismos Internacionais na dinâmica dos governos do Sul, para que estes implementassem os preceitos do Consenso de Washington, onde a reforma agrária é remetida para uma outra perspectiva, qualitativamente diferente da proposta pelas organizações sociais. Essa discussão que o Banco Mundial e o BIRD realizam sobre a reforma agrária surge em contexto onde essas organizações percebem que considerar a questão da terra era central para sua estratégia de desenvolvimento rural no mundo inteiro (ROSSET, 2004). Devido a isso tornou-se seguro falar de reforma agrária, o conteúdo do debate conduzido por esses agentes econômicos era qualitativamente diferente do debate “tradicional” dos movimentos sociais.

Sobre essa mudança na política do Banco Mundial no que tange a questão agrária e a reforma agrária, Rosset (2004) aponta três elementos que podem auxiliar. O primeiro refere-se aos objetivos da instituição em pautar o crescimento econômico. Conforme estudo comparativo entre países realizado pelo Banco, a “distribuição muito desigual de bens, isto é, da terra, retarda as taxas de crescimento e, conseqüentemente, alguma distribuição pode ajudar nesse crescimento” (ROSSET, 2004, p. 17). O segundo ponto seria necessário que os investimentos privados no meio rural em países da América Latina, da África e na Ásia fossem estimulados, a partir disso se teria uma maior promoção de oportunidades, logo, maior desenvolvimento econômico. O terceiro ponto seria a necessidade de redução da pobreza no espaço rural. Além dessas “motivações”, em vários países, inclusive no Brasil, se tem o

[...] acirramento da tensão social e da intensificação da oposição ao modelo neoliberal nos países que implementaram os ajustes estruturais, o BM viu-se na necessidade de controlar as pressões e os movimentos sociais, para ter caminho livre ao aprofundamento da implementação deste modelo (RAMOS FILHO, 2013, p. 27).

No Brasil, é marcante os assassinatos de trabalhadores rurais em 1995, no município de Corumbiara, em Rondônia, logo após ocuparem uma fazenda considerada improdutiva, e o massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, no Pará, deixando 21 vítimas fatais, que demonstram o acirramento da luta social. Devido a isso, o Banco Mundial verificou a necessidade de implementar no Brasil o modelo de reforma agrária que defendia, ficando conhecida como “reforma agrária de mercado” (SAUER, 2004, RAMOS FILHO, 2013, ROSSET, 2004). Além do conteúdo econômico, havia também a intenção política de resolver o conflito agrário pela via do mercado, evitando a desapropriação dos estabelecimentos improdutivos. A repercussão dos massacres foi um grande escândalo nacional, demonstrando grave ataque aos direitos humanos, além disso, os conflitos no campo brasileiro afastavam os investidores internacionais. Diante disso, o governo de Fernando Henrique Cardoso, ao fim do seu primeiro mandato, cria o Projeto Cédula da Terra (PCT), em 1997, uma primeira implementação da reforma agrária de mercado. Antes do PCT, enquanto experiência pioneira foi criado o Projeto São José no Ceará, em 1996, em nível local; a nível nacional teve-se em seguida o Banco da Terra, em 1999, e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural, em 2001, compondo os programas de contrarreforma agrária do Banco Mundial nas gestões do FHC (RAMOS FILHO, 2014). Apesar de suas diferenças de aplicabilidade em territórios e dos recursos destinados, mantinham coesão pelo fato de buscarem realizar o acesso à terra pela via da compra no mercado de terras.

Para que essa reforma agrária de mercado ganhe corpo é necessário dar conta de algumas etapas (ROSSET, 2004). *Primeiro* é necessário verificar a posse da terra no território pretendido, realizar cadastro e registrar; segundo momento é privatização de terras públicas e comunais; *na sequência* é instituído o direito legal de vender, alugar, arrendar ou hipotecar as terras como forma de contrair os empréstimos; *no terceiro momento* já se tem condições de implementar o mercado de terras, sendo a terra tornada alienável; *na quarta etapa* organiza-se sistema de crédito para que os trabalhadores rurais possam comprar a terra, geralmente são compostos com recursos dos organismos internacionais (RAMOS FILHO, 2013, ROSSET, 2004). Essa via de reforma agrária justifica-se como sendo mais rápido e menos burocratizada, gerando menos custos sociais (diminuiu a tensão entre os proprietários de terra e trabalhadores rurais) e menos custos financeiros em comparação ao modo tradicional de realizar a reforma agrária, isto é, o preceito constitucional pautado na CF/88. Além disso, segundo o Banco Mundial, propicia que os trabalhadores rurais tenham a “liberdade” para

escolher as melhores terras, bem como negociar os valores da terra, longe da tutela intervencionista do Estado<sup>10</sup>.

O Banco Mundial ao tomar o debate da reforma agrária busca despolitizar, não colocando em discussão a própria estrutura desigual de acesso à terra, onde o objetivo é garantir condições concretas para a expansão do capitalismo no meio rural, onde atende aos bancos, através dos empréstimos e das taxas de juros, atende aos grandes proprietários rurais que possuem terras improdutivas, que a partir das consolidação do mercado de terras pode inserir parte de sua propriedade para venda, e assim, não tê-la desapropriada, e os representantes das empresas multinacionais, que veem nesses “novos proprietários rurais” possíveis integrantes da cadeia produtiva dos complexos agroindustriais do agronegócio, sendo mais uma forma de subordiná-los pela via do mercado.

### **3.5 Governos 2000 e a retomada do Agronegócio**

Com a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições de 2002, com amplo apoio das organizações e movimentos populares, se teve a esperança de que ocorressem transformações importantes na sociedade brasileira, apontando outra alternativa para o neoliberalismo. Diante disso, a reforma agrária era uma das principais ações que se esperava do governo, justamente pela sua luta histórica e críticas ao presidente FHC por não ter avançado nesse ponto.

Na dinâmica concreta as ações do governo, no que tange a dinâmica do meio rural<sup>11</sup> assume processos contraditórios, pois, internamente, a coalização de forças que constituiu o governo a partir dos anos 2000 não eram homogêneas, muito pelo contrário, possuíam correntes ideológicas e políticas das mais variadas matizes. Levar em conta esses elementos contribui para que se possa entender o caráter contraditório dos governos que se sucederam a partir de 2000, e de como buscou dar respostas e atender as demandas dos mais variados grupos sociais.

A partir dos anos 2000 remonta-se a velha articulação com os grandes proprietários, conforme Delgado (2012) o agronegócio novamente volta a ocupar papel de destaque nos

---

<sup>10</sup> Sauer (2004) aborda em seu estudo as implicações prática da reforma agrária de mercado no Brasil, discutindo a forma como se dá as negociações, onde muitas vezes ocorre o atravessamento direto dos grandes proprietários rurais e políticos locais interessados; traz também as dificuldades que esses trabalhadores possuem em pagar os empréstimos e dar conta de sua produção.

<sup>11</sup> Refere-se ao rural pelo foco do estudo, porém, em ambos os espaços geográficos, campo e cidade, assumem esses processos contraditórios.

governos petistas, inclusive absorvendo grandes volumes financeiros para produção agropecuária, diferente do período anterior que foi sendo desmantelado as instituições que executavam a política agrícola e o próprio crédito agrícola também foi afetado pela redução de seu orçamento. Lembrando que o

[...] agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado (DELGADO, 2012, p. 94).

Diferente do período anterior, principalmente entre os anos 1990 a 1998, o Estado novamente retoma sua política de subsídios à produção agropecuária com maior ênfase, elegendo o agronegócio como o principal ator para gerar saldos positivos na balança comercial através da exportação de bens primários. Essa opção política faz com que ocorra a “reprimarização” da economia brasileira no comércio exterior (DELGADO, 2012), onde os produtos agrícolas com maior valor comercial no mercado mundial, como minérios, soja, cana de açúcar, liderem as exportações nacionais. Essa estratégia foi a utilizada para gerar divisas para a economia nacional. Além da influência econômica que os grandes proprietários de terras possuem, também têm uma grande capacidade de influenciar o governo politicamente através da bancada ruralista no Congresso Nacional e das instituições representantes do agronegócio. Esse pacto do governo federal impacta diretamente no debate da viabilidade da reforma agrária conforme defendida pelas organizações de trabalhadores rurais. Exemplo disso foram as discussões do 2º Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) em 2003.

Esse debate sobre o balanço do II PNRA demonstra que apesar do governo Lula ter rompido com a postura dos governos anteriores de ignorar a necessidade de planejar as ações fundiárias no país, a correlação de forças no governo demonstrou-se mais favorável ao setor ruralista que para os movimentos sociais, impedindo o cumprimento das metas quantitativas tanto da reforma agrária, quanto dos demais instrumentos fundiários. Diante do fracasso do desempenho do governo neste setor, tentou-se escamotear a realidade a partir de um somatório de ações fundiárias com sentido diferentes, como se tudo fosse reforma agrária. Esta ação é intencional e funcional à difusão da confusão da sociedade e despolitização do conceito de reforma agrária (RAMOS FILHO, 2013, p. 70).

Como pode-se observar, novamente a história apresenta exemplo de que os projetos que visam realizar alguma mudança na estrutura agrária brasileira não conseguem avançar, os governos ao longo dos anos vêm retroalimentando a aliança com os grandes proprietários, pactos que vem sendo cristalizados no âmbito do Estado, com exceção do governo de João Goulart. Esses além de sua importância no desenvolvimento econômico, politicamente são

importantes para que os governos aprovem seus projetos no Congresso Nacional. Acerca da crítica realizada sobre os números da reforma agrária dos governos petistas, este computou no quantitativo a concessão de títulos de propriedade a famílias que há muito tempo ocupavam terras públicas, o que ocorre não é a desapropriação conforme o artigo 184, somente a transferência do título para os posseiros, ou seja, não há mudança na estrutura agrária (RAMOS FILHO, 2013).

O debate dos fundamentos da questão agrária, concentração da terra e da renda foram perdendo espaço, e a opção pela desapropriação dos empreendimentos rurais que não estivessem cumprindo a função social da terra corria paralela a reforma agrária de mercado, inclusive essa última foi aprofundada nos governos petistas, com constantes repasse ao longo dos anos. “Por seu turno, a política fundiária da década reflui para uma posição mais defensiva, da perspectiva dos momentos sociais agrários, e ostensivamente pró-negócio, do ponto de vista do Executivo Federal” (DELGADO, 2012, p. 101). Se o Estado não desenvolveu uma ampla política de reforma agrária, conforme pautavam os movimentos sociais, é inegável que os estabelecimentos agropecuários de caráter familiar ao longo dos anos 2000 tiveram aumento no financiamento de suas atividades produtivas, principalmente através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Esse programa, que teve sua origem na década de 1990, foi a primeira política em nível federal a financiar a produção para estabelecimentos familiares. Surge num contexto em que os trabalhadores rurais exigiam apoio e proteção estatal, pois estavam sendo bastante prejudicados com a abertura comercial iniciada nos anos 1990 (AQUINO, SCHNEIDER, 2015). Se na sua gênese ele restringia-se exclusivamente para as atividades agropecuárias, diga-se atividades agrícolas, centralizando seus recursos para as regiões sul e sudeste, pois nessa região encontrava-se os agricultores familiares mais capitalizados. Os agricultores do Nordeste, que correspondiam a quase 50% dos estabelecimentos familiares do Brasil foram pouco assistidos. Nos anos 2000 o PRONAF avança com maior ênfase para outros estados e ocorre uma ampliação do público a ser atendido, abrangendo agricultores familiares com menor poder aquisitivo. Nos governos petistas, além do aumento no orçamento, ocorre o financiamento de atividades não agrícolas no meio rural brasileiro e também foi ampliado o acesso dos agricultores do Nordeste aos recursos do PRONAF.

Todavia, é necessário sublinhar que a política de crédito do Pronaf, a despeito dos seus impactos positivos na esfera econômica<sup>12</sup>, não tem sido capaz de estimular uma mudança efetiva nas características do padrão de desenvolvimento agrícola que vigora no meio rural brasileiro. Pelo contrário, ao que tudo indica o programa mantém e incentiva entre os agricultores familiares o viés setorial e produtivista do modelo convencional, ou, em outros termos “está fazendo mais do mesmo” (AQUINO, SCHNEIDER, 2015, p. 70).

O padrão de desenvolvimento agrícola referido é aquele de tipo convencional, realizando grande uso de insumos químicos, agrotóxicos, gerando uma grande especialização nas unidades produtivas familiares para a produção de *commodities*, como soja, milho e o trigo. Os autores apontam que o PRONAF não vem possibilitando na maioria das vezes a constituição de outros processos produtivos mais sustentáveis, como a agricultura orgânica e a agricultura ecológica. Apesar dos seus avanços e das próprias críticas realizadas, este programa ainda se configura em uma posição secundária na política agrária do Estado, basta comparar o plano safra de 2013/2014 para todo o setor agropecuário, cujo orçamento de R\$ 157 bilhões, disponibilizou 87% deste recurso aos agricultores patronais, restando apenas 13% aos agricultores familiares. É necessário lembrar que entre 1996 a 2012 o PRONAF teve aplicado mais de 100 bilhões no seu orçamento, em contraponto, os representantes do agronegócio em um Plano Safra 2013/2014 tiveram repasse maior que esse montante.

No que se refere ao acesso à terra os governos dos anos 2000 deram continuidade à política de crédito rural que foi inaugurada no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso. Em 2003, o governo Lula lança o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que possuía base semelhante ao Programa Cédula da Terra (PCT) e o Programa Banco da Terra (PBT), porém inovou ao adotar duas linhas distintas de financiamento. A Primeira foi intitulada como Combate à Pobreza Rural (CPR), que previa que os financiamentos fossem organizados de forma coletiva através de associações, tendo como foco os estados do Nordeste. A segunda linha teria como nome a Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), nesta era possível realizar financiamentos de forma individual para agricultores com terras insuficientes para sua reprodução no espaço rural, privilegiando as regiões Sudeste e Sul. Ambas as linhas possuem ações específicas para a juventude rural. A construção dessa política nos anos 2000 teve apoio de parte dos movimentos sociais do campo, como da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), considerado por ambas como uma forma de atender parcela específica da

---

<sup>12</sup> Contribuiu para conter o êxodo rural através da ocupação produtiva no meio rural brasileiro.



população rural, referindo-se aos jovens e aos agricultores com pouca terra (GOMES et al. 2015).

A política de reforma agrária por si só não consegue atender a heterogeneidade de atores demandantes de terras e nem resguardar pequenas propriedades que vem sendo compulsoriamente abandonadas e vendidas para outros proprietários, empresas ou mesmo utilizadas para fins não agrícolas (GOMES et al, 2015, p. 377).

Os (as) autores (as) apontam que a reforma agrária não dá conta de atender as demandas dos agricultores rurais, principalmente nas regiões do Rio Grande do Sul (norte do Estado) e de Santa Catarina, pelo fato que nesses territórios não se tem muitas terras que possam ser desapropriadas conforme consta no Art.º 184, justamente pela ocupação da terra ser dividida em pequenas propriedades, limitando as ações políticas da reforma agrária. O crédito fundiário seria a principal forma de acesso à terra para os jovens rurais agricultores que possuem pouca terra. Esse tipo de política de acesso à terra é constantemente combatido pelo MST e pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), que entendem que são ações que despolitizam a discussão da reforma agrária, além de representarem o avanço neoliberal pela via do mercado no meio rural. Ou seja, as representantes das elites nacionais e internacionais, com vistas a garantir as condições para a reprodução do capital, buscam preencher e modificar o conteúdo da reforma agrária, pautando a via do mercado, com isso os interesses dos grandes proprietários não seriam afetados, e ainda possibilitaria atender a demanda de vários setores da economia, como bancos, os rentistas, os industriais. Novamente as transformações na sociedade brasileira se dão de cima para baixo, com os setores conservadores ditando o caminho deste processo de forma hegemônica, garantindo que a estrutura agrária se mantenha inalterada. A tabela abaixo demonstra o quanto a ocupação do território rural brasileiro é desigual:

**Tabela 1 – Área ocupada e número de estabelecimentos por estrato de área total (2006)**

<b>Estrato de área</b>	<b>Área ocupada</b>	<b>%</b>	<b>Número de estabelecimentos</b>	<b>%</b>
<b>Menos de 10 ha</b>	7.798.607	2,36	2.477.071	47,86
<b>10 a menos de 100 há</b>	62.893.091	19,06	1.971.577	38,09

<b>100 a menos de 1.000 ha</b>	112.696.478	34,15	424.906	8,21
<b>1.000 e mais</b>	146.553.218	44,42	46.911	0,91
<b>Total</b>	329.941.393	100,00	5.175.489	100,00

Fonte: Censo Agropecuário (2006)

Como pode ser observado, a concentração da propriedade da terra no Brasil continua bastante significativa, conforme o Censo Agropecuário de 2006, verifica-se que as propriedades com mais de 1.000 ha ocupam 44,42% do território nacional, já as que possuem menos de 10 ha possuem participação de 2,36% da área total. No que se refere ao número de estabelecimentos rurais, os percentuais se invertem, as primeiras passam para 0,91%, sendo que as últimas representam 47,86% no total. Ou seja, a grande propriedade ocupa quase a metade do território nacional; em contraponto, o número total dos estabelecimentos rurais representa menos de 1%. Já o Índice de Gini, instrumento utilizado para medir os contrastes na distribuição do uso da terra, aumentou de 0,856, referência ao ano de 1995, para 0,872 em 2006 (IBGE, 2006), o que significa, a partir de mais um dado, que a reforma agrária, visando à mudança na estrutura agrária não vem tendo força no contexto brasileiro, pois mais uma vez a opção dos governos vem sendo a ampla articulação com o Agronegócio e com os grandes proprietários, que além de não democratizar o acesso à terra e a renda, impactando nas condições de vida dos (as) trabalhadores (as) rurais, traz sérios danos para o meio ambiente, processo este que tem a conivência do Estado. Exemplo disso são as

[...] iniciativas para o afrouxamento das regras florestais de controle das 'Áreas de Preservação Permanente' (mata ciliar e encontros de morro) e 'Reserva Legal', ocasião em que as estratégias privadas dos ruralistas tem se revelado ostensivas, de apelo exclusivo ao direito privado e fortemente antagônicas às regras de preservação ambiental dos espaços públicos (DELGADO, 2012, p. 102).

O pacto com as elites agrárias não representa somente a concentração da terra e da renda, mas também sérios danos para o meio ambiente, constituindo processos produtivos com utilização de insumos químicos (agrotóxicos, fertilizantes, entre outros) que prejudicam a reprodução do solo e também a saúde da população brasileira. Esse pacto sustenta-se pelo objetivo de elevar as divisas nacionais, que conforme foi exposto ao longo deste capítulo, representa a estratégia utilizada pelos governos para financiar os projetos de desenvolvimento, e ao mesmo tempo garante o lucro das grandes empresas agrícolas, industriais, financeiras.

Nesse processo que retroalimenta o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, o rural tem participação importante. Quando o Estado “afrouxa” as regras florestais, enquanto decisão política, permitindo que as empresas e os proprietários que representam o agronegócio avancem, é revelado que os interesses políticos e econômicos não se dissociam, ao contrário, se encontram, sendo a esfera estatal lugar privilegiado para entender essa dinâmica. No livro “Partido da Terra”, escrito pelo jornalista Alceu Luís Castilho, ao analisar quase 13 mil declarações entregues por políticos eleitos<sup>13</sup> para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tendo como anos-base 2008 a 2010, verificou-se que “entre os R\$ 2,16 bilhões que os políticos declaram possuir em imóveis rurais, foi possível identificar a área no caso de apenas 63,6% do total” (CASTILHO, 2012, p. 16). Pode ser averiguado que faltou 36,4% da área total, correspondendo ao valor de R\$ 785 milhões, sem ter sua área especificada, que conforme o autor ao realizar projeção, através da regra de três, sobre o possível valor, chega-se ao número de 1,3 milhão de hectares, que no total corresponderia a 3,3 milhões de hectares nas mãos de quase 13 mil políticos brasileiros, território maior que o Haiti ou a Bélgica. Esses dados demonstram o peso que os grandes proprietários de terras possuem na política brasileira, inclusive assumindo cargos nos mais variados níveis do poder público, e o quanto a atuação do Estado está condicionada pelos interesses destes agentes econômicos. Esses dados também podem elucidar qual contexto institucional que está inserida as tentativas de mudança da estrutura agrária brasileira.

### **3.6 O viver no meio rural e seus significados**

A estrutura da posse da terra no Brasil construída ao longo do processo histórico deixou marcas profundas na sociedade, podendo ser destacadas entre elas, a pobreza no meio rural. Logo, não é um fenômeno novo, e nem constituído fora da própria dinâmica sócio-histórica brasileira. Lauro Mattei, em seu artigo para a Revista Carta Maior, intitulado “Pobreza rural: um fenômeno histórico relacionado à estrutura agrária do país”, inicia com a seguinte frase de Cândido Grzybowski: “O problema da pobreza rural está no latifúndio e não nos pobres”, o que vai ao encontro do que tentou-se demonstrar ao longo dessas páginas. É o próprio desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira que gerou, e gera, uma grande massa pobre no campo brasileiro. Do total da população brasileira extremamente pobre, o rural

---

<sup>13</sup> Prefeitos, vice-prefeitos, deputados estaduais, deputados federais, senadores, vice-senadores, vice-presidente da República e governadores.

possui cerca de 46,7% e o urbano 53,3%, porém, ao analisar sua incidência de forma específica no campo, verificou-se que desse total, 25% da população encontra-se na faixa acima mencionada, ou seja, a cada quatro pessoas, uma é pobre, conforme Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2012). Além de referir o fenômeno da pobreza rural enquanto fruto da dinâmica sócio-histórica, é necessário apontar que ela não se caracteriza somente pela falta ou insuficiência de recursos monetários, mas também, representa o não acesso ou baixo acesso a outros serviços sociais, que são centrais para a reprodução social dos sujeitos (MATTEI, 2012).

Conforme Yazbek (2012), é necessário compreender a pobreza enquanto categoria multidimensional, justamente por não ser só acesso a bens materiais, mas pela falta de direitos, de informações, de esperança.

Assim, abordo a pobreza como uma das manifestações da questão social, e dessa forma como expressão direta das relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria. Os “pobres” são produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e **cultural**, definindo para eles um lugar na sociedade. Um lugar onde são desqualificados por suas crenças, seu modo de se expressar e seu comportamento social, sinais de “qualidades negativas” e indesejáveis que lhes são conferidas por sua precedência de classe, por sua condição social. (YAZBEK, 2012, p. 289).

As reflexões de Yazbek (2012) situam a pobreza enquanto produto das relações intrínsecas a ordem capitalista e suas contradições sociais, sendo a questão social e suas expressões resultados desta dinâmica, bem como suas manifestações no meio rural brasileiro. Para além disso, os “pobres”, são relegados a margem da sociedade, desqualificados em seus aspectos culturais e sociais, marginalizados no acesso as políticas públicas. Para o meio rural, além dos elementos acima mencionados, cabe referir que este espaço ao longo de sua trajetória foi concebido enquanto sinônimo de agrícola, e as políticas públicas executadas pelo Estado assumiam esse caráter, atendendo principalmente aos interesses dos grandes proprietários de terras. O que pode ser a chave para entender o porquê ainda, em pleno século XXI, as ações do poder público se fazem distante do campo através de políticas públicas, tendo em vista o grande número de pobres que se encontram neste espaço, tendo trabalhadores rurais em dificuldades de acessar os serviços sociais essenciais para sua reprodução social, vivenciando cotidianamente as várias faces da multidimensionalidade da pobreza. É sobre esse contexto que as próximas linhas iram “*camperear*”, por isso, dividiu-se em três aspectos: 1) Processos de subsistência; 2) necessidade de infraestrutura e serviços e 3) preconceito. Lembrando que este estudo possui ênfase no debate teórico, porém os dados

empíricos<sup>14</sup> que apresentaremos na sequência tem o objetivo de elucidar essas discussões realizadas até o momento. Esses dados demonstram os impactos da dinâmica sócio-histórica brasileira, nas privações e dificuldades que a população do meio rural vivencia, mas também aponta avanços no atendimento de suas demandas e as alternativas para reprodução social neste espaço.

O **primeiro aspecto** é referente aos *processos de subsistência*, que enquanto categoria, caracteriza-se pela forma de produção organizada em unidade familiares, com baixo uso de recursos tecnológicos, produção voltada para o consumo e dependendo das condições inserindo seus produtos no mercado. Aqui o trabalho rural e o pertencimento a esse espaço são elementos centrais, que contribuem para elucidar as discussões teóricas, centralidade desta dissertação.

O trabalho assume centralidade no espaço rural, sendo a principal mediação que os (as) trabalhadores (as) do campo realizam para dar conta de suas necessidades, é através dele que esses sujeitos produzem grande parte dos alimentos que os integrantes das unidades familiares irão consumir, o que pode ser uma diferença em relação a dinâmica das cidades, onde a grande maioria da população precisa comprar seus bens alimentícios. Essa reflexão está baseada em extrato retirado do depoimento de um (a) entrevistado (a) e também das discussões que permearam o presente capítulo e o anterior.

Acho, no meu ponto de vista que na cidade tem que comprar tudo, né? E no interior tu cria uma galinha, tu cria um porco, tu cria uma vaca de leite, tu planta uma mandioca, planta uma “fruta”. (TR1, 2016)

São elementos abordados que referem à própria sociabilidade do meio rural, do modo de viver, porém algumas unidades familiares, além do aspecto salientado, vislumbram que sua produção tenha outros objetivos, por exemplo a comercialização, que nos últimos anos através das políticas públicas executados pelo Estado, principalmente as voltadas para o financiamento da produção e uma melhor inserção no mercado dos produtos oriundos da agricultura familiares, conforme exposto na sequência.

Daí a gente planta milho, a gente não planta soja né, a gente planta milho e todas essas miudezas assim que você imaginar, como aipim, batata doce, abóbora, moranga. Essas coisas a gente planta também porque existe um projeto que tá chegando aí, já era pra ter chegado, mas tá em vias de, pra se vender pra merenda escolar, né? Como tem umas escolas aqui bem perto é mais uma fonte de renda, né? (TR2, 2016).

---

<sup>14</sup> As categorias empíricas que irão subsidiar o debate estão destacadas no quadro I, conforme apresentado na introdução deste trabalho. Lembrando os (as) trabalhadores (as) rurais que participaram das entrevistas são oriundos do assentamento do MST Novo Alegrete, localizado no espaço rural de Alegrete, Rio Grande do Sul.

A produção dos alimentos vem atender a dois objetivos. O *primeiro* visa a produção dos alimentos que a própria família irá consumir, conforme exposto também pela entrevistada TR1, que dá o exemplo de vários produtos produzidos em sua propriedade. Outro aspecto, que se refere ao segundo objetivo, que ainda não vem sendo materializado, é sobre a participação em projeto que realiza compra de alimentos que são produzidos pela agricultura familiar para que possa ser inserido na alimentação dos estudantes das escolas. Essa possibilidade torna-se estratégica para que possa complementar sua fonte de renda. A venda se daria para as escolas de Alegrete. A agricultura familiar sempre esteve presente na história brasileira, porém muitas vezes assumiu papel subsidiário na economia brasileira; na era colonial assumia a função de produzir alimentos para o consumo interno nas grandes propriedades, para que o sentido da colonização brasileira pudesse constituir-se (PRADO JUNIOR, 2011). Já no século XX, assume a função de produzir alimentos baratos para alimentar os trabalhadores urbanos, e fornecer mão de obra a indústria nascente e também abertura da fronteira agrícola (OLIVEIRA, 2013; MARIN, NEVES, 2013). As teses que se referiam a extinção da produção familiar, sendo que o assalariamento seria a tendência das relações sociais no campo não se concretizaram em sua totalidade, ao contrário, ambos são elementos constitutivos ao trabalho rural. Ocorre que a própria acumulação de capital engendra a reprodução da agricultura familiar, principalmente nas culturas do fumo, aves, leite, entre outras, que se subordinam às grandes agroindústrias nacionais e internacionais do agronegócio. O *segundo* objetivo é a produção de alimentos para comercialização nas escolas, possivelmente via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que através da Lei nº 11.947 de 16/06/2009, refere que 30% do valor repassado deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que busca estimular o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades (FNDE). Se for materializada essa comercialização, a trabalhadora rural vislumbra ser mais uma fonte de renda, onde pode-se inferir que seria uma estratégia importante para a reprodução social no meio rural, através do trabalho desenvolvido em sua propriedade. Como foi exposto no capítulo 3 as políticas públicas voltadas para a produção e financiamento agrícola somente são implantadas na década de 1990, antes os principais privilegiados eram, e ainda o são, os grandes proprietários rurais, porém o que vem ocorrendo a partir dos anos 1990, principalmente nos anos 2000, é o aumento progressivo do investimento por parte do Estado nas unidades produtivas familiares, o que denota uma novidade tendo em vista a dinâmica sócio-histórica brasileira.

É necessário salientar que a comercialização dos produtos oriundos do meio rural assume dois aspectos que merecem ser mencionados. O **primeiro** é que os produtos do assentamento

são comercializados pelos próprios assentados, deslocam-se tanto para a cidade como para a vila para realizar as vendas, realizando o contato direto do produtor com o consumidor. Essa compra e venda dos alimentos é materializada pelo pagamento em dinheiro, e também através da troca simples de um alimento por outro, conforme relato de SESS (2016). O **segundo** aspecto se refere a comercialização realizada através das agroindústrias, principalmente voltada para o setor leiteiro, tendo uma local e uma multinacional que compra o produto, industrializa e insere no mercado. Sobre esse último aspecto foi central a intervenção do poder público, conforme relato da entrevistada que segue na sequência.

Era assim ó, ainda aquele leiteiro de carroça botando as garrafinhas. Hoje a Secretaria de Agricultura trabalhou enormemente com eles. Tem, são se não me engano mais de 20 grupos de pequenos né? Produtores de leite e eles têm sido, eles se organizam em grupos né? Tá muito interessante.... Tem duas empresas né, uma é cooperativa e a outra é BR Foods não sei se continua ou se trocou ou não, que é uma Multinacional, que tem levado leite daqui (GT, 2016).

O panorama das mudanças na produção de leite que ocorreram na região, parte de um momento histórico em que os trabalhadores rurais realizavam o transporte através de carroças, colocando o leite em garrafas de vidro para que fossem comercializadas. A mudança ocorreu, conforme relato, através da intervenção do poder público, especificamente, da Secretária de Agricultura que buscou trabalhar com esses produtores afim de qualificar a produção leiteira no município. A organização dessa produção se deu através da criação de grupos de produtores de leite, que no momento da entrevista estavam em vinte. Esses grupos buscam escoar sua produção de duas formas: entregando para uma Cooperativa local e para uma Multinacional, a BR Foods<sup>15</sup>. Mas um fato é importante nessa discussão, que não está na fala acima, mas foi exposto em diálogos que não estavam sendo gravados no momento, mas sim registrado através das *anotações de campo*. Para que os trabalhadores rurais que estão no assentamento possam entregar o leite produzido para a indústria, é necessário que atendam a certas orientações tanto das empresas como da vigilância sanitária, o que devido ao limitado acesso a infraestrutura<sup>16</sup> e a recursos financeiros torna-se difícil para os assentados inserir-se neste processo de industrialização e comercialização do ramo leiteiro. Esse contexto está intimamente ligado aos aspectos da multidimensionalidade da pobreza (YAZBEK, 2012); no

---

<sup>15</sup> “A BRF é uma das maiores companhias de alimentos do mundo, com mais de 30 marcas em seu portfólio, entre elas, Sadia, Perdígão, Qualy, Paty, Dánica, Bocatti e Confidence. Seus produtos são comercializados em mais de 150 países, nos cinco continentes. Mais de 105 mil funcionários mantêm 54 fábricas em sete países: Argentina, Brasil, Emirados Árabes Unidos, Holanda, Malásia, Reino Unido e Tailândia”. Disponível em <https://www.brf-global.com/sobre-brf/quem-somos-nossa-historia>>

<sup>16</sup> No decorrer deste trabalho realizaremos algumas reflexões sobre esse aspecto.

meio rural esse fenômeno é ligado a própria dinâmica histórico-estrutural da sociedade brasileira (MATTEI, 2012).

Quando buscou-se elucidar a concentração da terra no Brasil<sup>17</sup>, verificou-se que poucos estabelecimentos com mais de 1000 ha ocupam quase metade do território rural brasileiro, além de que o índice de Gini aponta que a desigualdade do acesso à terra continua nos mesmos patamares ao longo dos anos. Esses elementos impactam diretamente nas condições de vida da população do campo, sendo a composição da renda e sua dimensão com o atendimento das demandas do grupo familiar um dos aspectos desta dinâmica.

Eu lá em casa, tem “meis” que eu gasto 25, quase 30 quilos de “arrois” [...]. **E agora o preço que tá as coisas.** Tu vai no mercado com 300 “pila” tu “trais três sacolinha” e já se foi os 300. Ainda que a gente não compra carne né? Tem, tu “carniando um terneirinho”, um terneiro de uns.. um ano, um “terneirinho” pequeno tu tem carne pro ano, pro ano não, mas, pra uns “meis” né? [...] E daí tu imagina se tu vai comprar carne, que preço tá? Não sei se tu “óia” o preço da carne, mas tá caro. (TR1, 2016)

O relato do trabalhador (a) rural aponta dificuldade em conciliar a renda familiar com os preços dos alimentos, principalmente pelo aumento dos últimos, o que demonstra os *malabarismos financeiros* que essa população precisa fazer para dar conta de atender suas necessidades. Novamente apresenta-se a produção para subsistência enquanto estratégia para reprodução social desses sujeitos, pois, ao carnear um terneiro, possibilitam que a família alivie o peso da compra da carne no orçamento familiar, ainda mais tendo em vista o preço que se encontra a carne.

A renda, que pode ser constituída por atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas no meio rural e/ou no meio urbano, e a necessidade do grupo familiar, inserida no contexto econômico, demonstra as dificuldades que esses sujeitos possuem para mediar essa relação, tentando trazer mais um elemento que pode ajudar a elucidar essa questão, demonstra-se através de Relatório disponibilizado pelos (as) entrevistados (as) GT e SESS ao pesquisador. Esse relatório foi retirado de forma on line, no dia 05 de fevereiro de 2016, através do site da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Demonstra que 89 famílias assentadas da Reforma Agrária estão cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), destas, 58 são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), ou seja, 65, 16%. Esse dado indica duas questões. A **primeira** é a importância do acesso ao PBF para que as famílias rurais tenham renda mínima, além do acesso a outras políticas sociais; porém, a **segunda**

<sup>17</sup> Ver Tabela 1 que trata da relação do número de estabelecimentos agropecuários e o tamanho da área que as respectivas propriedades ocupam.



questão aponta um dado preocupante, pode-se inferir que um número expressivo de famílias rurais assentadas não estão conseguindo atender de forma integral suas necessidades através da renda que extraem da propriedade e/ou das atividades que executam fora dela, demonstrando que a política pública para os assentamentos ainda precisa avançar em alguns pontos centrais<sup>18</sup> para o assentamento garantir condições melhores de vida para esses sujeitos. Além do acesso ao PBF referido anteriormente, o trabalho fora da propriedade é outra estratégia para reprodução dos assentados, o que corrobora com a segunda questão que foi abordada sobre a política de assentamento.

Sobre o trabalho fora da propriedade, o relato seguinte elucidava esse processo.

[...] E muitos não precisariam assim [aqui a entrevistada refere-se ao acesso a uma quantidade maior de terra<sup>19</sup>], **a mulher ficar trabalhando na terra e o homem sair fazer algum bico de serviço fora**, tipo colheita de maçã, colheita de uva que tem na região da serra. Normalmente, se você chegar aqui no assentamento nessa época, nesse período na grande maioria você vai encontrar só as mulheres aqui. **É a forma que se tem de aumentar um pouco mais a renda: eles saindo trabalhando 30, 45 dias lá e retornando** (TR2, 2016).

Esse fenômeno que a entrevistada aponta vem sendo denominado na academia como pluriatividade, compreende três aspectos.: **1)** refere-se as atividades agrícolas, ligadas ao manejo com organismos vivos (animais ou vegetais), desenvolvido geralmente em estabelecimentos agropecuários, próprios ou de terceiros; **2)** compreende as atividades para-agrícolas, que formam um conjunto de operações, tarefa e procedimentos que visam a transformação beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola (*in natura*) produzida dentro de um estabelecimento ou adquirida (em parte ou no todo) fora, podendo ter como finalidade a produção para o autoconsumo ou para venda; **3)** seriam as atividades não-agrícolas, desenvolvidas geralmente em outros ramos da economia, indústria, serviços, comércio (SCHNEIDER, 2009).

Devido as dificuldades econômicas, os homens em determinados épocas do ano buscam trabalho fora da propriedade, principalmente nas colheitas da uva e da maçã, enquanto alternativa para dar conta das necessidades familiares. Esse fato poderia ser evitado se as famílias tivessem acesso à maior número de hectares, pois acaba ocorrendo um esvaziamento

<sup>18</sup> Sobre esse aspecto aborda-se na próxima categoria analítica “Necessidade de Infraestrutura e serviços”.

<sup>19</sup> “Pra você ter uma noção que essa é uma questão que eu já bati em cima até em reuniões do movimento, que eu acho que **tem que dar uma porção de terra compatível com a necessidade das pessoas para que elas consigam sobreviver somente dessa terra**. Não está ruim, não é isso. Ótimo que a gente tem 19 hectares e consegue produzir em 15, mas se fosse mais as famílias teriam uma qualidade de vida bem melhor” (TR2, 2016).

masculino no assentamento em determinadas épocas do ano. O trabalho rural fora da propriedade, tanto agrícola como não agrícola, é fruto da própria necessidade que as famílias encontram, devido as dificuldades econômicas, para que possam complementar a renda. Isso demonstra que nem sempre os assentamentos e a terra que estes trabalhadores têm acesso garante de forma integral a renda necessária para dar conta de suas demandas. Além da força de trabalho que se desloca para outras regiões, geralmente adultos, apresenta-se outro elemento do trabalho rural que contribui para análise dos processos de subsistência.

[...] eu conheço um senhor, até o menino dele foi meu aluno e eu notava que o menino dormia na aula. Mas tá havendo uma coisa com esse menino né? Aí chamei o pai, e me disse: *ele me ajuda*. Mas o senhor vai ter que dar uma maneirada né? (GT, 2016).

A dinâmica do trabalho no espaço rural apresenta várias facetas, e o trabalho infantil é uma delas. A entrevistada observou que um menino durante sua aula dormia frequentemente, e ao entrar em contato com o responsável do estudante ficou expressou que o mesmo ajudava nas atividades produtivas da propriedade. O trabalho infantil pode possuir aspectos culturais, expressos na busca de repassar o conhecimento acumulado através de gerações, como forma de formação moral através do trabalho. Porém, quando o pai expressa que o menino *o ajuda*, pode-se trazer elementos anteriormente citados, mas também pode remeter as dificuldades econômicas que determinado grupo familiar vem enfrentando, e o trabalho infantil vem a ser uma forma de buscar aumentar o rendimento da propriedade para atender as necessidades dos integrantes.

O trabalho infantil é mais um dos aspectos da multidimensionalidade da pobreza rural (YAZBECK, 2012), fenômeno que é condicionado pela própria dinâmica sócio-histórica brasileira, que muitas vezes ceda o destino dessa população à miséria e as privações materiais e sociais. A tabela a seguir demonstra a dimensão do trabalho infantil no Brasil, comparando entre o urbano e o rural e trazendo sua evolução ao longo do período histórico de 2005 a 2015.

**Tabela 2 - Percentual de crianças e adolescentes de 10 a 13 anos de idade em situação de trabalho infantil, por situação do domicílio 2005/2015**

Ano	Situação do Domicílio	
	Urbano	Rural
2005	4,6	26,9
2006	4,3	24,1
2007	4,0	21,5
2008	3,3	17,9
2009	3,4	15,6
2011	2,2	14,6
2012	1,8	11,6
2013	1,7	10,7
2014	2,0	12,3
2015	1,4	8,0

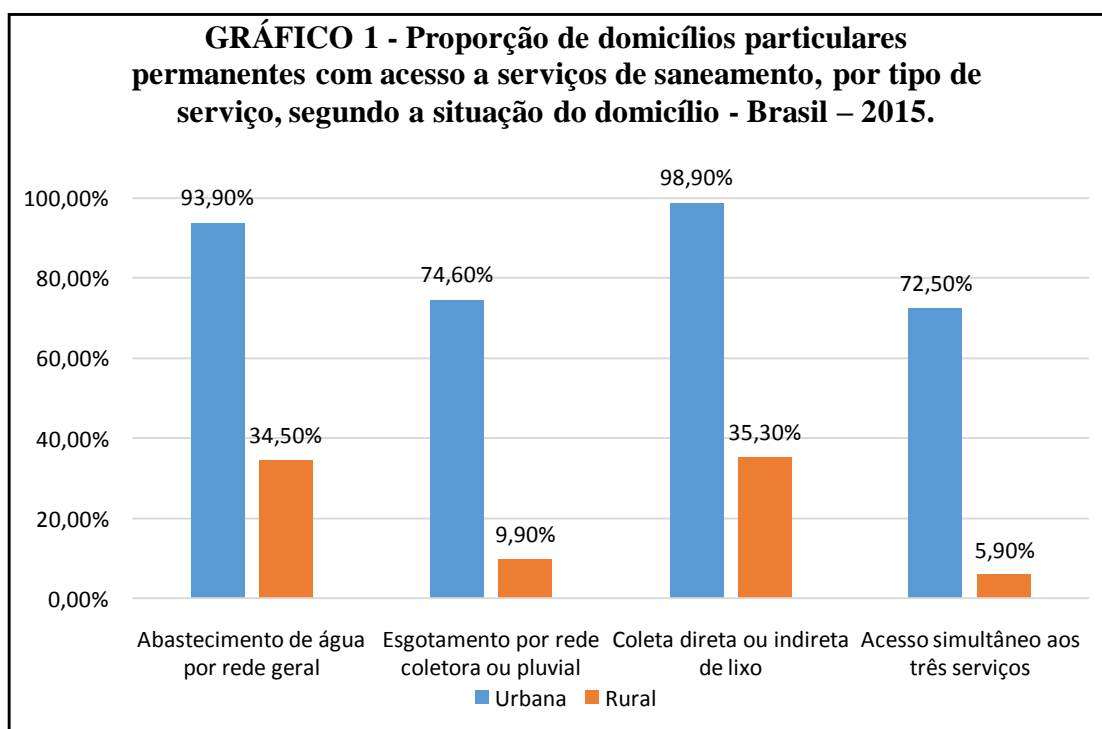
Fonte: IBGE (2016)

Essa tabela ilustra que 26,9% de crianças e adolescentes de 10 a 13 anos estavam em situação de trabalho infantil no ano de 2005, número bem maior ao comparar com a população urbana. Esse peso maior do trabalho infantil no meio rural vem mantendo-se até o ano de 2015, mesmo que tenha havido uma significativa diminuição, chegando ao percentual de 8,0%, muito se deve aos investimentos do governo federal com ações para erradicar esse fenômeno do contexto brasileiro. Essa relação entre o urbano e o rural demonstra o impacto da dinâmica sócio-histórica brasileira para a população do campo, historicamente esquecida do acesso às políticas públicas, processualidade que permeia também as políticas sociais, conforme será exposto no próximo capítulo.

O **segundo aspecto** versa sobre as *necessidades de infraestrutura e serviços públicos*, busca-se trazer alguns elementos que demonstrem como vem se dando o acesso dos (as) trabalhadores (as) rurais a determinados bens sociais, como saneamento básico, transporte, luz, moradia, saúde e educação.

Inicia-se pelo saneamento básico, que conforme a Lei nº 11.445 de 2007, no seu artigo 3º, caracteriza-se enquanto um “conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de: a) abastecimento de água potável [...]; b) esgotamento sanitário [...]; c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos [...]; d) drenagem e manejo de águas pluviais, limpeza e fiscalização

preventiva das respectivas redes urbanas [...]” (BRASIL, 2007). Ainda prevê a universalização do acesso enquanto um dos seus princípios fundamentais no artigo 2º, nesse sentido, o art. 48º, inciso VII, expressa que é necessário garantir “meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares” (BRASIL, 2007). Formalmente é previsto que este serviço deverá atender a população do meio urbano e também a população que vive no meio rural, neste último caso, buscando levar em questão as características peculiares deste espaço no planejamento de ações. Porém, na vida prática, os serviços de saneamento básico ainda estão distantes do que prevê a legislação acima referida, principalmente para a população rural, que se encontra em disparidade em comparação a população urbana. O gráfico abaixo é representativo desta realidade.



Fonte: IBGE (2016)

Esse gráfico é sintomático ao demonstrar a diferença de cobertura dos serviços de saneamento básico entre o meio rural e o meio urbano. Ao se analisar os tipos de serviço de forma individual, observa-se que o abastecimento de água por rede geral e a coleta direta ou indireta de lixo atingem pouco de 1/3 da população do campo, já o esgotamento por rede coletora ou pluvial chega a quase 1/10. No que tange ao acesso simultâneo aos três serviços, o índice é menor ainda, representando somente 5,9%. Esses dados, além de representarem

acesso desigual entre o urbano e o rural, também demonstram a ausência do Estado em serviços essenciais para a reprodução social desses sujeitos deste espaço geográfico, gerando sérios problemas de saúde pública. Essa ausência de políticas públicas para o meio rural não é novidade, vem constituindo-se ao longo do processo sócio-histórico brasileiro, conforme discutido anteriormente; as políticas sociais também seguiram esse mesmo trajeto, centralizando-as principalmente no meio urbano, o aprofundamento deste debate se dará no próximo capítulo. Como exposto anteriormente, a pobreza não se restringe somente ao aspecto monetário, vai além, e a falta de saneamento básico é uma expressão de sua multidimensionalidade (YAZBEK, 2012). Esse dado da realidade demonstra o atraso da sociedade brasileira em garantir condições humanas e dignas de vida para a população do campo, e logicamente para a população da cidade, e a pouca intervenção do Estado vem sendo uma característica marcante ao longo do desenvolvimento histórico, o orçamento público vem sendo capturado ao longo do tempo para atender aos interesses dos grandes proprietários de terras, afim de garantir as condições de reprodução e acumulação do capital.

O depoimento abaixo de um (a) trabalhador (a) rural expressa como a falta de água impacta cotidianamente na vida dos assentados que vivem no meio rural de Alegrete.

Você consegue imaginar as crianças tomando água de quinze dias estocada lá numa caixa de água no chão, que o caminhão pipa vem e enche e daí todo dia a mãe vai lá, tira um balde de água e leva para dentro de casa. É complicado né! Eu me sinto beneficiada porque a gente conseguiu além de que a gente mora aqui, aí a gente conseguiu construir um poço lá, colocar uma moto-bomba né, então hoje a gente tem água. Várias famílias também conseguiram fazer isso, mas tem lotes que não tem nem como eles fazer (TR2, 2016).

Os (as) trabalhadores (as) rurais que moram no assentamento Novo Alegrete apresentam dificuldades concretas para manterem-se nos lotes, ou melhor dizendo, nas terras que tiveram acesso, necessitando trabalhar “fora” da propriedade para complementar a renda e/ou encaminhar o Programa Bolsa Família. Esse contexto demonstra que não basta somente acessar a terra, é necessário garantir as condições para que possam trabalhar nela, e a água é um desses elementos centrais, tanto para a produção, como atender a parâmetros humanos de saúde. Como exposto no Gráfico 1, tem-se uma baixa cobertura no abastecimento de água por rede geral, elemento que infelizmente permeia o cotidiano dos (as) trabalhadores (as) rurais que vivem no assentamento. Conforme depoimento, é explícito a indignação do (a) entrevistado (a) com o acesso a água que os (as) assentados (as) estão tendo, expondo que fica estocada em uma caixa, sendo que a cada quinze dias um caminhão enche. As famílias para ter acesso devem deslocar-se com baldes, pois não tendo rede geral, é a alternativa que possuem, porém a

entrevista refere sentir-se beneficiada pelo fato de conseguir construir um poço e colocar um moto-bomba para puxar a água, o que outras famílias também fizeram. Em contraponto, se têm aquelas não teriam como fazer, por dois motivos: 1) a renda ser insuficiente para adquirir os materiais necessários e 2) pela própria peculiaridade do território no meio rural, que necessitaria de alternativas para garantir o serviço, para isso, a intervenção do poder público é essencial, porém, o que se tem visto é sua ausência ou parca participação. Na sequência é apontado a precariedade do serviço de saneamento e seu impacto no acesso a outras políticas sociais.

[...], mas eles passam por dificuldades, assim eles não têm água corrente né? Até agora pra [...] poder ser entregue as casas a CORSAN tem que colocar água pra eles né? É um critério pra ser entregue as casas, mas luz eles têm e eles têm ônibus também de graça duas vezes na semana que traz eles pra cidade. Então eles têm acesso à cidade né? Com facilidade (SESS, 2016).

Além da importância da água nas tarefas do cotidiano, a sua estruturação de forma adequada é critério para que os (as) assentados (as) possam ter entregues as casas vinculadas ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCV) do governo Federal, que conforme a Portaria nº160, de 06 de maio de 2016, em seu artigo 2º, um dos requisitos básicos para implantação dos empreendimentos é constituir

III - infraestrutura básica que permita ligações domiciliares de abastecimento de água e energia elétrica, e que inclua vias de acesso, com solução de pavimentação definitiva; iluminação pública; e soluções de esgotamento sanitário e de drenagem de águas pluviais” (BRASIL, 2016).

Como pode-se perceber, as demandas da população rural são múltiplas, logo, as soluções e políticas públicas também devem ser múltiplas, só a política social ou a política agrícola, não daria conta de promover uma mudança qualitativa na realidade dos (as) trabalhadores (as) do campo, mas sim sua articulação. Sem a ação do Estado, o direito a água e demais serviços sociais para essa população continuarão avançando a passos lentos, reafirmando o caráter contido que historicamente vem sendo uma das características principais da evolução das políticas públicas para o meio rural. No que se refere a luz, conforme relato<sup>20</sup> do (a) entrevistado (a) SESS (2016), está disponível em todas as residências do assentamento, demonstrando, em meio as várias dificuldades que a população do campo enfrenta, o avanço no atendimento das demandas desses sujeitos, especificamente no acesso a luz e transporte. Conforme dados do governo federal, o Programa Luz para Todos beneficiou 369 mil famílias

<sup>20</sup> E diálogos após o fim da gravação das entrevistas que foram registrados no diário de campo.

que possuíam Cadastro Único com ligações de energia elétrica desde o início do Plano [Brasil Sem Miséria] até junho de 2014, destas, 267 eram usuárias do PBF, além de garantir condições melhores de vida para essas famílias, possibilita que possam realizar o uso de tecnologias para produção (MELLO et al, 2015).

São as contradições que permeiam a realidade, apontar esses elementos é buscar dar conta das múltiplas determinações que conformam o contexto social, econômico e político da sociedade brasileira, apontar o que avançou e o que retrocedeu/permanece inalterado. O depoimento a seguir elucida bem esse processo, a entrevistada realiza um breve balanço desde sua chegada ao assentamento Novo Alegrete, que para esse estudo é importante, tendo em vista escutar/ler a percepção dos sujeitos entrevistados sobre a realidade que viveu, contribuindo para dar vida as discussões teóricas que são centrais neste trabalho.

Olha, muita coisa<sup>21</sup>, mas água se tivesse que vim. [...] A água, a luz graça “nóis” já “temo”. Casa também “nóis” já “temo”. As estradas que agora tão dando uma ajeitada né? Mas acho que isso aí tá, com o tempo a gente vai conseguindo devagarinho (TR1, 2016).

Novamente a água aparece na fala das (os) entrevistadas (os) trabalhadoras (os) rurais enquanto serviço que melhoraria suas condições de vida, demonstrando sua importância, sendo que também aponta alguns pontos positivos, como a luz, habitação, as estradas, ou seja, esses elementos dão conta de ilustrar os condicionantes que permeiam o contexto da reprodução social dos sujeitos que vivem no rural. Também demonstra as contradições da intervenção do poder público na estruturação de determinados serviços, ora apresenta-se como insuficiente, ora como avanço, inclusive sendo reconhecidos pelos sujeitos pertencentes ao território, que apontam esses ambos aspectos, bem como as discussões teóricas. Essa unidade de contrários é inerente a própria dinâmica sócio-histórica capitalista em solo brasileiro. Dito isso, ao analisar o Estado e sua atuação através das políticas públicas voltadas para o meio rural, parte-se do pressuposto que se constitui várias dimensões desse processo, construídas historicamente, que demonstram o longo período que transcorreu para que os trabalhadores rurais pudessem ter acesso a subsídios públicos para a produção, e quando o tiveram, não se deu de forma parelha aos grandes proprietários de terras, pois como discutimos ao longo deste capítulo, a correlação de forças instituídas na sociedade brasileira vem favorecendo centralmente os últimos.

Sobre o acesso a saúde e educação no meio rural é referido no próximo relato.

---

<sup>21</sup> A entrevistada se refere o que se poderia ter de avanço no assentamento.

Melhoraria, a questão é ter mais serviços lá para eles. É difícil a locomoção, não adianta. Duas vezes por semana, mas aí se tu adoecer hoje tu tem que esperar chegar a quinta-feira pra ti poder ir na cidade né? Comprar um remédio né? [...] O ensino, o ensino médio mesmo, a escola lá, a escola do... Da vila vai só até a 8ª série e depois o ensino médio elas têm que fazer na cidade e aí é claro tem um ônibus né? Mas mesmo assim fica complicado. (SESS, 2016).

Esse relato demonstra que a dificuldade do acesso aos serviços públicos não se configura somente pela sua não existência ou oferecidos de forma precária no território onde vive a população rural, mas quando estão disponibilizados na cidade também possuem dificuldades para ter atendimento, pois a frequência do transporte nem sempre acompanha a demandas desses sujeitos. O exemplo que foi apontado pela entrevistada (a) é quando essa população adoecer, tendo que esperar dias específicos para que possam comprar algum medicamento, contexto que prejudica o trabalho e tratamento da doença de forma mais rápida. Novamente os elementos que apontam para a disparidade entre a população urbana e a população rural no acesso aos serviços públicos estão presentes, dinâmica que ainda permanece reproduzindo-se ao longo dos anos, mesmo que havendo importantes investimentos no sentido de diminuir essa distância, ainda se faz presente. Esse contexto extrapola o meio rural brasileiro, é uma realidade que permeia o globo, conforme estudo<sup>22</sup> da Organização Internacional do Trabalho (OIT) intitulado “Datos mundiales sobre las desigualdades en materia de protección de la salud rural: nuevos datos sobre los déficits rurales en la cobertura sanitaria para 174 países” mostra que “56 por ciento das personas que viven em las zonas rurales<sup>23</sup> em el mundo no tienen acceso a los servicios de salud básicos, más del doble de la cifra de las zonas urbanas, donde el 22 por ciento no tiene cobertura” (OIT, 2015). A falta de profissionais agrava ainda mais a situação da saúde no meio rural, pois, metade dessa população mundial vive neste território, porém, somente 23% da força de trabalho da área da saúde se destina para ao campo. Conforme a OIT, 10,3 milhões de trabalhadores da saúde faltam em nível mundial, deste contingente, 7 milhões deveriam ser destinados para o meio rural. Para que isso aconteça é necessário deslocar importantes volumes financeiros para a saúde no meio rural, mais uma vez, apresenta-se a importância do Estado e das políticas públicas para diminuir os impactos da pobreza no cotidiano desses sujeitos. Ou seja, mais da metade da população rural mundial não está tendo acesso aos serviços de saúde, realidade bastante preocupante que revela o nível

<sup>22</sup> Este estudo está disponível somente para a língua inglesa. Disponível em > <http://www.social-protection.org/gimi/gess/RessourcePDF.action;jsessionid=r4ifxYNpLc1aA4RMxX0WHsbs8dBNvX0VNeXEMuPqd6aEGCslQFNu!-348558363?ressource.ressourceId=51297>. Acesso em 01/08/2017.

<sup>23</sup> Neste relatório os dados referentes ao Brasil não estão disponíveis.



de sociabilidade do modo de produção capitalista, contrapondo pobreza e riqueza, mantendo esses polos afim de garantir a reprodução do capital.

Já sobre a educação, a entrevistada (o) aponta que a escola localizada na vila onde o assentamento constituiu-se vai somente até a 8ª série, a partir daí a continuidade dos estudos somente poderá ser realizada na cidade, a princípio tem ônibus escolar que faria o transporte, “mas mesmo assim fica complicado” (SESS, 2016). Esse “complicado” refere-se a própria distância geográfica<sup>24</sup> entre o rural e o urbano, situações das estradas, o tempo que leva para o deslocamento, situações climáticas. O fechamento de escolas no meio rural vem crescendo com o passar dos anos, segundo dados do Censo Escolar de 2014 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), mais de 4 mil estabelecimentos educacionais fecharam suas portas em 2014, porém ao analisar os últimos 15 anos, este estudo demonstra mais de 37 mil unidades a menos no campo brasileiro (SILVA, 2015). Esse movimento acompanha uma alta taxa de analfabetismo da população que vive no meio rural que possui mais de 15 anos de idade, a tabela abaixo demonstra esse dado ao comparar os anos 2004 e 2013 e sua relação com o meio urbano e rural.

**Tabela 3 - Taxa de Analfabetismo das Pessoas de 15 anos ou mais de idade (2004/2013)**

<b>Situação do Domicílio</b>	<b>2004</b>	<b>2013</b>
<b>Urbano</b>	8,7%	6,4%
<b>Rural</b>	25,8%	20,8%

Fonte: IBGE, 2014

Novamente o rural apresenta indicadores sociais desiguais em comparação ao urbano, a taxa de analfabetismo do primeiro era de 25,8% em 2004, passando para 20,8%, mais um elemento que compõem a multidimensionalidade da pobreza, fenômeno estruturado a partir da dinâmica sócio-histórica brasileira, discutida ao longo deste capítulo.

**O terceiro aspecto** *versa sobre o preconceito* na constituição do assentamento no espaço rural de Alegrete, os (as) entrevistados (as) expressam episódios de preconceitos com os

<sup>24</sup> Cabe salientar que o deslocamento do assentamento Novo Alegrete até a cidade de Alegrete gira em torno de 35/45 minutos, tendo uma parte considerável deste trajeto sido realizado na “estrada de chão”. Lembrando que esse trajeto em condições climáticas de tempo estável se faz com alguma dificuldade, situação que piora nos dias de chuva conforme relatos anotados no diário de campo, muitas vezes dificultando o acesso a cidade.

assentados justamente por estes estarem vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

"Óia" quando "nóis chegamo" aqui era brabo. Como que eu posso dizer que muitos que não conheciam né? Como era assentado. Muitos quando "nós chegemo" aqui chamava todo mundo de ladrão né? (risos) A são lá do sem terra é ladrão né? E daí "nóis quando chegemo" a primeira vez aqui que "nóis fumo" na vila, principalmente eu, quando eu fui na vila a gente via os outros fechando as portas dizendo "olha lá estão vindo os ladrão, vão roubar isso, vão roubar aquilo" né? Fica, tu sabe que tu não é, mas fica aquela fama mesmo que tu não faz mas tem muita gente e é assentado, é acampado, não é que é ladrão. Acampado, assentado... Como se pode dizer, ladrão vem que ali quando tu acampa vem gente de todos os tipos, de todo lugar, de tudo que é jeito e gente de tudo que... Como é que posso te dizer... (TR1, 2016).

O processo de assentamento foi permeado pela reprodução de visões estigmatizadoras sobre esses trabalhadores rurais, ocorreu muito porque a comunidade local, conforme o relato expresso, não conhecia os assentados e nem seu modo de vida. Frequentemente eram hostilizados, tanto pelo desconhecimento sobre a dinâmica interna do assentamento, como pelo próprio estigma social que gira em torno do MST, o que faz com que passem a ser chamados de ladrão. Quando iam para a vila esses discursos vinham à tona, muitas vezes a comunidade "*fechava as portas*" dos estabelecimentos devido à "*fama*" e ao receio que os assentados pudessem roubar. Essa questão mobiliza os assentados, pelo menos no caso da (o) entrevistada (o), principalmente porque se generalizada esse estigma social, essa *fama de ladrão* para todos os assentados. A entrevistada GT infere sua percepção acerca desse processo que versa sobre a constituição do assentamento.

Tem uma dificuldade enorme ainda né? Mas até.... Assim ó, aqui como esse território, um território extremamente conservador né? A gente notava no início muito preconceito, hoje não é mais né? Integrados mesmo né? (GT, 2016).

É referido ainda grandes dificuldades de romper com este estigma, em sua fala a presença deste processo é fruto do *caráter conservador deste território*, pode-se portanto inferir essas características relativas aos aspectos culturais, não se referem a um aspecto meramente regional, mas vincula-se a própria dinâmica sócio-histórica nacional. Sua fala também aborda o quanto no início da constituição do assentamento os assentados sofriam preconceito, porém atualmente refere que se teve uma significativa mudança, havendo uma maior integração dos primeiros com a comunidade local. Essa integração é referida pela fala de TR1, porém apontando algumas ressalvas.

Acho que sim, agora tudo mundo já conhece quase todo mundo né? E daí, mas sempre fica aquela visão do assentado, de acampado, de Sem Terra como... Sempre ficou e sempre vai existir isso aí, o modo de dizer né? (TR1, 2016).

Mesmo ressaltando que *todos já se conhecem*, que não são mais estranhos naquele espaço, ainda se faz presente aquela visão estigmatizada dos assentados, marginalizado, conforme a mesma se referiu em momento anterior. Em sua percepção essa *visão* sempre existiu, e irá perdurar, não será rompido esse estigma social que permeia o Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST), desta forma, podemos inferir o quanto essa questão se faz presente no cotidiano desses trabalhadores, principalmente no momento de interação com a comunidade local. Na sequência, o relato da (o) profissional do CRAS refere elementos sobre a percepção que a comunidade local possui sobre os assentados e da organização que fazem parte, o MST.

Olha o assentamento, o pessoal do assentamento ainda sofre bastante preconceito né? Tem.... Existe ainda o preconceito, eles não sofrem... É que eles não, eles não interagem muito, por exemplo, assentamento com o Passo Novo né? Que é a vila antes de chegar no assentamento, então eles não têm muita interação assim, eles só se encontram quando precisa ir até o posto, quando vai à escola, mas aí não tem reclamações assim, nunca eles reclamaram nada, mas eles falam bastante de preconceito, falam bastante. De ser, é... Talvez pensem que é um povo que não gosta de trabalhar, que ganha às coisas né? Que faz bagunça, fecha a BR né? Então talvez até um pouco de medo de alguma retaliação até por saber que no assentamento é mais pesado a coisa, se acontece algum problema né? Às vezes dá uns tiroteios, às vezes dá umas facadas né? (SESS, 2016).

O preconceito para essa entrevistada ainda se faz presente no cotidiano dos assentados, não é uma situação que já foi superada, tanto que a interação do assentamento do MST com a comunidade do Passo Novo é bem incipiente, só ocorrendo em momentos esporádicos, principalmente quando os primeiros buscam a ESF (Posto de Saúde) ou a escola. No contato que estabelece com os assentados, estes frequentemente falam das situações de preconceito que sofrem devido a sua inserção no MST. Em sua percepção, o preconceito é reproduzido pelo fato da comunidade local entender que os trabalhadores que estão no assentamento não realizam nenhuma atividade laboral, que a terra que tem acesso é benesse, e não um direito, que só visam criar *desordem* na sociedade. Estigma social, que alimenta o desconhecimento para com a dinâmica da constituição do assentamento. Além disso também refere que essa visão é reforçada pelo fato que em alguns episódios ocorram tiroteios e brigas com facas, o que gerou sentimento de medo em alguns integrantes da comunidade.

Na próxima fala se tem a percepção de uma trabalhadora rural sobre o desconhecimento que a sociedade de forma geral tem sobre o assentamento.

Eu ouço as pessoas dizerem assim, ah *porque eles ganham*. Não, a gente não ganha. A gente ganha o uso desta terra por um período, tanto é que, por exemplo, se por algum motivo, já te digo assim, saúde por exemplo, é um exemplo, se eu tivesse que me retirar aqui do lote, que eu moro aqui ao lado, o meu lote é ali, se eu tivesse que me retirar do lote tá, e ficar, eu só posso ficar três meses fora do meu lote, se eu ficar mais que três meses ele vai pra sorteio novamente.[...] Então assim, há muita controvérsia né a questão de assentamento, de MST. A nossa luta não é tão simples e nem tão fácil quanto parece para as pessoas que tão fora né. (TR2, 2016).

O preconceito também se manifesta no *desconhecimento* da forma como se dá o acesso à terra por parte dos integrantes do assentamento. A entrevistada aponta que as pessoas muitas vezes têm o entendimento de que os assentados ganham a terra, tendo acesso direto a escritura da terra, o que conforme sua fala, não é esse processo que ocorre. O que acontece é que por determinado tempo os assentados têm o direito ao uso da terra, o que é diferente da posse, após um determinado tempo eles iniciam o pagamento via INCRA, onde ao final deste pagamento eles recebem a escritura da terra. Então o acesso à terra possui suas condicionalidades, não podendo ficar mais de três meses fora do seu lote, onde este poderá ir para sorteio. Essas questões apontadas são algumas das controvérsias sobre o assentamento do MST que é referido, mostrando que o processo da luta pela não terra não é tão fácil como as pessoas que não estão inseridas neste dinâmica pensam. Todas essas questões que foram levantadas ao longo deste item impactam também no acesso aos serviços públicos.

Mas enxergo também [...] que é uma questão assim mais cultural também né? Das pessoas quererem ir até lá, **quererem conhecer** né? O pessoal. Daí tem um **estigma** que não, não, o povo lá não, no MST não.... Não, vão esses... Fechar a BR ou vão então.... As pessoas não querem realmente contato e aí dificulta. E aí se o servidor lá não quer, ele não vai levar o serviço dele até o assentamento né? (SESS, 2016).

O preconceito e os estigmas que giram em torno do MST se dão muito por aspectos culturais e também pelo desconhecimento sobre a dinâmica interna. Esses elementos vêm fazer com que alguns serviços públicos tenham dificuldade de atingirem a população que vive no assentamento, pois alguns funcionários públicos de determinados setores da prefeitura, recusam-se a irem atender os assentados, justamente por serem integrantes do MST. Situação que acaba dificultando o acesso destes sujeitos a certos serviços públicos.

## **4 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O MEIO RURAL**

Neste capítulo tem-se como objetivo demonstrar historicamente a inserção dos (as) trabalhadores (as) rurais no sistema de proteção social brasileiro, com foco específico na política de assistência social. Observa-se que no período histórico de 1930 iniciam-se as primeiras ações do Estado na área social, que é marcado pelo “esquecimento” (KRAEMER, 2006) dos trabalhadores rurais no que se refere a sua inserção nos serviços, benefícios e programas organizados pelo Estado com foco nas políticas sociais, gerando desigualdade de acesso entre a população urbana e a população rural. Esse processo de desigualdade ainda se faz presente, mesmo que na esfera jurídica-formal, através da Constituição Federal de 1988, tenha-se uniformizado o acesso, porém na vida concreta, mesmo que se verifique avanços ao atendimento das demandas da população rural, a materialização da política de assistência social nesse espaço ainda se constitui de forma precária, centralizando grandes partes das ações para o público urbano, realidade que será ilustrada com alguns dados empíricos ao fim do capítulo.

### **4.1 Algumas considerações da origem da política social no Brasil e sua relação com o rural**

As primeiras ações do Estado brasileiro com o intuito de constituir um sistema de proteção social são iniciadas a partir da década de 1930, quando Getúlio Vargas assume o poder. Como foi referido no capítulo 2 deste trabalho, esse contexto é marcado por importantes mudanças na esfera política e econômica brasileira. Politicamente, o Estado brasileiro era controlado pelas elites agroexportadoras, porém com a ascensão de Getúlio Vargas as elites rurais são deslocadas, perdem sua hegemonia, porém não são excluídas do pacto que o presidente construiu, porém a manutenção da pobreza no campo e dos (as) trabalhadores (as) mantém-se enquanto característica do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Essas mudanças no jogo político iriam pautar um novo rumo para o desenvolvimento econômico brasileiro, realizando uma transição da matriz agroexportadora para uma matriz urbano-industrial, ou seja, a centralidade da vida social brasileira transfere-se do rural para as cidades.

Com a centralidade do desenvolvimento do capitalismo voltado para as cidades, com vistas a acelerar o processo de industrialização, a constituição do sistema de proteção social brasileiro irá privilegiar os trabalhadores urbanos, principalmente aquelas categorias centrais para o projeto que o governo estava colocando em prática. Conforme Couto et al. (2012, p. 48), “configura-se um modelo de Estado de Bem-Estar Social meritocrático-particularista, conservador ou corporativo, com ênfase à proteção ao trabalho formal voltado especialmente ao trabalhador urbano”. Em um primeiro momento, centralizou-se as ações na constituição de um sistema público de previdência social, onde os trabalhadores teriam acesso através da contribuição e vinculação aos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que cobriam “riscos ligados à perda da capacidade laborativa (velhice, morte, invalidez, doença), naquelas categorias de trabalhadores estratégicas, mas com planos pouco uniformizados e orientados pela lógica contributiva do seguro” (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 106); o caráter conservador é pelo fato do Estado disponibilizar poucos espaços para a participação dos trabalhadores nesse processo. Devido a essa orientação na implementação das políticas sociais nos anos 1930, os trabalhadores rurais, que eram a grande maioria da população, foram excluídos do sistema de proteção social brasileiro, referenciado principalmente no campo previdenciário. Antes de prosseguir com a discussão do caso brasileiro, cabe ressaltar que se entende que

Proteção Social é um conceito amplo que, desde meados do século XX, engloba *seguridade social* (ou segurança social), o *asseguramento* ou *garantias* à seguridade e *políticas sociais*. A primeira constitui um sistema programático de segurança contra riscos, circunstâncias, perdas e danos sociais cujas ocorrências afetam negativamente as condições de vida dos cidadãos. O asseguramento identifica-se com as regulamentações legais que garantem ao cidadão a seguridade social como direito. E as políticas sociais constituem uma espécie de política pública que visa concretizar o direito a seguridade social, por meio de um conjunto de medidas, instituições, profissões, benefícios, serviços e recursos programáticos e financeiros (PEREIRA, 2007, p.16).

A intervenção do Estado na esfera social possui duas fases que se inter-relacionam. A primeira é referente a pressão que os trabalhadores urbanos que, na virada do século XIX para o XX, acentuavam suas reivindicações bem como intensificavam suas lutas contra as condições de vida que estavam sujeitos - perante o Estado, para que este desse respostas as expressões da questão social que rebatiam no seu cotidiano, sendo a instituição embrionária de um sistema de proteção social brasileiro, vinculado a previdência social, enquanto resposta do governo para com os trabalhadores. O segundo aspecto refere-se que o reconhecimento dos

direitos sociais por parte do governo teve o intuito de controlar os conflitos sociais e a mobilização dos trabalhadores,

[...] as relações entre capital e trabalho deveriam ser harmônicas, e cabia ao Estado garantir a harmonia, exercendo papel de regulação e arbitramento. A organização sindical deveria ser o instrumento da harmonia. O sindicato não deveria ser um órgão de representação os operários e patrões, mas de cooperação entre as duas classes e o Estado (CARVALHO, 2015, p. 119)

Essa estratégia do governo de Getúlio centralizou os conflitos entre o operariado urbano e os grandes proprietários para o seio do Estado, dificultando através do controle que exercia sobre os sindicatos uma maior mobilização dos trabalhadores, tendo em vista que desde o início dos anos 30 a repressão se fazia constante, aprofundando-se durante o Estado Novo. Instala-se um dilema para o movimento sindical: ter liberdade sindical sem proteção ou proteção sem liberdade (CARVALHO, 2015)? A intervenção do Estado quando o desequilíbrio entre as forças era grande, principalmente em situações que os trabalhadores possuíam pouca capacidade de organização, serviria como forma de ter acesso à melhores condições e proteção social no trabalho, mesmo de forma conservadora e autoritária. Se por um lado a garantia aos direitos sociais possibilitava atendimento de algumas pautas dos trabalhadores, por outro constituiu-se uma relação de dependência para com o Estado. Os direitos sociais concedidos pelo Estado, com marcas paternalista e autoritária, inverteu a construção da cidadania no Brasil em comparação aos países europeus (CARVALHO, 2015), aqui os concedeu primeiro, não sendo fruto de ampla organização dos trabalhadores, fazendo com que Estado cedesse as suas demandas, mas o que foi preponderante era a necessidade que se tinha de construir um ambiente político com reduzida tensão entre as classes para que o desenvolvimento do capitalismo industrial se desse em “ambiente harmônico”, ou seja, a concessão se deu de cima para baixo.

Desta forma, os direitos sociais sedimentaram-se a partir de um Poder Executivo forte, sem permeabilidade à participação popular, a não ser aquela que demonstrasse adesão ao projeto e aquela que era necessária para o sucesso do projeto de crescimento e desenvolvimento econômico, como a população rural que emigra para os centros urbanos com a ilusão de melhores condições de trabalho e de vida e vê com bons olhos a cobertura insuficiente de suas necessidades, as quais eram traduzidas pelos governos como necessidades voltadas principalmente para a área alimentar (COUTO, 2010, p. 185)

Como se pode observar a partir da reflexão de Couto (2010), o Estado centraliza e coordena as ações no âmbito econômico, de forma autoritária, impossibilitando a participação popular que buscasse contrapor sua política, se realizava algum diálogo era com os

trabalhadores que atuam em setores econômicos centrais para o desenvolvimento industrial. Logicamente os (as) trabalhadores (as) rurais não pertenciam a esse bloco de interesses, porém cada vez mais buscavam as cidades atrás de melhores condições de vida. Trabalhadores rurais que após a abolição da escravatura e com a impossibilidade de comprar um pedaço de terra ou que eram expulsos pelos grandes proprietários de terras ou por grileiros buscam nas cidades um novo alento para suas vidas, pois era vista como o espaço do progresso, da modernidade, porém cada vez mais engrossavam as fileiras da pobreza na volta dos grandes centros. Ou seja, ocorre uma transformação de trabalhadores rurais em trabalhadores urbanos, fruto do processo de expansão do capitalismo em bases industriais no Brasil.

Como se pode perceber, as políticas sociais não se constituem fora dos conflitos sociais, intrínsecos a sociedade capitalista, assumindo várias faces, que se distinguem, mas que estão intimamente relacionadas com a dinâmica concreta do desenvolvimento histórico na sociedade brasileira. O que se quer dizer é que podem ser vistas como

mecanismos para a manutenção da força de trabalho, ora como conquista dos trabalhadores, como arranjos do bloco no poder ou bloco governantes, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão (FALEIROS, 1991, p. 08)

Neste sentido, a análise da constituição das políticas sociais e seus condicionantes em determinado contexto sócio-histórico pode contribuir para que se identifique a correlação de forças e os projetos em disputa na sociedade, bem como esse processo rebata na organização do Estado e como este irá responder a esses conflitos, tendo em vista que não se encontra acima das contradições, mas é fruto dessa, também condicionando as mesmas ao mesmo tempo. Por isso, a análise das políticas sociais é importante para que possamos identificar como o Estado “dialoga” com os interesses em disputa na sociedade civil, em que contexto foram pensadas e quais atores estavam influenciando sua constituição. Neste sentido, segundo Behring e Boschetti,

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (2011, p. 51).

Reitera-se que as legislações sociais desse momento histórico tiveram alcance somente para os trabalhadores urbanos, principalmente aqueles que estavam inseridos em pontos



estratégicos do setor produtivo. Essa opção foi tomada pelo governo devido ao planejamento econômico que pensava em materializar a industrialização do país e a substituição de importações, porém há de se ressaltar o pacto político com os grandes proprietários rurais, que mesmo deslocados politicamente, eram centrais para o desenvolvimento industrial, conforme se abordou no capítulo anterior. Com isso a ausência dos trabalhadores rurais na legislação da época não se explica somente pelo projeto centralizado na matriz urbano-industrial, mas sim pelo peso que os grandes proprietários rurais possuíam no contexto político brasileiro. “O governo não ousava interferir em seus domínios levando até eles a legislação protetora dos direitos dos trabalhadores” (CARVALHO, 2015, p. 127). Ou seja, da porteira para dentro da propriedade a lei que se fazia presente era dos proprietários rurais, os trabalhadores rurais dependiam destes para proteção, alimentação e acesso à bens para sua reprodução. Os caminhos que restavam para a grande maioria da população do campo, para terem melhores condições de vida, era migrar para as cidades servindo de mão de obra na indústria.

A constituição da política de assistência social no contexto brasileiro durante muitos anos foi marcada pelo seu caráter assistencialista, com forte cunho caritativo, muito devido a sua execução histórica no seio da Igreja Católica, com foco nos pobres. Mesmo que tenha sido reconhecida em 1988 enquanto direito social legitimado na Constituição Federal, a concepção de ajuda sempre esteve correndo de forma antagônica a noção de direito.

A partir dos anos 1930, o Estado toma para si parcialmente a organização da política de assistência social, porém com forte apelo populista com a população pobre das cidades, muitos vindo do meio rural em busca de inserção nos espaços de trabalho da indústria. As ações executadas possuíam conteúdo assistencialista, de ajuda, moralizando as intervenções. Conforme Kraemer (2006):

Essa ajuda acontecia geralmente através de doações, nas quais eram destinadas cestas básicas de alimentação, enxovais para gestantes, leite, óculos e outros auxílios que, de forma assistemática, eram repassados para a população que buscava o atendimento de entidades prestadoras de serviços sociais, fossem elas governamentais ou não-governamentais, vinculadas a instituições religiosas, étnicas ou civis (p. 52).

Como se pode observar, a execução se dava através de entidades governamentais e não governamentais, declarando o caráter pontual que permeou a gênese da política de assistência social a partir dos anos 1930, quando o Estado assume para si parte da responsabilidade com a população pobre das cidades brasileiras. Observa-se também a manutenção das Igrejas enquanto instituição responsável por essas ações. No ano de 1942, a esposa do Presidente

Getúlio Vargas cria a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), instituição sem fins lucrativos, juntamente com as esposas e senhoras que compunham a elite da época, que tinha o objetivo de assistir, em um primeiro momento, às famílias dos soldados que foram para a guerra, porém, na sequência, buscou-se abranger o trabalho para a população pobre, desenvolvendo programas na área materno-infantil (COUTO, 2010; SPOSATI, 2010). Essas ações também tinham o intuito de ganhar legitimidade com a massa pobre da população, a LBA era o braço assistencialista do governo, não mais que um ato de boa vontade, não se configurando como direito. O alvo das ações eram aqueles sujeitos que não possuíam condições de manterem-se, que viviam a margem da “modernização” que passava a sociedade brasileira. Logo, as condições de vida dessa população não eram vistas enquanto resultado do próprio processo histórico que gerou o fosso social entre os proprietários e os trabalhadores, ao contrário, o que predominava era a perspectiva moral, do “desajuste social”, reforçando que essas ações não se estendiam ao campo, sendo que algum tipo de assistência deveria ser acessada através da subordinação aos grandes proprietários rurais.

O trabalhador rural só passa a inserir-se no cenário político e social brasileiro a partir dos anos 1950, a partir das Ligas Camponesas, que denunciavam as condições precárias a que estavam sendo sujeitados, demonstrando todo o processo de exclusão no acesso aos seus direitos (CASTEL, 2007). É necessário referenciar que antes dos anos 1950, a industrialização estava conseguindo absorver a força de trabalho oriunda do espaço rural, excluía do campo, incluía na cidade, porém inicia-se o inchaço nas cidades, ocasionando o desemprego e o aumento das desigualdades sociais no espaço urbano (MARTINS, 2002). No campo acentua-se os conflitos, ocasionando uma ampla organização dos trabalhadores rurais, através dos Sindicatos Rurais, setores progressistas da Igreja Católica e do Partido Comunista, trazendo à tona para o cenário sócio-político o debate da questão agrária e as contradições do desenvolvimento do capitalismo no campo. A criação da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), em 1964, expressou a necessidade da construção de instrumentos organizativos dos movimentos camponeses que se constituíam pelo Brasil, em sua gênese “já englobava 26 federações e 263 sindicatos. Esse dado é da maior relevância, pois, em 1960, 55% da população do país ainda morava no campo, e o setor primário da economia ocupava 54% da mão-de-obra” (COUTO, 2010, p. 114). Logicamente essa ampla organização sindical dos trabalhadores rurais era vista com ressalva pelos políticos conservadores, pois a base que constituía o meio rural brasileiro não havia se alterado, muito pelo pacto que os governos mantiveram com os proprietários de terras, de não intervenção do Estado no espaço privado da fazenda, das relações paternalistas e autoritárias (COUTO, 2010).

A efervescência no meio rural e a pressão que era realizada pelos movimentos dos trabalhadores rurais fez com que o governo de João Goulart decretasse, em 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural, então, pela primeira vez, formalmente, estendia-se ao campo a legislação social e sindical. Com esse Estatuto previa-se a regulamentação dos “sindicatos rurais, instituiu a obrigatoriedade do pagamento do salário mínimo aos trabalhadores rurais e criou o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FAPTR, posteriormente, em 1969, denominado FUNRURAL)” (BRUMER, 2002, p. 54-55). Na prática os benefícios previdenciários não saíram do papel pelo fato de não terem sido previstos os recursos para a implantação e o financiamento dos mesmos, desta forma, os trabalhadores rurais continuavam excluídos, apesar do contexto político favorável em nível Estatal as pautas populares do campo e a reforma agrária, está uma das medidas previstas nas reformas de base capitaneadas pelo governo de Jango (CARVALHO, 2015).

Não se pode, entretanto, ver no Estatuto do Trabalhador Rural uma tentativa consciente e concreta de atendimento ao problema da precariedade das relações de trabalho no meio rural. Parece-nos mais correto colocá-lo como parte dos mecanismos ideológicos utilizados pelo Estado brasileiro para obter meios de mobilização política das massas rurais. Trata-se de uma expressão ideológica da tentativa de incorporação das massas rurais ao regime político, fez parte do “jogo” exigido pela política de conciliação mantida pelo Estado populista para atender às expectativas de mobilização das massas rurais (FERRANTE, 1976, p. 194).

Mesmo que o debate da reforma agrária estivesse em pauta no cenário nacional, as discussões acerca das relações de trabalho no meio rural praticamente não constavam nos projetos que tramitavam pelo Congresso Federal. Ou seja, a extensão da legislação social ao meio rural foi parte do jogo para garantir legitimidade perante a população do campo e dos movimentos sociais. Outro aspecto a ser apontado é que esse Estatuto não dava conta da diversificação das relações de trabalho no meio rural, diferente do meio urbano, o trabalho assalariado não era a única expressão ou a maior, não ficando bem definida o que seria trabalho rural. Essa situação se deve justamente pelo fato do trabalho rural ter sido pensado conforme o modelo urbano, também pode ter influenciado a perspectiva que entendia que com o desenvolvimento do capitalismo no campo tenderia a desintegração do campesinato<sup>25</sup>, com isso, a expansão das relações assalariadas, “que supostamente seria ou evoluiria para ser a relação de trabalho dominante na agricultura” (DELGADO, 2015, p. 430).

---

<sup>25</sup> Essa discussão foi o centro teórico que norteou a análise de Lênin no contexto russo em fim do século XIX, resultando na obra o “Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: O Processo de Formação do Mercado Interno para a grande indústria”. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

Os projetos de transformações estruturais na sociedade brasileira foram interrompidos com o golpe civil-militar em 1964. Contraditoriamente é nesse período que se instalam importantes avanços da legislação social para o espaço rural, principalmente na área previdenciária. Esse avanço relaciona-se ao temor de que eclodisse uma reforma agrária no Brasil, igual ao que estava ocorrendo em alguns países da América Latina, além da própria revolução Cubana instaurada no ano de 1959 (CASTEL, 2007), aprofundado internamente pelas mobilizações que ocorriam, com esse contexto, tentava-se desmobilizar os trabalhadores.

Regulamenta-se o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FAPTR) em 1965, que através do Decreto-Lei nº 276/1967 transfere para o comprador a obrigação de recolher 1% sobre os produtos rurais, recurso que seria destinado ao fundo, com isso o plano de benefícios garantido aos trabalhadores rurais cobriria assistência médico-hospitalar (BRUMER, 2002). No que se refere ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), criado em 1969, revogado em 1973, o Estatuto do Trabalhador Rural, centra sua ação na área previdenciária, sendo instrumento que o governo utilizou para disfarçar a sua não intenção em estender as obrigações trabalhista ao campo (FERRANTE, 1976). Ocorre também o Decreto nº 789/1969 que visa organizar a sindicalização para o meio rural, estruturando a representação paralela entre patrões e trabalhadores, sendo reconhecida e regulamentada pelo Estado (PICOLOTTO, 2014). Toda a diversidade de grupos sociais e de situações de trabalho rural foi enquadrada na categoria trabalhador rural (PICOLOTTO, 2014), ocorrendo grande impulso na sindicalização no espaço rural.

Em 1971, o governo implementa o Programa de Assistência Rural (PRORURAL), vinculado ao FUNRURAL, que amplia os serviços oferecidos aos trabalhadores rurais, principalmente na área da saúde. Conforme seu “Art. 2º O Programa de Assistência ao Trabalhador Rural consistirá na prestação dos seguintes benefícios: I - aposentadoria por velhice; II - aposentadoria por invalidez; III - pensão; IV - auxílio-funeral; V - serviço de saúde; VI - serviço de social” (BRASIL, 1971). Esse programa previa aposentadoria por velhice e por invalidez aos trabalhadores com mais de 70 anos, no valor de ½ salário mínimo; pensão ao equivalente a 70% da aposentadoria; auxílio funeral para os dependentes; serviços de saúde como assistência médico-hospitalar e tratamento odontológico (BRUMER, 2002; CASTEL, 2007). Pode-se inferir que mesmo ampliando o acesso a determinados serviços sociais, os trabalhadores rurais não tiveram inserção de forma uniforme em comparação aos trabalhadores urbanos. Para custear esses benefícios é passado para 2% a taxa em cima dos produtos agrícolas. É necessário apontar três diferenças sobre a previdência rural em

comparação a previdência urbana: primeiro, seu financiamento se dava através da comercialização dos produtos rurais e tributação sobre empresas urbanas, não necessitando constituir contratualidade nesse processo; segundo, os trabalhadores não realizavam nenhuma contribuição para o fundo; terceiro não havia estratificação ocupacional no segmento dos trabalhadores rurais (BRUMER, 2002). Aos trabalhadores rurais que não conseguiam comprovar suas atividades vinculadas a produção agropecuária, logo, não tendo acesso aos benefícios previdenciários, cria-se em 1974 benefício denominado Renda Mensal Vitalícia (RMV) por idade (elegibilidade aos 70 anos) e por invalidez, com valor de ½ salário mínimo (KRAMER, 2006), *benefício assistencial* que seria substituído pelo BPC na década de 1990.

Em síntese, as ações da área social em relação a população rural limitaram-se a esfera previdenciária, mas ainda em relação desigual aos centros urbanos, e através dos sindicatos rurais se teve o acesso a saúde, através de convênios com entidades privadas e públicas, principalmente na esfera municipal. Mesmo com esses avanços é necessário lembrar que as relações no meio rural ainda eram, e são, permeadas pela dominação política e cultural dos grandes fazendeiros, a dependência pessoal e a troca de favores constitui a sociabilidade no campo, o acesso a determinados serviços se não são oferecidos pelo Estado, os primeiros se tornam os agentes principais para oferecer algum tipo de assistência.

Pode-se então demarcar que do ponto de vista dos direitos políticos, civis e sociais, os governos que se sucederam de 1964 a 1985 primaram por aniquilar os dois primeiros e por, novamente, acionar, de maneira restrita, medidas na área social, desenhando o perfil limitado e autoritário na concepção dos direitos sociais, onde os mesmos tinham a finalidade de assegurar a sustentação política do regime (COUTO, 2010, p. 135-136).

É nesse contexto contraditório que se tem o avanço da legislação social para o meio rural, com a repressão e cerceamentos das liberdades individuais e coletivas, tinham-se a mão estendida do Estado autoritário oferecendo acesso a certos bens sociais que até então os trabalhadores do campo vinham como algo distante, algo da cidade. Mas também a efervescência do contexto político não deixava outra escolha aos governos da época, o temor de uma ruptura social batia as portas do autoritarismo brasileiro, o próprio fim do regime militar é resultado desse processo. Os movimentos sociais do campo e da cidade denunciavam um país com uma grande concentração de renda e uma política com pouca capacidade de intervenção e gestão por parte da população brasileira na riqueza produzida. Esses movimentos “foram o combustível que fez germinar a construção de uma nova Constituição, que enunciou direitos resultantes agora da participação popular, tão rara nas outras

constituições” (COUTO, 2010). Tentou-se até aqui analisar brevemente a constituição da proteção social para o trabalhador rural, demonstrando elementos que corroboram com os processos de desigualdades social e as marcas de exclusão que os trabalhadores rurais enfrentaram, foram colocadas antes da CF/88 enquanto recebedores de benesses, seus direitos sociais, constituídos de cima para baixo, foram impostos como medidas compensatórias e punitivas do Governo e/ou da elites, que esperavam gratidão e fidelidade como resposta (CASTEL, 2007).

#### **4.2 A Constituição Federal de 1988: o rural e a política de assistência social**

A promulgação da Constituição Federal de 1988 é o marco jurídico, pois, pela primeira a a população do meio rural passa a fazer parte do sistema de proteção social brasileiro de forma uniforme aos trabalhadores do meio urbano, conforme o Art. 194 que diz respeito a Seguridade Social, um dos seus objetivos é “II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais” (BRASIL, 1988). Também é o marco que insere a política de assistência social enquanto política pública de Estado compondo o tripé da Seguridade Social juntamente com a Saúde e a Previdência Social. No que se refere a esta última, o trabalhador rural, enquanto segurado especial, teria acesso a “todas as garantias dos demais segurados – acesso a todos os benefícios do Regime Geral, piso de benefício no Salário Mínimo (art.201, § 2º), Idade de aposentaria reduzida para 60 e 55 anos, respectivamente, homens e mulheres (Art. 201, § 7, II)” (DELGADO, 2015). Outro importante avanço foi a inclusão das mulheres rurais no acesso aos benefícios da previdência social em nível de igualdade em comparação aos homens. A grande dificuldade da inserção das mulheres se dava pelo fato de não serem reconhecidas como trabalhadoras rurais, seu trabalho em grande parte era “invisível”, geralmente declarado como “ajuda” nas tarefas que os homens executavam, restritas na maior parte do tempo as atividades de cunho doméstico, porém com a CF/88 deixam de ser reconhecidas como dependentes dos pais e de seus maridos, para serem vistas como portadoras de direitos individuais, possibilitando o acesso aos benefícios da previdência social (BRUMMER, 2002). Quantitativamente o avanço foi bastante expressivo, conforme Delgado (2015), entre os anos de 1991 e 2013 (junho) foram acumulados 8.909, 35 benefícios previdenciários para o meio rural.

O grande avanço no Sistema de Seguridade Social garantido através da CF/88 foi a inclusão, “pela primeira vez na história política do país, da assistência social (com a sua

proposta de satisfação de ‘mínimos sociais’) numa Constituição Federal” (PEREIRA, 2007, p. 148) através do Art.194. Além disso, enquanto um dos seus princípios, expresso no artigo 4º da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), prevê “igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais” (BRASIL, 1993). Esse foi um importante avanço no processo de visibilidade dos (as) trabalhadores (as) rurais no que concerne a sua inserção no sistema de proteção social brasileiro. No que tange a sua organização, na forma jurídica possibilitaria mecanismos de participação da população na sua gestão, traço bastante importante tendo em vista o processo histórico brasileiro, marcado por uma participação dos brasileiros e da sua capacidade de influenciar na política bastante restrita. Conforme o Art. 5º da LOAS:

A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

I - Descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;

II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo (BRASIL, 1993).

A política de assistência social, enquanto dever do Estado e direito dos cidadãos, na norma jurídica busca transformar em direito o que sempre fora tratado como favor e de reconhecer os “desamparados” como titulares ou sujeitos de direitos (PEREIRA, 2007, p. 155-156). Porém, a materialização dos direitos sociais encontrou resistência política. A década de 1990 é marcada pelo avanço do ideário neoliberal na sociedade brasileira, com isso os direitos da seguridade social não puderam ser implantados em sua integralidade, no qual as demandas oriundas das classes trabalhadoras não teriam espaço, com isso as orientações dos Organismos Internacionais<sup>26</sup> e do capital internacional direcionaram a política econômica brasileira para a liberalização do mercado e desregulamentação dos direitos sociais, para que pudesse ser controlado o gasto público.

Infelizmente, mesmo estando assegurada enquanto direito social, dever do Estado e direito do cidadão, a política de assistência social não conseguiu romper de forma significativa e concreta com suas marcas históricas de assistencialismo, clientelismo e paternalismo, elementos constitutivos de sua gênese no Brasil. Couto (2010, p.164) destaca

---

<sup>26</sup> Conforme visto no capítulo anterior, as orientações dos Organismos Internacionais influenciaram as políticas públicas voltadas para o meio rural, reforçando que o problema social da questão agrária teria com a solução a via do mercado.

que estes conceitos supracitados são elementos “constitutivos de uma sociedade conservadora que, por muito tempo, considerou a pobreza um atributo individual daqueles que não se empenharam para superá-la”. Diante destes elementos, não basta somente um aparato jurídico legal para garantir a efetividade da política social, mas deve ter relação direta com as práticas democráticas e universalizadoras. Nesta conjuntura acirram-se os conflitos em torno da efetivação ou não da política de seguridade social no Brasil.

Assim, se, de um lado, elites proprietárias e empresariais, de notável influência no governo, na mídia, na classe média e nos círculos intelectuais e políticos conservadores, atacavam a Constituição, de outro, trabalhadores, desempregados e seus aliados, cada vez mais esvaziados de seus recursos políticos, organizativos, estratégicos, bem como de seu poder de pressão e de penetração nos meios de comunicação de massa, resistiam precariamente a esses ataques (PEREIRA, 2010, p. 157).

O peso da crise econômica e do ajuste fiscal implantado pelos governos a partir dos anos 1990 caiu sobre os ombros dos (as) trabalhadores (as), o monopólio do poder econômico, político e midiático foi central para concretizar os ataques a Constituição, mais uma vez a democracia deu um passo atrás em sua história, a universalização dos direitos sociais e a construção de uma política econômica que não penalizasse a classe trabalhadora perdeu seu vagão na história. As políticas sociais executada pelos governos neoliberais não universalizam o acesso aos direitos sociais, a

[...] lógica da fragmentação e do curto prazo prepondera, o trato com a realidade exige apenas conhecimento de pequeno alcance, pois o local se sobrepõe ao geral; as prestações sociais são ditadas pelo imediatismo e pela rapidez de resultados, geralmente quantitativos e referenciados na renda; o mérito desbanca o direito, até mesmo entre os pobres, que se transformam em vítimas meritórias da proteção social, por sua situação de penúria; as preferências individuais substituem as necessidades sociais na definição das políticas; e a história, cujo sentido de totalidade é essencial para se pensar em mudanças complexas e de longo prazo, se restringe a acontecimentos localizados ou isolados que requerem respostas pontuais. (PEREIRA, STEIN, 2010, p. 107-108).

A focalização das políticas sociais vem ao encontro da “necessidade” de os governos diminuírem o gasto público, a área social seria o principal alvo nesta conjuntura. Foi essa justificativa que, em 1990, fez com que o Presidente da República Fernando Collor de Mello vetasse integralmente a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), pois entendia que sua aprovação prejudicaria o orçamento público. Com o *impeachment* do então presidente, seu vice Itamar Franco assume o cargo. Somente em 1993 a LOAS é regulamentada através da Lei nº 8.742/1993, muito devido à pressão da sociedade civil e da ação do Ministério Público, que



ameaçava processar a União pela negligência com a área social (COUTO, 2010). No Art. 20 da LOAS é referido que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) garantiria “um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família” (BRASIL, 1993), o BPC viria para substituir o benefício denominada Renda Mensal Vitalícia (RMV). A garantia constitucional dessa lei, e do BPC, viria contribuir significativamente na melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais, ainda mais em um contexto em que o investimento público era cada vez mais restringido.

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, aprofunda-se o ideário neoliberal na sociedade brasileira, seguindo os preceitos do Consenso de Washington com vista a buscar diminuir os impactos da crise econômica. Prega-se o corte nos gastos públicos e a liberdade do mercado, redefinindo a interferência do Estado. Em seu governo, o descaso com a área social foi matéria denunciada pelo Tribunal de Conta da União, em 1995, apontando que os gastos da esfera federal em programas de combate à fome, educação e com a reforma agrária tiveram menor volume que os do período do governo de Itamar Franco (PEREIRA, 2007; COUTO, 2010). Sintetizando as ações na área social dos governos após o processo de redemocratização até 2003, caracterizaram-se por

[...] programas fragmentados, assistemáticos e seletivos, com o do leite de Sarney; o da participação comunitária, de Collor de Mello, e o da Comunidade Solidária, de Fernando Henrique Cardoso. Repetiam-se, assim, programas de forte apelo popular, de cunho pontual, buscando sempre a legitimidade junto à população mais pobre, segmento destinatário dos mesmos (COUTO, 2010, p. 153).

No ano de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva assume a presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a partir de uma coalização de forças que compunham a base do governo bastante heterogênea, contemplando inclusive setores vinculados a uma política econômica ligada ao receituário neoliberal e que defendiam políticas sociais focalizadas. Demonstrando que as disputas de projeto permeavam as relações políticas no contexto do Executivo Federal, ou seja, o neoliberalismo não foi vencido, deu-se uma nova face, o neodesenvolvimentismo (BOITO Jr.; BERRINGER, 2013). Esse modelo de desenvolvimento adotou nos primeiros anos de governo uma política econômica de recorte neoliberal (CASTELO, 2012), porém, criando-se mecanismos de intervenção do Estado na economia, também buscou realizar uma combinação de políticas macroeconômicas com três políticas sociais setoriais, que são: estímulo ao emprego formalizado; valorização dos salários, principalmente o mínimo; e Programas de Transferência de Renda (MATTEI, 2017). O

governo tentou combinar políticas sociais universais e políticas sociais focalizadas, cabe ressaltar que o carro chefe foi o Programa Bolsa Família (PEREIRA, 2012). Aumentou significativamente o gasto social, demarcando uma diferença importante em comparação aos governos anteriores. Esse processo possui íntima relação com a inserção dos produtos primários brasileiros no mercado mundial, com isso a balança comercial vinha gerando importantes saldos positivos, principalmente puxada pelo valor das *commodities agrícolas*, ocorrendo, como exposto no capítulo anterior, a reprimarização da economia brasileira no setor exportador, diminuindo a importância das mercadorias do setor industrial (MATEI, 2007; DELGADO, 2012). Ou seja, tem-se um paradoxo, o aumento do investimento social está intimamente ligado aos saldos positivos, puxados principalmente pelo setor agropecuário e da exploração de minérios, que a balança comercial brasileira teve nos últimos anos, não é exclusivo, mas com certeza foi importante, além da política tributária com vistas a aumentar a arrecadação.

É neste contexto que a política de assistência social terá importantes avanços na esfera formal e na gestão, organização e execução dos serviços, programas, benefícios e projetos. Em 2004, aprova-se a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), sendo importante instrumento para superar o modelo de proteção vinculado a focalização e a fragmentação das ações executadas (KRAEMER, 2013), também representou a busca pela Constituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que em 2005 torna-se realidade. O SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira (NOB/SUAS). Esse último documento, enquanto importante instrumento que organiza a gestão das ações da política de assistência social, referindo os níveis de gestão, a articulação entre os entes federados responsáveis pela política de assistência social, as formas de financiamento, ainda não deixa claro de que forma a população rural terá acesso aos direitos socioassistenciais previstos, para além da uniformidade de acesso. No que se refere a essa questão, é importante reiterar que essa população historicamente não vem tendo o mesmo acesso que a população urbana, e não basta juridicamente garantir que irá ter acesso, é necessário planejar como isso irá ocorrer, principalmente quando se leva em conta as particularidades do meio rural, ou seja, as distâncias, dificuldade de acesso a determinados territórios, a infraestrutura necessária para instalar os equipamentos da política de assistência social para oferecer os serviços e os programas. Porém, cabe ressaltar que a NOB/SUAS ao referir que um dos seus princípios seria a territorialização, já sinalizava um aspecto importante na identificação da dinâmica que permeia o meio rural brasileiro. Como exposto

no capítulo anterior, os níveis de pobreza geralmente são maiores no campo do que na cidade. Esse princípio possibilita “o reconhecimento da presença de múltiplos fatores sociais e econômicos que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social” (NOB/SUAS, 2005). A identificação desses fatores sociais e econômicos é o que se tentou realizar neste estudo, vinculando-os enquanto fruto da própria estrutura agrária brasileira, que concentra o poder econômico e político nas mãos dos grandes proprietários. Além disso, esses múltiplos fatores possibilitam que a proteção social da assistência social possa orientar-se com “a possibilidade de planejar a localização da rede de serviços a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos” (NOB/SUAS, 2005). A partir disso pode-se identificar a forma como a população rural está acessando os serviços, programas, projetos e benefícios que permeiam a política de assistência social.

Tanto a PNAS quanto o SUAS representam instrumentos para que os “invisíveis”, incluindo a população que vive no meio rural, sendo sujeitos que vivenciam cotidianamente os impactos da dinâmica sócio-histórica e suas múltiplas expressões, que se materializam nas vulnerabilidades sociais e econômicas, possam ser “vistos”, inseridos no sistema de proteção social. Por isso, “a dimensão territorial torna-se uma categoria fundamental no processo de investigação da realidade social, trazendo à tona particularidades e desvendando contradições até então invisibilizadas no cenário da proteção social brasileira” (KRAEMER, 2013, p. 119-120). A política de assistência social vem buscando organizar os serviços tendo em vista as diferenças territoriais, diante disso a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, de novembro de 2009, representa esse objetivo ao buscar inicialmente sistematizar a forma como a população rural irá ser atendida, principalmente aqueles territórios de difícil acesso. Trata-se, portanto, de um avanço importante para garantir a inserção do rural na proteção social da política de assistência social, destacando-se que o

[...] atendimento às famílias residentes em territórios de baixa densidade demográfica, com espalhamento ou dispersão populacional (áreas rurais, comunidades indígenas, quilombolas, calhas de rios, assentamentos, dentre outros) pode ser realizado por meio do estabelecimento de equipes volantes ou mediante a implantação de unidades de CRAS itinerantes (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009, p. 6).

As políticas sociais no contexto brasileiro por longo período constituíram-se de forma lenta e gradual para a população rural, elementos como a centralidade do meio urbano, a dificuldade de o poder público interferir através da legislação nas relações que se davam na grande propriedade; o pacto político entre as classes hegemônicas que garantiam que as elites

agrárias não fossem “incomodadas”; a dependência política e econômica dos governos brasileiros para materialização dos projetos de desenvolvimento impediram os avanços desse processo. Mesmo com esse contexto, a população rural, devido a sua resistência e organização, foi buscando cortar os arames que a impedia de acessar seus direitos sociais. A CF/88 é expressão desse processo, porém, garantir na lei não significa que terá expressão na vida prática, ainda mais com a aprovação da Lei 95/2016, que impacta diretamente no financiamento das políticas sociais e do gasto público, além das reformas que estão em pauta no Congresso Nacional.

É sobre esse aspecto que o próximo item irá abordar, quando apresenta-se alguns dados empíricos, enquanto forma de sustentar as discussões teóricas, centrais para este trabalho.

### **4.3 Até onde o galope da política de assistência social chega no meio rural?**

Este item busca demonstrar como vem se dando a materialização da política de assistência social no meio rural de Alegrete, visando dar conta de entender de que forma se dá a inserção dos usuários que vivem no rural aos seus serviços, ao mesmo tempo busca-se captar através dos relatos a percepção do gestor e profissional acerca da dinâmica desse processo. Organiza-se a exposição a partir de três aspectos: (01) dinâmica estrutural de atendimento; (02) Prestação dos serviços da política de assistência social; (03) condições de trabalho dos profissionais.

O **primeiro aspecto** busca analisar os elementos gerais que determinam a forma como a política de assistência social vem se estruturando no município de Alegrete, com vista a atender à população que vive no meio rural. Uma das grandes questões que se apresentou foi sobre o planejamento das ações da política de assistência social para a população rural.

Normalmente a gente faz o nosso plano de ação agora [fevereiro] né? Agora a gente faz o plano de ação e aí já.... Já faz mais ou menos que, que a gente vai aplicar durante o ano com a questão do assentamento, à *distância* né? (SESS, 2016).

Conforme a expressão anterior, a construção do planejamento das ações que serão desenvolvidas pela política de assistência social ocorre, obviamente, no início do ano, onde a entrevistada expõe que dentro desse processo, é pensado como vai ser atendida a população que vive no espaço rural, especificamente a que vive nos assentamentos, e quais ações que constam no plano de ação que serão executadas. Também é referido sobre a distância enquanto elemento que influencia no desenvolvimento das atividades inscritas no plano de ação. Na sequência outro elemento que influencia no planejamento é salientado.

Assim o que, que as gurias tão fazendo nesse mês agora né? As ações né? Porque no final do ano faz todo aquele olhar do ano né? Que conseguiu avançar, que, que ficou, e agora elas tão nesse momento construindo o plano de ação e...Chegando no plano de ação a gente vai ver dentro né? Do que foi programado procurar antecipar, ainda mais esse ano que é ano eleitoral né? É...(GT, 2016).

O planejamento que está ocorrendo busca levar em conta as atividades que foram pensadas no ano anterior e as que conseguiram ser efetivadas para a população rural, visando fazer um balanço geral. Na fala é levantada a questão da influência que as eleições municipais do ano de 2016 poderiam acarretar na construção do plano de ação, possivelmente interferindo na materialização das atividades que seriam desenvolvidas durante o ano, e também influenciaria na aquisição de certos bens e/ou serviço para dar conta das atividades com a população rural. Na próxima fala salienta-se as atividades que compõem o plano de ação da equipe técnica responsável pelo atendimento do assentamento Novo Alegrete.

As dificuldades? O nosso planejamento fica nessa, nessa situação mesmo, do grupo, dos atendimentos individuais quando necessários e da,da...do auxílio pra elas nos outros dois grupos que tem, o de artesanato e o da alimentação. Então o nosso planejamento com elas fica nisso, não, não, a gente não consegue assim fazer outras coisas né? (SESS, 2016).

Questionada sobre como é realizado o planejamento das ações para a população rural, a entrevistada de SESS aponta que gira em torno dos grupos e dos atendimentos individuais quando necessários, e também no suporte aos dois grupos de geração de renda, onde um trabalha com artesanato e outro com a produção de alimentos (pão, doces, entre outros). Ambos os grupos são coordenados pelas mulheres do assentamento. Infere que o planejamento para o espaço rural fica *restrito* a essas ações, não conseguindo avançar muito além do mencionado. Então os próprios acompanhamentos familiares, que compõem o rol de atividades tanto do CRAS como do CREAS, não se desenvolve de forma integral, conforme verificado na fala anterior, a distância poderia ser um dos elementos que influencia na construção deste planejamento. Na fala seguinte, a entrevista (GT) aponta uma alternativa que foi pensada para que o planejamento, e as atividades inclusas, possam ter efetividade.

Eu estava dizendo pras gurias esse ano nem que “seje” assim ó... Eu acho que o melhor é seis meses e depois dá uma paradinha para olhar e programar o resto, por que? Porque a gente pensa o ano inteiro e no final do ano às vezes se frustra que algumas coisas não dá pra fazer né? Que é final de ano e aí tem uma série de coisas né que vai influenciar. Aí elas ficam frustradas e a comunidade também né consequentemente... Então esse ano disse pra elas: não, vamos programar seis meses e depois a gente dá uma paradinha, analisa e programa o restante né? Que esse é um

ano, um ano bem diferente, bem complicado, mas as ações são feitas assim né? (GT, 2016).

A entrevistada em diálogo com a equipe técnica, propõe que as ações sejam pensadas no prazo de seis meses, para que se possa lançar um olhar sobre o que já feito e sua viabilidade, e somente a partir disso dar-se-ia a continuidade do plano para o restante do ano. Em sua percepção, essa estratégia poderia evitar que determinadas ações previstas cheguem ao final do ano sem serem executadas, pois, além disso, também gera sentimento de frustração na equipe e nos usuários que são atendidos. Salienta também que existem vários fatores no ano de 2016 que iriam influenciar na aplicabilidade deste planejamento, visualizando um ano bem complicado<sup>27</sup>, como referimos anteriormente, as eleições seriam um desses aspectos. Abaixo apresenta-se quais atividades vem sendo implementadas.

Aplicar outras coisas porque não, não adianta. Aí a gente programa essas atividades geralmente todas as datas comemorativas a gente faz alguma coisa, tentamos né? Trazer elas pra cá pra fazer as datas comemorativas, pra elas saírem, até pra saírem um pouco de lá, mas nem sempre consegue ônibus pra elas então [...] Mas daí o planejamento é esse mesmo, a gente faz um no início do ano e vai mudando se necessário no decorrer né? Vai, mas fica baseado nisso, nos grupos e nos atendimentos. (SESS, 2016).

O relato de SESS vem salientar justamente essa limitação na concretização das atividades planejadas, não sendo possível, conforme sua fala, sair do que vem sendo efetivado, devido a sua viabilidade. Refere também que busca realizar em datas comemorativas algumas atividades na cidade para que as usuárias possam sair de sua localidade, porém devido à dificuldade de transporte, essas atividades acabam sendo prejudicadas. Isto faz com que ocorram necessidades de mudanças ao longo do ano, referindo novamente que no geral as atividades voltam-se para os grupos e para os atendimentos individuais. Pode-se inferir que até se vislumbra a necessidade de se efetivar outras atividades, porém, devido as dificuldades estruturais, acaba sendo centralizado nos grupos e nos atendimentos individuais e familiares. Na sequência apresenta-se como vem ocorrendo o diálogo entre a equipe técnica e os gestores da política de assistência social do município de Alegrete no planejamento dessas atividades.

Com as necessidades é a equipe toda que senta e organiza né? Do CRAS depois apresenta pra secretaria, uhun, daí a gente avalia junto, né? Nós temos reuniões assim, elas têm uma vez por semana. Tem um dia lá da reunião de equipe, aqui nós

---

<sup>27</sup> Em conversa com a entrevista momentos depois da entrevista, onde não havia sido realizado a gravação, informou que os repasses financeiros vem tendo algum atraso, tanto que alguns programas que eram executados pela política de assistência social do município não puderam ter continuidade, principalmente aqueles que visavam a capacitação técnicas.

temos quinzenalmente, às vezes até antecipa a reunião com todos os coordenadores de serviços né? (GT, 2016).

A equipe técnica do CRAS que faz os atendimentos no espaço rural busca organizar o plano de ação que visa atender as necessidades dos (as) assentados (as), logo após apresentando para os responsáveis pela gestão da política de assistência social do município, com vistas a viabilidade do planejamento. Através do relato acima, pode-se extrair, conforme exposto pelas entrevistas, que no processo de planejamento minimamente vem ocorrendo discussões entre gestão e técnicos, sendo momento importante com vista a tornar a população rural público alvo das ações desta política.

Para sintetizar essa categoria, aponta-se duas características centrais: a primeira é específica de como ocorre esse planejamento; a segunda é sobre a influência do contexto na construção do próprio planejamento. Sobre a primeira questão, aponta-se que o rural, e as demandas da população que vive neste espaço, fazem parte do planejamento das ações da política de assistência social, o que demonstra importante avanço tendo em vista o histórico “*esquecimento*” do poder público em atender esses (as) trabalhadoras (as). Também é referido que ocorre uma aproximação no planejamento destas ações entre gestores, coordenadores do serviços e técnicos sociais, o que pode indicar um mínimo debate. A segunda característica apresenta principalmente as dificuldades de operacionalização deste planejamento, onde pode-se elencar da seguinte maneira: a distância; as ações pensadas restringem-se somente aos grupos e aos atendimentos individuais, quando necessários, elementos apontados como umas das dificuldades em pensar em um leque maior de atividades; o ano eleitoral; e a dificuldade de se pensar uma série de ações para o ano todo, ocorrendo que muitas vezes não se consegue aplicar todas elas, gerando sentimentos de frustração dos profissionais e usuários, como alternativa optou-se por realizar o planejamento das ações para seis meses.

O **segundo aspecto** é sobre a prestação dos serviços da política de assistência social, busca-se discutir como essa política está sendo operacionalizada no espaço rural, tendo em vista o alcance dos níveis de proteção social básica e de proteção social especial de média e de alta complexidade e os equipamentos que as compõem respectivamente, e sua relação com as outras políticas sociais.

A equipe do CRAS que faz o atendimento à população rural organiza para que as atividades ocorram a cada quinze dias, quando fazem as reuniões em grupo e os atendimentos individuais e as famílias. No depoimento é referido algumas das demandas e a forma como estão sendo atendidas pelos equipamentos da política de assistência social.

Nossa equipe assim ó, nós temos é...gestão plena mesmo. Agora pra ti ter uma ideia, moradia [provisória]... e vem crianças às vezes né? Do assentamento, no caso assim de **abuso sexual** mesmo né? Então, aí hoje nós temos 5 crianças né? Na moradia transitória, quando nós chegamos aqui eram 58 crianças... (GT, 2016).

Em um primeiro momento a gestora refere que o município de Alegrete está inserido na gestão plena conforme o SUAS. Sobre a casa de acolhimento, moradia provisória, onde muitas vezes são encaminhadas crianças que sofreram abuso sexual, sendo que algumas são oriundas do meio rural. Também aponta sobre o avanço que se teve na diminuição do número de crianças que estavam neste espaço, apontando como avanço esse decréscimo.

A demanda por serviços da proteção social especial da política de assistência social é existente, neste sentido, na sequência busca-se trazer a discussão de como vem se dando a inserção do CREAS, enquanto equipamento referenciado neste nível de proteção.

O CREAS tentou né? Foi uma reivindicação nossa porque quando começou a apertar assim de, nas demandas bem complicadas né? Que seria da proteção especial aí a nossa coordenadora foi até a assistência, conversou, e aí o CREAS se disponibilizou também a fazer grupos lá né? Que o grupo é o que alcança mais rápido né? Do que tu tá, do que tu ir fazer as visitas porque às vezes não consegue. Por que tu chega lá numa manhã tu consegue fazer duas visitas né? Até pela distância né? De um lote para o outro então não consegue atingir melhor com visitas né e aí o CREAS tentou chegar lá, mas não deu certo, não deu certo não. [...] Que eles [alguns (as) assentados (as)] tentam barrar. *Muitos casos de violência*. Já teve aliciamento, [...] mais com criança mesmo, criança e mulheres. Teria com certeza [demanda]. Aí é a gente que encaminha, às vezes... (SESS, 2016)

Emerge que o CREAS vem tentando realizar algumas inserções no espaço rural, justamente porque a equipe do CRAS que realiza os atendimentos neste território, começou a identificar demandas que poderiam ser encaminhadas para a proteção especial e a própria necessidade de ter um equipamento inserido naquela realidade para que pudesse ser trabalhada essas questões. Argumenta-se que seria importante a construção de grupos organizados pelo CREAS justamente pela possibilidade de maior abrangência que teria em relação aos atendimentos e as visitas e de forma individual, pois geralmente se conseguia poucas intervenções em domicílio devido a distância entre um lote e outro. Porém, conforme sua fala, a inserção do CREAS não foi bem recebida por algumas pessoas do assentamento, tendo sido barrado em certa ocasião<sup>28</sup>. É expresso que existem muitos casos de violência, referindo episódios de aliciamento com crianças e mulheres. Quando surge situações desta natureza, busca-se encaminhar para o CREAS, o que reforça na fala da entrevistada a

<sup>28</sup> Lembrando que nessa questão não temos falas dos assentados sobre esse fato, o que limita a percepção acerca do ocorrido.



necessidade da inserção deste equipamento no território rural, devido à demanda que se apresenta.

Na sequência apresenta-se umas das formas que essas demandas emergem no cotidiano do trabalho da equipe técnica.

Como a gente tem uma boa relação com a comunidade então às vezes eles chegam em particular “olha eu fiquei sabendo que está acontecendo tal coisa, assim eu fiquei preocupada” daí a gente dá uma incerta lá em tal casa, faz uma visita de emergência. (SESS, 2016).

As demandas que chegam a equipe técnica se devem muito ao vínculo construído com as (os) usuárias (os) do serviço, onde através das conversas que se dão de forma privada, relatam-se situações que estão ocorrendo em determinada contexto familiar, que podem vir a ser encaminhadas para os serviços do CREAS. Diante disso, a equipe do CRAS desloca-se para a residência afim de averiguar a situação relatada, em caráter de urgência. Discutindo a forma como vem sendo oferecidos os serviços da política de assistência social e sua relação entre a proteção social básica e proteção social especial, a percepção da entrevista GT é expressa na próxima fala.

É a gente costuma dizer ainda enfatizar a básica porque a básica né que atendendo lá na especial diminui né? E aí pra ti ter uma ideia de claro, tudo levando em conta o tamanho do território, hoje nós temos no cadastro, no Bolsa Família que é uma das políticas dentro do cadastro único normalmente ficava de 5 a 6 mil, hoje nós temos 4 mil e pouco das famílias né? (GT, 2016).

Conforme descrito anteriormente, as ações visam ter maior ênfase na proteção social básica, parte-se do pressuposto que ao organizar os serviços desta forma, as demandas encaminhadas para os serviços de proteção social especial poderiam ser menores, o que parece ser ponto extremamente importante em como é pensada e executada a política de assistência social. Aponta como um dos frutos práticos desta concepção a diminuição das famílias cadastradas no CADÚNICO que são usuárias do Programa Bolsa Família, reduzindo de 5 a 6 mil cadastros para 4 mil, inferindo em sua avaliação grande avanço no município de Alegrete na área da política de assistência social. Abaixo é sinalizado o porquê dessa redução.

Então se reduziu é porque esse pessoal  **aumentou a renda**  e ta melhor né? E a gente costuma dizer que bom que não precisasse mais porque aí a população estava cuidando da sua vida e né então a básica é o enfoque. (GT, 2016).

Conforme fala da gestora, essa redução do número de cadastros é devido ao aumento da renda que essa população teve, onde aponta de forma genérica tanto para a população urbana como para a população rural. Na concepção da entrevistada, o cenário almejado seria aquele onde a população não “*precisasse mais*” do acesso ao Programa Bolsa Família, caso houvesse aumento da renda dessas famílias, afirmando novamente que a proteção social básica é o *enfoque* afim de dar conta desses objetivos. Desta maneira os serviços da proteção social básica que são oferecidos a população que vive no espaço rural, principalmente aqueles disponibilizados pelo CRAS, objetivam o fortalecimento dos vínculos entre os moradores daqueles territórios e seus familiares, desenvolvendo intervenções em grupo, conforme exposto no relato abaixo.

Quiseram conversar sobre obesidade, o Bolsa Família elas sempre têm muitas dúvidas, então o Bolsa Família a gente consegue que vá até lá, pra ti ver é um serviço da Secretaria de Assistência, então o Bolsa Família sempre tá indo lá tirar as dúvidas delas. E aí a gente vai, conforme elas vão... às vezes dá muita briga assim de convivência né? E aí a gente tem que ficar dando aquela conversada, a psicóloga dando.... Tem muito né [...] Aí é *esse serviço de convivência mesmo né? Fortalecer o vínculo delas com vizinhos né?* (SESS, 2016).

Os serviços estruturam-se através dos grupos com discussões temáticas, como exemplificado acima, dúvidas das usuárias sobre o Programa Bolsa Família, onde a equipe responsável por esse programa no município desloca-se para o território para realizar as intervenções. Os temas desses grupos são escolhidos conforme as participantes solicitam para a equipe do CRAS. Esses grupos visam também, conforme fala da entrevistada, fortalecer o vínculo entre os assentados. Esses grupos que realizam essas atividades com discussões temáticas e de geração de renda, objetivam também construir o fortalecimento dos vínculos entre os integrantes do assentamento. Na sequência a entrevistada GT refere na sua percepção como são atendidas as demandas dos usuários que vivem no espaço rural.

Como eles têm um posto de saúde lá perto deles, quase que as demandas são atendidas no local, [...] Na cidade mesmo quando vem aqui na Secretaria é que vão ter lá o dia da criança, um evento... Eles pedem os líderes, porque esse... Essa comunidade eles... a gente trabalha muito com os líderes deles, e é esses que vêm reivindicar, ou às vezes quando eles têm exames muito cedo na cidade eles vêm e ficam no nosso albergue né? Pra cedo ir fazer o exame né? (GT, 2016).

As demandas que se referem a área da saúde geralmente são atendidas no espaço rural mesmo, somente frequentam algum serviço público na cidade em datas que possuem algum evento festivo ou quando necessitam realizar algum exame médico pela parte da manhã, tendo essa necessidade, a população rural busca o Albergue para que possam passar de um dia para

o outro. O relato aborda também que as reivindicações dos assentados geralmente são dialogadas principalmente com as lideranças, onde refere que possuem um trabalho constantes com estes. No relato seguinte, onde SESS expressa como vem sendo realizado o atendimento da população rural e também quando existe a demanda de encaminhamento para outros serviços que não são desenvolvidos pela política de assistência social.

É, é difícil. Por exemplo, é, tem algumas crianças que... Que teriam que frequentar o CAPS I e aí é bem difícil né? Porque eles falam, por exemplo, porque daí eles têm que ter a consulta na terça e na quinta e às vezes não bate com a agenda do profissional, então essas questões aqui sim já são mais difíceis o que eles têm mesmo é o CRAS lá, o CRAS e o posto de saúde né? Que eles têm é isso e ali, a escola ali na vila, daí o resto eles não têm muito acesso não (SESS, 2016).

É referido que esses encaminhamentos para outros serviços às vezes tornam-se difíceis, onde cita o exemplo de algumas crianças que teriam de frequentar o CAPS I, mas devido a incompatibilidade das agendas profissionais acabam não conseguindo frequentar. Essa incompatibilidade da agenda do profissional com a disponibilidade dos trabalhadores rurais deslocarem-se para a cidade se dá pelo fato do *transporte* não ser oferecido todos os dias da semana, dificultando o acesso a esse serviço na área da saúde mental. A fala acima expressa que os serviços que estão mais presentes no espaço rural seriam aqueles oferecidos pelo CRAS, pela Escola e pela UBS (Posto de Saúde), o restante dos serviços eles (as) não teriam muito acesso no território. Na visão da entrevistada SESS, pensando na ampliação do acesso da população rural aos serviços da política de assistência social, a mesma infere a seguinte questão.

Na verdade, o assentamento, eu, eu penso que teria que ter uma equipe própria pra ele entende? Uma equipe técnica própria pra ele, porque se faz necessário. Uma equipe que ficasse lá no Passo Novo pra atender esse Passo Novo e o assentamento mais de perto por que demanda tem né? Demanda tem. (SESS, 2016).

O relato remete para o fato que se tenha uma equipe própria do CRAS que atendesse essa população rural, tantos os que vivem no assentamento como os que vivem na localidade de nome Passo Novo, na qual o primeiro faz parte. Refere que é necessário devido à necessidade de ter uma maior aproximação com essa população, tendo em vista que a demanda existe, e que seria necessário disponibilizar uma equipe própria do CRAS. Essa discussão possui relação com o próximo item, quando se discute as condições de trabalho dos profissionais que atendem o espaço rural.

Percorrida as discussões nesta categoria, pode-se inferir que o equipamento do CRAS é principal serviço disponibilizado para a população rural usuária da política de assistência

social, devido a conflitos entre os (as) assentados (as) e a equipe do CREAS, os profissionais deste serviço praticamente não conseguem desenvolver nenhuma atividade naquele espaço, mesmo que tenha demanda. Diante disso, a primeira abordagem para situações que seriam para proteção social especial é realizada pela equipe do CRAS, que logo após encaminha para os serviços específicos. Também surge que o foco na operacionalização da política de assistência social do município é na Proteção Social Básica, o que conforme relato, vem tendo como um dos resultados a diminuição de famílias usuárias do PBF. É sinalizado a necessidade de ter uma equipe própria que atenda aquela população, para que pudesse de fato cobrir todo o território.

Já o **terceiro aspecto** é sobre as condições de trabalho dos profissionais, sendo o conjunto de elementos necessários para que os profissionais consigam operacionalizar os serviços da política de assistência social, enquanto subcategorias apresenta-se *distância, tempo e meios de trabalho*. No relato de GT tem-se reflexo da sua percepção de como vem ocorrendo esse processo, abarcando as condições na qual o trabalho vem sendo desenvolvido.

É, **dificulta** as distâncias né? **A estrutura** ainda nossa que precisa muito avançar como te disse desde uma camionete né, e é isso né? A organização mais de... De...o aproximar mais né? A gente tá conseguindo, mas não é bem assim né? Isso aí tudo são dificuldades que a gente tem que começar a mudar e trabalhar né? (GT, 2016).

Um dos elementos que dificulta o acesso aos serviços da política de assistência social e conseqüentemente as condições de trabalho é a própria distância que se encontra o território rural, lembrando que o município de Alegrete é o maior em extensão territorial do Estado do Rio Grande do Sul. Além da distância é referido sobre a própria estrutura disponível para dar conta de cobrir o território. A necessidade de uma camionete como umas das condições para se avançar na implementação da política de assistência social e conseguir aproximar-se mais da população usuária que vive nesse local é destacada. Mesmo com essas adversidades aponta que vem conseguindo acessar esse território, salienta a necessidade de continuar o processo de mudança e o trabalho que vem sendo feito até o momento. Já a entrevistada SESS refere outro aspecto importante sobre as dificuldades de realizar o trabalho no espaço rural.

E por exemplo agora mesmo a gente está sem carro para ir pra... Para a zona rural porque o nosso carro do CRAS ele foi designado só pra atendimentos na cidade a gente não pode sair pra fora com ele, então a Kombi está estragada e aí nós não temos como chegar na população rural agora. [...] *No momento a gente tá sem ter como chegar na população rural* (SESS, 2016).

A entrevistada salienta que devido a orientação de que o carro do CRAS deve somente deslocar-se dentro do território urbano, a equipe técnica não está conseguindo ir para o meio rural. O veículo que deveria ser utilizado para essas atividades está estragado, logo, esses profissionais não estão podendo realizar os atendimentos para essa população. Além desse aspecto, SESS aponta outros elementos que importantes que na sua percepção impactam nas condições de trabalho dos profissionais.

A população rural, o que, que eu vou te dizer. Tá bem complicado [o atendimento] assim porque, por exemplo, nós somos 20 horas né? Vinte horas então, bom toda quarta-feira assentamento, quando não é grupo é visita né? Visitas que se faz necessárias, aí pra população rural falta tempo né? Por que só aqui na cidade a gente atende nove bairros mais população rural então não existe tempo né? (SESS, 2016)

A entrevistada refere que um dos elementos que complicam o atendimento à população rural é sobre a carga horária exercida para dar conta das demandas da cidade e do campo. Essas 20h semanais de trabalho em sua percepção são insuficientes para atender a população rural, devido à grande demanda que existe nas cidades, onde atua, é responsável pelo atendimento de nove bairros. As atividades desenvolvidas no assentamento ocorrem uma vez na semana, intercalando entre ações em grupo e visitas domiciliares, “quando se faz necessárias” (SESS), ficando explícito em seu relato a falta de tempo para atender toda a população rural inserida no território. Questão também que é corroborada pela entrevistada GT, conforme fala abaixo, as demandas da cidade acabam “consumindo” as atividades da equipe técnica, reforçando as dificuldades em atender a população do espaço rural.

[...] E aí as demandas assim ó que às vezes *consume* equipe da cidade que tá ali cobrando né? (GT, 2016).

Há uma sinergia de o quanto à grande demanda da população urbana, aliada a outros aspectos, faz com que a equipe fique sobrecarregada, não possibilitando que consiga realizar um trabalho com maior envergadura voltada para a população rural, afetando diretamente suas condições de trabalho, tendo como exemplos, a carga horária de 20h para atender a cidade e o campo, a dificuldade de transporte para acessar o território rural. Na sequência apresenta-se o impacto desta dinâmica no atendimento as (os) trabalhadoras (os) dos assentamentos e da localidade que este está inserido.

Sim, porque assim “ó”, as demandas mais pontuais das outras comunidades rurais né? A gente ainda não consegue atender, vai ser chamado o Conselho do Idoso mesmo, às vezes chega demanda do campo e vão né? Atende, mas atende aquela coisa pontual de... Da... ainda não é como né nos...nos assentamentos que a

população tá mais junto e isso precisa muito né? Eu acredito que vá, a gente *vai ter que se organizar de outra forma*. (GT, 2016).

Tendo em vista os aspectos acima mencionados, o atendimento a essa população que não está no assentamento, se dá de forma pontual, não conseguindo atender com uma frequência maior. Refere que essa população em comparação a população usuária que está no assentamento não vem tendo o mesmo acesso, porém ressalta que é necessário estar “*mais junto*”, inferindo a necessidade de construir outras formas para que se possa atendê-los. Essa outra forma poderia ser a alternativa que a entrevistada SESS aponta na categoria anterior, a necessidade de se ter uma equipe própria que pudesse prestar o serviço com maior frequência para a população rural.

Na sequência aborda-se a estrutura que os profissionais possuem para realizar os atendimentos.

[...] assim tu vai fazer um atendimento lá tu não tem onde né? Não tem um *local privativo* né? Aí se tu vai na casa, o único modo de tu chegar é na casa e aí tu já tranca né algumas pessoas de conversar contigo aí tu tem que pedir pra elas irem pra fora, mas aí elas já não vão conversar como se estivessem aqui né? Numa sala, numa sala numa escuta própria né? Então até o trabalho da psicóloga né? Fica difícil (SESS, 2016).

Aqui é apresentado mais um aspecto das condições de trabalho dos profissionais, salientando a importância de ter um local próprio para atendimento, um *local privativo*, que na sua percepção possibilitaria que a população ao procurar os serviços da política de assistência social, tivesse um melhor acolhimento, sentindo-se mais à vontade.

Sintetizando esta categoria, pode-se afirmar que ambas as entrevistadas refere-se a importância de se ter um veículo disponível para que a equipe do CRAS possa realizar o atendimento à população rural, principalmente devido a distância que deve ser percorrida até a chegada ao assentamento. Outra questão a ser salientada é a carga horária que a profissional vinculada ao CRAS possui. Refere que possui 20h para atender população rural e urbana, o que acaba sendo pouco para dar conta das demandas que ambos os espaços exigem, sendo o impacto maior para a população que vive no campo. Com isso instaura-se uma desigualdade no atendimento à população rural em comparação a urbana, pois, conforme relatos, devido à grande demanda urbana, que acaba consumindo uma quantia significativa da carga horária disponível. E dentro do próprio espaço rural, acaba que centralmente os assentados são atendidos, onde a equipe técnica não consegue atender a comunidade local, justamente pelos elementos que acima foram mencionados. Ou seja, os níveis de (des)proteção apresentam

várias expressões. Por fim, a falta de local privativo para atendimento é outra característica que permeia as condições de trabalho dos profissionais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chega-se provisoriamente ao fim da campereada que motivou esta dissertação, onde buscou-se trazer para o debate o impacto da dinâmica sócio-histórica capitalista no meio rural e sua relação com a política de assistência social, dito isso é necessário retomar o problema de pesquisa que mobilizou todo esse processo: “Qual o impacto da dinâmica sócio-histórica capitalista na materialização da política de assistência social para o meio rural?”. Diante desta questão elaborou-se o seguinte objetivo geral para esta pesquisa: investigar a materialização da política de assistência social, considerando a dinâmica sócio-histórica brasileira no meio rural, através do acesso aos seus serviços públicos oferecidos a população rural, afim de contribuir na possível ampliação e no planejamento de ações para esta política. Para dar conta deste objetivo, gerou-se três específicos, sendo eles: 1 – Analisar de que forma a dinâmica sócio-histórica impactou e impacta nas condições de vida dos trabalhadores rurais atendidos pela política de assistência social; 2 – investigar como se dá a inserção dos trabalhadores rurais nos serviços oferecidos pela política de assistência social; 3 – Compreender a percepção dos sujeitos partícipes do processo da política de assistência social sobre a forma como os serviços estão sendo oferecidos para a população rural. Lembrando que também se elaborou as seguintes questões norteadoras: 1 - De que forma a dinâmica sócio-histórica capitalista se manifesta no meio rural? 2 – Como vem se dando a materialização da política de assistência social para o meio rural? 3 – Como os sujeitos partícipes do processo percebem a materialização da política de assistência social no meio rural?

O primeiro objetivo específico e a primeira questão norteadora estão relacionados as discussões realizada nos capítulos 2 e 3. Ao longo das discussões pode-se evidenciar o processo histórico brasileiro e seus impactos na dinâmica para o meio rural, observa-se que a concentração de terras no país ainda é uma questão a ser resolvida, e também o monopólio do poder econômico e político, que faz com que caminhe a passos lentos a mudança na estrutura agrária brasileira. Processo esse que se deu também na esfera política, o Estado manteve ao longo dos anos acordos políticos com os grandes proprietários rurais, logo, não se atreveu a confrontá-los, e quando ocorreu, se deu uma reação conservadora. Ao realizar a contraprova histórica com os dados da realidade, observou-se que a população do campo sente cotidianamente o impacto da dinâmica sócio-histórica capitalista. Se a produção da riqueza continua enquanto objetivo do capital, a reprodução da pobreza e das suas múltiplas dimensões é o ônus deste processo. As categorias explicativas da realidade buscam demonstram uma parte deste processo.



Quando se refere aos processos de subsistência pode-se observar que o trabalho assume importante centralidade na reprodução social dos sujeitos entrevistados, principalmente na produção de alimentos para o consumo familiar, e quando possível, esses produtos são comercializados enquanto forma de complementar a renda. Sobre esta última, verificou-se que mais de 60% dos assentados possuem acesso ao PBF, dado que ao mesmo tempo demonstra o alcance desta política pública de transferência de renda, mas também traz à que talvez os assentados não estão conseguindo adquirir sua renda de forma integral a partir da terra. Também ficou evidenciado no discurso dos (as) entrevistados (as) o trabalho fora da propriedade rural enquanto fenômeno que vem atingindo o assentamento do “Novo Alegrete”, mas que talvez possa ocorrer em outras regiões, não sendo fato isolado.

Já sobre a categoria necessidade de infraestrutura e serviços públicos foi possível trazer alguns elementos que demonstram a precariedade cotidiana que permeia o cotidiano dos (as) assentados (as). Observa-se que através dos dados referente ao acesso aos serviços de saneamento básico (abastecimento de água por rede geral, esgotamento por rede coletora ou pluvial e coleta direta ou indireta de lixo), que apenas 5,9% da população rural possui acesso simultâneo, o que demonstra o atraso da sociedade brasileiro, e também a ausência do Estado, em garantir um serviço essencial para a reprodução humana, que influencia diretamente no trabalho e na saúde. Ao mesmo tempo que se evidencia esses aspectos, os (as) entrevistados (as) apontam avanços desde que chegaram ao assentamento “Novo Alegrete”, tendo como exemplo a melhoria no transporte, mesmo que sua disponibilidade muitas vezes não seja compatível com a demanda cotidiana, a expansão da energia elétrica para o meio rural, construção de habitações populares, melhoria nos serviços de saúde e de educação. E nesse processo contraditório da ação do poder público que se configura a construção das políticas públicas, demonstrando o quanto o investimento social no meio rural é central para essa população possa ter melhores condições de vida, tendo em vista, o histórico esquecimento por parte da esfera estatal.

A categoria preconceito demonstrou visões que estigmatizam os assentados do MST, processo fruto do próprio conservadorismo que permeia a sociedade brasileira, marcada pela intolerância para com aqueles que lutam para democratizar o país, mas também fruto do desconhecimento que a população geral tem em torno de como funciona o assentamento, quais as bandeiras de lutas, estas construídas através da análise da dinâmica sócio-histórica, que entende a desigualdade do acesso à terra e as políticas públicas enquanto elemento estrutural a esse processo.

O segundo e o terceiro objetivo, bem como a segunda e a terceira questão norteadora balizaram as discussões realizadas no capítulo 4. Quando se fala em galope contido, referindo-se à inserção da política de assistência social no meio rural, chega-se à seguinte questão: ainda não se configura um galope que corte os campos e garanta de forma uniforme como é garantido a população urbana, o acesso aos serviços. Um galope contido, que demora para chegar ao seu destino, devido aos obstáculos, acaba em trote em alguns momentos históricos, as vezes quase caminhando. A materialização da política de assistência social vem se dando de forma lenta, característica histórica da constituição dos direitos sociais para o meio rural, como pode-se observar nesta pesquisa através da revisão teórica e dos dados colhidos da realidade, mesmo que estes tenham sido fruto de apenas quatro entrevistas, muitas vezes os serviços desta política não chegam, e se chegam, em patamares muito superficiais, não garantindo o básico para sua constituição.

*A dinâmica estrutural de atendimento* centrou-se sobre o planejamento da política de assistência social. Demonstrou-se a dificuldade de concretizar esse planejamento para a população rural, porque muitas vezes o leque de atividades fica restrito, entre os atendimentos individuais e as intervenções em grupos. Inclusive até para a realizar a pesquisa teve algumas adversidades, principalmente referentes ao clima.

*A prestação de serviços da política de assistência social* demonstrou que o CRAS é o principal equipamento da política de assistência social neste espaço, sendo que o CREAS não vem inserindo-se devido a conflitos com os assentados. Fica como demanda a necessidade de ser ter uma equipe específica do CRAS que atenda esta população, para que se possa ter uma maior efetividade desta política. Ou talvez se possa pensar em uma outra configuração de serviço que atenda essa população, com uma equipe multidisciplinar (volante ou itinerante) que atenda os dois níveis de proteção que compõem a política de assistência social, mas que sejam exclusivas para o meio rural.

*As condições de trabalho dos profissionais* é outra questão que emergiu neste trabalho, evidenciou-se o pouco tempo disponível para atender a população rural, que aliado a grande demanda da população urbana pelos serviços da política de assistência social, configurou-se uma desigualdade de acesso entre essas populações. A distância e a dificuldade de automóvel para o deslocamento ao meio rural são outros elementos que dificultam a materialização da política de assistência social, também a falta de espaço adequado para os atendimentos é outra face desta questão.

Em síntese pode-se dizer que o impacto da dinâmica sócio-histórica brasileira no meio rural brasileiro é a manutenção da desigualdade social, principalmente da concentração da

propriedade nas mãos de poucos proprietários, além disso, os indicadores sociais revelam que a pobreza é estruturante ao próprio desenvolvimento do capitalismo. O pacto com as elites agrárias vem mantendo-se e, com isso, os projetos que visam democratizar a sociedade brasileira ainda estão “maneados”, contidos pelas forças conservadoras que sustentam seus interesses através da reprodução da pobreza do campo. Essa dinâmica influencia diretamente na materialização da política de assistência social para o meio rural, onde ainda se vê a dificuldade de sua inserção, suas atividades restringindo-se a atendimento individuais, os profissionais tendo que dividir-se entre a população urbana e do campo, que devido a intensa demanda dos primeiros, acabam ficando em segundo plano.

Talvez o mérito deste trabalho seja a tentativa de atualizar com alguns elementos o impacto do capitalismo para o meio rural, compondo outras dissertações e teses que versam sobre essa temática, e também demonstrar a necessidade de se continuar aprofundando o debate. Essas discussões ainda se fazem de extrema importância, pois a luta pela democratização da sociedade brasileira passa necessariamente pela ruptura da estrutura agrária brasileira, principal fator da reprodução da desigualdade social em nosso país e da pobreza no campo e para que se possa pensar uma outra forma de desenvolvimento nacional.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

ARRUDA, Pedro Fassoni. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889-1930**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BERAS, Cesar André Luiz. **A formação sócio-histórica brasileira, a democracia contingente e a peculiar contribuição gaúcha**. RIHGRGS, Porto Alegre, n. 150, p. 55-77, julho de 2016.

BERAS, Cesar Andre Luiz. **Orçamento participativo de Porto Alegre e as possibilidades para a democracia deliberativa**. Porto Alegre: Dacasa, 2009.

BESKOW, Paulo R. **Agricultura e política agrícola no contexto brasileiro da industrialização do pós-guerra (1946-1964)**. Estudos Sociedade e Agricultura, 12, abril 1999: 56-79.

BOITO Jr., A.; BERRINGER, T. **Brasil: Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma**. Revista de Sociologia e Política, v. 21, n. 47, p. 31-38, set. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.

BRASIL. **Institui o Programa de Assistência Rural (PRORURAL)**. Brasília: 1971.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004)**. Brasília, 2004.

BRASIL. **Resolução nº 109**, de 11 de novembro de 2009. Dispõe sobre a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasil, 2009.

BRASIL. **Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Estabelece as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; altera (...) e dá outras providências. Brasília: 2007.

BRASIL. **Portaria nº. 160, de 6 de maio de 2016**. Dá nova redação à Portaria nº 363, de 11 de agosto de 2011, do Ministério das Cidades (...) para os fins que especifica. Brasília: 2016.

BRUMER, Anita. **Previdência Social Rural e Gênero**. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan/jun 2002, p. 50-81.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASTEL, Vanderléia de Lurdes Dal. **O silêncio dos silenciados: a desproteção social dos trabalhadores rurais**. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, para a obtenção do grau de Doutora em Serviço Social. Porto Alegre: 2007.

CASTELO, R. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

CASTILHO, Alceu Luís. **Partido da Terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

COUTO, Berenice Rojas. et al. **Proteção Social e Seguridade Social: A Constituição de Sistemas de Atendimento às Necessidades Sociais**. In: GARCIA, Maria Lúcia T.; COUTO, Berenice Rojas; MARQUES, Rosa Maria. **Proteção Social no Brasil e em Cuba**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma Equação Possível?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e contradição**. São Paulo: Cortez, 1986.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: Mudanças Cíclicas em Meio Século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, Guilherme Costa. Previdência Social e Desenvolvimento Rural. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (org.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

DELGADO, Nelson Giordano. **Política econômica, ajuste externo e agricultura**. In: LEITE, Sérgio. **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DEMO, Pedro. **Introdução a metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 6. ed. 2.v. Porto Alegre: Globo, 1985.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

- FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **O Estatuto do Trabalhador Rural e o FUNRURAL: Ideologia e Realidade.** Perspectivas: Revista de Ciências Sociais (Universidade Estadual Paulista/UNESP), São Paulo, v.1, n.1, p. 188-202, 1976.
- FIGUEIRÓ, A. S.; SELL, J.C. **O Bioma Pampa e o modelo de desenvolvimento em implantação no Alto Camaquã.** VI Seminário Latino Americano de Geografia Física, II Seminário Íbero Americano De Geografia Física. Universidade de Coimbra, maio de 2010.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala.** 51.ed. São Paulo: Global Editora, 2006.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOMES, Carla Morsh Porto. et al. **Crédito Fundiário no Brasil: instrumento de ordenamento fundiário?** In: SCHNEIDER, Sergio; GRISA, Catia. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- GOIN, Mariléia. **Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe: os diferentes caminhos do Brasil, do Chile e de Cuba.** (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016.
- GÖRGEN, Sérgio Antônio. **Os Novos Desafios da Agricultura Camponesa.** 3. ed. [S.l.: s.n.].
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- HUBBERMANN, Leo. **História da Riqueza do Homem.** 22. ed.. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
- IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970).** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.
- IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 2004.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Agropecuário 2006.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2014.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2016.
- JEZUS, Luis Alberto de. **A questão Agrária no Brasil.** In: MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen (org.). **O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula.** São Paulo: Saraiva, 2010.

KRAEMER, Luciane. **A assistência social e a população rural na região da produção do RS: a (in)visibilidade como condicionante da garantia de acesso.** Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

KRAEMER, Luciane. **Territorialidade e proteção social: um estudo acerca dos avanços e desafios na implantação do SUAS no meio rural.** Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Serviço Social ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** 4. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Textos 1: O Problema Agrário.** Minas Gerais: Editora História; Belo Horizonte: Aldeia Global Livraria Editora, 1978.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua; NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e Marcha para Oeste: apresentação.** In: MARIN, Joel Orlando Bevilaqua; NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e Marcha para Oeste.** Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista.** In: COUTINHO, Carlos Nelson et. al. **O Manifesto Comunista 150 anos depois: Karl Marx e Friedrich Engels.** Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MATTTEI, Lauro. **A trajetória das políticas sociais no Brasil entre 2003 e 2014.** Anais do 5º Encontro Internacional de Política Social e 12º Encontro Nacional de Política Social. Espírito Santo: Vitória, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/einps/article/view/16419>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa.** 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MELLO, Janine et al. **A inclusão Produtiva Rural do Brasil Sem Miséria: Estratégias e Primeiros Resultados.** In: MELLO, Janine (org.). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate - N.23 (2015).** A inclusão produtiva rural no Brasil sem miséria: o desafio da superação da pobreza no campo. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2015.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: ABRASCO, 1992.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker. **O Espaço Rural na Campanha Gaúcha: Santana do Livramento, das origens à Reforma Agrária.** Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César Vargas. **Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira.** Revista Serv. Soc., São Paulo, n.110, p. 213-240, abr/jun.2012.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula.** In: MAGALHÃES, J. P. A. (org.). 2010. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Diálogo na grande tradição.** In: NOVAES, Adauto. A crise do Estado-nação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). **Más de la mitad de la población rural em el mundo está excluída de la atención médica.** Disponível em: <  
[http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS\\_363191/lang--es/index.htm](http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_363191/lang--es/index.htm)>  
Acesso em 01 de agosto de 2017.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil.** Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 112, p. 729-753, out./dez. 2012.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P; STEIN, Rosa Helena. **Política Social: universalidade versus focalização. Um olhar sobre a América Latina.** In: BOSCHETTI, Ivanete; [Org]. **Capitalismo em crise, política social e direitos.** São Paulo: Cortez, 2010.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil.** Sociologias, Porto Alegre, ano 16, n.35. jan/abril 2014, p. 204-236.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil.** 12. ed. São Paulo: Livraria brasiliense, 1980.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRATES, Jane Cruz. **A produção de uma nova cultura a partir da pesquisa e da arte: contribuições do referencial marxiano.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 13, n. 2, p. 214 - 220, jul./dez. 2014



RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Movimentos Socioterritoriais, a Contrarreforma Agrária do Banco Mundial e o Combate à Pobreza Rural**. São Paulo, Buenos Aires: Outras Expressões, CLACSO, 2013.

ROSSET, Peter. **O Bom, O Mau e o Feio: A Política Fundiária do Banco Mundial**. In: MARTINS, Mônica Dias (org.). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SAUER, Sérgio. **A terra por uma cédula: estudo sobre a “reforma agrária de mercado”**. In: MARTINS, Mônica Dias (org.). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

SCHNEIDER, Sergio; AQUINO, Joacir Rufino de. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (org.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação**. In: GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). *La pluriactividad en el campo latinoamericano*. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132-161 Disponível em < <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/schneider-s-agricultura-familiar-e-emprego-no-meio-rural-brasileiro-analise-comparativa-das-regioes-sul-e-nordeste-parcerias-estrategicas-brasilia-df-v-1-p-217-244-2006> > Acesso em 22. Jun de 2017.

SILVA, Maura. **Mais de 4 mil escolas do campo fecham suas portas em 2014**. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/2015/06/24/mais-de-4-mil-escolas-do-campo-fecham-suas-portas-em-2014.html> >. Acesso em 02 de agosto de 2017.

SAMPIERI, Roberto H.; FERNÁNDEZ-COLLADO, Carlos; LUCIO, Pilar B. **Metodología de la investigación**. 4. ed. México: McGrawHill, 2006.

SKIDMORE, Thomas Elliot. **Uma história do Brasil: uma biografia**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina Loas: um processo em construção**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

STÉDILE, João Pedro. **Questão Agrária no Brasil**. 11. ed. São Paulo: Atual, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WEISHEIMER, Nilson. **Desenvolvimento rural, capitalismo e agricultura familiar.** Olhares Sociais (02) janeiro-junho de 2013: 51-78.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun.2012.

## APÊNDICE E ANEXO

### APÊNDICE A – ROTEIRO DAS QUESTÕES DA ENTREVISTA PARA OS TRABALHADORES RURAIS.

Código:

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

#### PERFIL SOCIAL E ECONÔMICO:

1. Data de Nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

2. Vínculo empregatício: ( ) Autônomo ( ) Empregado ( ) Desempregado  
( ) outras formas: \_\_\_\_\_

3. Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

4. Com quem você mora na casa?

5. Renda Mensal:

( ) meio salário mínimo – R\$ 440,00

( ) um salário mínimo – R\$ 880,00

( ) De um a dois salários mínimos

( ) Não sabe mensurar

6. Recebe algum benefício social:

( ) BPC ( ) Aposentadoria ( ) Bolsa Família ( ) outro. \_\_\_\_\_

( ) Não recebe.

7. Escolaridade: \_\_\_\_\_

8. Você participa de alguma organização social (Partido Político, movimento social, sindicato, grupo de igreja, entre outros)?

9. Qual a situação da casa?

( ) Própria ( ) Alugada ( ) Cedida ( ) Outra \_\_\_\_\_

Nº de Cômodos: \_\_\_\_ possui luz elétrica: \_\_\_\_\_. Possui água encanada: \_\_\_\_\_

Referente à estrutura da moradia:

( ) Madeira ( ) alvenaria ( ) mista ( ) outra. \_\_\_\_\_

10. Qual a situação do terreno:

( ) Próprio ( ) Arrendado ( ) outra forma. \_\_\_\_\_

Qual o tamanho da propriedade? \_\_\_\_\_

**EIXO 1 – CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES RURAIS:**

11. Como você tornou-se um (a) trabalhador (a) rural?
12. E hoje quais são suas atividades no dia a dia?
13. A sua propriedade é suficiente para dar conta de suas necessidades? Por quê?
14. Usa algum instrumento de trabalho? (Máquinas agrícolas, uso de animais, equipamento de forma geral).
15. Já acessou algum tipo de crédito para produção?
16. Fale sobre as dificuldades de viver no campo?
17. E também das melhorias nos últimos anos, se teve alguma?
18. Em sua opinião o que garantiria realmente melhores condições de vida?

**EIXO 2 – INSERÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS NOS SERVIÇOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

19. Quais as demandas que fizeram você buscar os serviços da política de assistência social?
20. E como ficou sabendo dos serviços da política de assistência social?
21. Você participa de alguma reunião ou grupo do CRAS? Se sim, quais atividades são realizadas?
22. Você já foi convidada (o) para participar de alguma reunião sobre o planejamento da política municipal de assistência social, tipo conferências, assembleias, entre outras? Acha ou acharia importante participar?
23. Quais os impactos dos serviços da política de assistência social na sua vida?
24. Quais os pontos positivos que você vê na política de assistência social?
25. E os pontos negativos?

## **APÊNDICE B: ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS DA EQUIPE TÉCNICA E GESTOR DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Código:

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Cargo que ocupa: \_\_\_\_\_

Nível de escolaridade: \_\_\_\_\_

- 1 - Fale sobre as condições de vida da população rural atendida pelos serviços da política de assistência social?
- 2 - Quais as demandas da população rural?
- 3 – Como a política de assistência social se organiza para atender a população rural?
- 4 – Quais os serviços estão sendo disponibilizados para os trabalhadores rurais, tendo em vista os níveis de proteção social básica e especial?
- 5 – Referente ao planejamento anual da gestão das ações da política de assistência social como está sendo pensada a demanda da população rural?
- 6 – Quais os limites que você identifica na materialização da política de assistência social para a população rural?
- 7 – E os avanços nos últimos anos?
- 8 – De forma geral, quais ações você entende que garantiriam melhores condições de vida para a população rural?

**APÊNDICE C: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.**

Eu, ..... , RG nº ..... , abaixo assinado, declaro que, de livre e espontânea vontade e de forma gratuita, aceito participar da pesquisa “ A política de assistência social para a população rural na fronteira oeste: Transformações sócio-históricas em foco”, realizado pelo pesquisador, mestrando Paulo Roberto Martins, orientado pela prof. Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães, autorizando o uso do conteúdo das informações dadas para que seja utilizado parcial ou integralmente, sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data. Fui informado (a) dos objetivos da pesquisa que consiste em **investigar a materialização da política de assistência social, considerando a dinâmica sócio-histórica brasileira no meio rural, através do acesso aos seus serviços públicos oferecidos aos trabalhadores rurais, afim de contribuir na ampliação e no planejamento de ações para esta política.** As entrevistas serão gravadas e transcritas pelo pesquisador retirando quaisquer informações identificatórias. As entrevistas terão a duração aproximada de uma hora e eu poderei interromper a qualquer momento, não sendo obrigado a responder qualquer pergunta que julgar inconveniente. Estou plenamente ciente de minha participação nesse estudo e sobre a preservação do meu anonimato. Fico ciente, ainda, sobre a minha responsabilidade em comunicar ao pesquisador qualquer alteração pertinente a esse estudo, podendo dele sair a qualquer momento, sem acarretar prejuízos no meu atendimento na instituição da qual participo. Os dados coletados poderão ser utilizados para publicação de artigos, apresentação em seminários e similares. Declaro, outrossim, que este Termo foi lido e recebi uma cópia. Abdicando direitos autorais meus e de meus descendentes, firmo o presente documento. Quaisquer dúvidas em relação à pesquisa, podem ser esclarecidas pelo pesquisador pelo fone (51) 95209861 ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS pelo fone 33.20.33.45.

Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

---

Assinatura do (a) participante (a)

---

Assinatura do Pesquisador



## ANEXO A -



**SIPESQ**  
Sistema de Pesquisas da PUCRS



---

Código SIPESQ: 6333

Porto Alegre, 8 de abril de 2015.

Prezado(a) Pesquisador(a),

A Comissão Científica da FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL da PUCRS apreciou e aprovou o Projeto de Pesquisa "A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA A POPULAÇÃO RURAL NA FRONTEIRA OESTE: TRANSFORMAÇÕES SOCIO-HISTÓRICAS EM FOCO (A)" coordenado por GLENY TEREZINHA D GUIMARAES. Caso este projeto necessite apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e/ou da Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA), toda a documentação anexa deve ser idêntica à documentação enviada ao CEP/CEUA, juntamente com o Documento Unificado gerado pelo SIPESQ.

Atenciosamente,

Comissão Científica da FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL





Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria Acadêmica  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [proacad@pucrs.br](mailto:proacad@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br/proacad](http://www.pucrs.br/proacad)